

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

**EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: CRÍTICAS E
PROPOSTAS DE ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES E LUIS
ANTONIO VERNEY**

MARINGÁ-2014

DANIELLA DOMINGUES ALVARENGA MARQUES

**EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII: CRÍTICAS E
PROPOSTAS DE ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES E LUIS
ANTONIO VERNEY**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Maringá. Orientado pelo Professor Doutor Célio Juvenal Costa.

MARINGÁ-2014

Alguns dos desejos são naturais e necessários; outros são naturais e não necessários; outros nem naturais nem necessários, mas nascidos apenas de uma vã opinião.

Epicuro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus**, pois pela fé obtive a força da qual muitas vezes precisei durante minha jornada acadêmica. Ao meu esposo Ricardo que é o maior responsável por esta vitória em minha vida. Obrigada por acreditar em mim e acreditar que era capaz. Obrigada por todos os conselhos, a cumplicidade e compreensão.

A minha mãe, que sempre estive ao meu lado proporcionando momentos únicos em minha vida. Obrigada! Amada irmã Mariana pelo incentivo em relação aos estudos. Amo muito você. A minha filha Maria Victória, obrigada pela alegria, pelo seu sorriso que me encanta e me enche de força. Aos meus sogros Robério e Juscelina pela ajuda que proporcionaram para a realização desta conquista.

Ao meu orientador Célio, exemplo de competência e humanidade. Pessoa especial, que tenho orgulho de chamar “Orientador”. Aos amigos do LEIP - Laboratório de Estudos do Império Português, que muito me ajudaram em minha caminhada. Ao professor Sezinando que sempre se mostrou prestativo.

Agradeço aos colegas de sala, em especial a Jaqueline Moreira, amiga mais que especial, que esteve ao meu lado nos momentos de angústia e medo, de conquista e superação, chorou e vibrou participante ativa de minha conquista. Heloísa Negri, minha patricinha mais linda, aquela que me faz chorar todas as vezes que lembro que por conta da distância estará longe no termino dessa etapa. Daiane Rocha princesinha, sempre impecável, tem toda uma preocupação de não me magoar. Obrigada meninas pelo carinho e paciência vocês ficaram para sempre na minha memória.

Aos professores do curso, agradeço o aprendizado que obtive. Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva. A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno AGRADECIMENTO.

MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga, **Educação em Portugal no século XVIII: Críticas e propostas de António Ribeiro Sanches e Luis António Verney**. 2014. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá – Maringá.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar o pensamento dos intelectuais portugueses considerados *estrangeirados* António Ribeiro Sanches (1699-1783), expresso por meio da obra *Cartas para a Educação da Mocidade*, escrita em 1759 e Luis António Verney (1713- 1792), com base em sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, escrita em 1746. Pretende-se a partir das obras, problematizar as propostas discutidas por ambos, que buscaram contribuir para uma mudança educacional, social, política, econômica e cultural no século XVIII em Portugal. Eles não foram os únicos, pois outros pensadores também identificaram as possíveis causas da decadência lusitana e, elaboraram propostas que visavam evidenciar soluções para a crise instalada na metrópole. No entanto, sempre são citados como dois dos mais importantes, que buscaram o progresso material e espiritual para o reino. Os autores tinham como base teórica os ideais iluministas, corrente ideológica que estava em destaque no século XVIII em outros países europeus. Ao longo deste trabalho para dar conta dos seus objetivos, expusemos o contexto português do século XVIII e, após, apresentamos o pensamento e as propostas de Sanches e Verney, procurando, finalmente, estabelecer um diálogo entre os dois pensadores.

Palavras-chave: História da Educação; Portugal; Iluminismo; Ribeiro Sanches, Luis António Verney.

ABSTRACT

This study aims to analyze the thinking of Portuguese intellectuals considered *estrangeirados* António Ribeiro Sanches (1699-1783), expressed through the work cards for the Education of youth, written in 1759 and Luis Antonio Verney (1713-1792), based on his work the true Method of Study, written in 1746. It is intended from the works, is to discuss the proposals discussed by both, who sought to contribute to a changing social, political, educational, economic and cultural in the 18th century in Portugal. They weren't the only ones, as other thinkers also identified the possible causes of decay lusitana and drew up proposals aimed at suggesting solutions to the crisis in the metropolis. However, are always cited as two of the most important, who sought the material and spiritual progress for the Kingdom. The authors had as theoretical basis enlightenment ideals, ideological current that was highlighted in the 18th century in other European countries. Throughout this work to give an account of your objectives, we outlined the context Portuguese 18th century and after, we present the thoughts and proposals of Sanches and Verney, searching, finally, establish a dialogue between the two thinkers.

Key - words: history of education; Portugal; Enlightenment; Ribeiro Sanches, Luis Antonio Verney.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. PORTUGAL NO SÉCULO XVIII	12
3. ANTÓNIO RIBEIRO NUNES SANCHES	27
3.1 Reflexões sobre as Escolas Eclesiásticas e Ideia das Obrigações da Vida Civil e do Vínculo da mesma na Sociedade	32
3.2 Universidades.....	37
3.3 Qualidades dos Mestres para ensinar ler e escrever e Apontamentos sobre o que se devem apreender os meninos além de ler, escrever e contar.	40
3.4 Necessidade que tem o Reino de Escolas em modo de Seminários e as Escolas Reais	42
3.5 Sobre o ensino que se deve preceder nas Escolas Maiores e nas Escolas Militares	44
4. LUÍS ANTÓNIO VERNEY	48
4.1 A influência dos ideais iluministas e o objetivo de reestruturação educacional prescritos na obra de Luis António Verney	50
4.2 Luis António Verney: inferências acerca de um novo modelo de ensino para os níveis de ensino no reino.....	56
4.3 O prejuízo do ensino escolástico vinculados pelos mestres Peripatéticos e a necessidade de introduzir no reino o objetivo legítimo da Ética.....	63
4.4 Considerações e justificativas referentes ao ensino dos meninos e das mulheres lusitanas	70
5. ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES E LUIS ANTÓNIO VERNEY: REFLEXÕES A PARTIR DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ELABORADAS PARA O REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos realizados durante o curso de Pedagogia foi possível identificar alguns nuances que constitui a educação, elementos determinantes para a promoção da conscientização e humanização do homem. É possível avaliar, neste sentido, que a educação atua como um instrumento social, intencionalmente desenvolvido ao longo da história da humanidade, estabelecendo-se culturalmente com base em padrões, costumes e hábitos inseridos na sociedade. Deste modo, faz-se necessário a qualquer educador reconhecer os deflagradores da educação e as particularidades de sua dinâmica, discernindo adequadamente sobre o legítimo interesse de grupos hegemônicos que fundamentam, estabelecem metas e instauram indicadores de controle a toda sociedade civil.

Para tanto, ao considerar a proposta de produzir um trabalho de conclusão de curso, avaliamos ser oportuno discorrer sobre o conceito de educação. Segundo Saviani¹ (1999), a educação é um fato deliberado, social e histórico que reflete no desenvolvimento cognitivo do sujeito, uma vez que preza pela sistematização de novos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade. Saviani (1999), também afirma que a educação não se desenvolve naturalmente, neste sentido, o papel do professor é extremamente importante para obter uma educação estruturada, na medida em que é o mediador na relação entre objeto, conhecimento e métodos.

Saviani (1999) afirma que o educador é o agente que auxilia o aluno a identificar e a aceitar sua realidade, compreendendo a complexa união entre conhecimento científico e realidade. Conforme explicitado por Saviani (1999), em sua obra *Escola e Democracia* a educação coopera para a construção da personalidade no indivíduo, mas não somente ela, segundo o autor a economia, a cultura e a política vigente na sociedade também contribuem para a formação do sujeito. Para o pesquisador toda construção humana elabora-se e está alicerçada no processo histórico e cultural da humanidade,

¹ Dermeval Saviani é filósofo e pedagogo. Vivenciou a transição na educação brasileira durante a consolidação do período democrático, transformações sociais e na história da educação no Brasil fizeram parte da vida do intelectual. Dermeval Saviani foi fomentador da teoria histórica-crítica que também é conhecida como crítico-social dos conteúdos, esta teoria tem como objetivo principal a relação e a transmissão de conhecimentos significativos que contribuam para a inclusão social do educando. Disponível em: <<http://letrasunifacsead.blogspot.com.br/p/dermeval-saviani-biografia.html>> Acesso em: 22/05/2014.

nesse caso, é possível compreender que toda a formação intelectual está vinculada à acumulação de conhecimentos, portanto, ela é social.

Deste modo, segundo a avaliação elaborada por Saviani (1999), a educação é um produto social que não se separa do ato de produção humana podendo ser produzida a partir de conhecimentos sobre ciência, cultura e natureza. Posto isto, a ação de produzir não se separa da ação de conhecer. Desta maneira, a educação é considerada pelo autor como produção humana elaborada no interior do trabalho não material. Em se tratando dos grupos hegemônicos que buscam estabelecer, propor e ditar o rumo da educação, o autor relata que desde os arcaicos processos educacionais sobressaíram o interesse de uma classe dominante que sempre preconizou o seu querer. Saviani (1999) discorre sobre o período em que a classe burguesa como classe dominante disponibilizava para as massas uma educação conveniente a seus interesses e, prometia ao povo melhores condições de vida.

Estratégia que levou a burguesia juntamente com o apoio da classe trabalhadora, derrubar a monarquia e estabelecer-se no poder. No entanto, quando a burguesia se fixa como a classe proeminente começa a apresentar contrariedades e passa a não cumprir com suas promessas para com a sociedade, conseqüentemente o resultado é insatisfação das massas. De acordo com Saviani (1999), o descontentamento do povo gerou uma movimentação contra a burguesia que teve como líderes operários, proletariados da classe dominada. Segundo o intelectual, o povo brasileiro na década de 1920 demonstrou sua decepção nas urnas com o voto contrário aos interesses da classe dominante. Para o autor, a elite burguesa acreditou que a reação da classe trabalhadora foi ocasionada devido ao ensino que vinha sendo vinculado nas escolas. A partir dessa constatação concluíram que a escola não estava funcionando, sendo assim era preciso reformá-la.

Saviani (1999) ainda argumenta e avalia que nos dias atuais há também inúmeras contradições na política educacional, por exemplo, para o Ensino Fundamental as propostas são populistas, pois visam interesses da classe dominante capitalista, propostas de cúpula em relação ao Ensino Superior e a Pós- Graduação. Para o autor, o ensino nesses níveis é elitista, uma vez que forma os governantes e os donos dos meios de produção da nação.

Fazendo valer essas constatações, neste momento avaliamos ser fundamental especificar o estudo que será desenvolvido nesta pesquisa. Faz-se necessário explicitar que este trabalho de conclusão de curso está vinculado ao Departamento de Fundamentos de Educação do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

Cabe, ainda, ressaltar que o trabalho também está ligado ao grupo de pesquisa Laboratório de Estudos do Império Português² (LEIP), sendo possível destacar que os debates realizados pelo grupo contribuíram para a construção de uma base teórica estruturada alicerçada em reflexões, discussões, conflitos e tensões próprias do debate acadêmico. Por fim, o trabalho contou com a orientação do Doutor Célio Juvenal da Costa que apoiou teoricamente e emocionalmente a produção do estudo.

É importante relatar que o presente estudo é resultado de pesquisa de dois PIBIC concluídos, o primeiro intitulado *António Ribeiro Sanches e a educação portuguesa no século XVIII* e o segundo *Luis António Verney, Educação e Iluminismo no século XVIII em Portugal*. O objetivo maior das pesquisas resultou no estudo do pensamento dos intelectuais portugueses António Ribeiro Sanches, expresso no seu texto *Cartas sobre a Educação da Mocidade* e, também, do pedagogo Luis António Verney a partir de sua obra mais referenciada *Verdadeiro Método de Estudar*, a fim de compreender as propostas de reforma social e educacional realizadas em Portugal no século XVIII, pois as duas obras foram escritas naquele século.

Os autores em suas obras não trataram a educação portuguesa somente em um sentido restrito, mas discorrem, também, acerca de aspectos relacionados à formação social, econômica, política e religiosa do reino. Com base, em nossas pesquisas, os autores escreveram suas propostas durante a metade do século XVIII no estrangeiro e, por conta disso, foram considerados *estrangeirados*³. É necessário esclarecer que António Ribeiro Sanches e Luis António Verney estavam domiciliados na Europa, espaço territorial marcado por uma revolução intelectual vinculada pelos ideais da corrente filosófica Iluminista. De acordo com Pazzinato e Senise (1997), o período em

² LEIP tem por objetivo congrega professores, pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento de pesquisas e de atividades acadêmicas sobre o Império Colonial Português da Época Moderna.

³ Denominam-se Estrangeirados, na História de Portugal, aos intelectuais portugueses que em finais do século XVII e, principalmente no século XVIII, vivenciaram o progresso da Revolução científica e da filosofia das Luzes no estrangeiro. Segundo a historiografia os estrangeirados retornavam a sua nação com o objetivo de efetivar as ações que vinham sendo estabelecidas nos países europeus. <[http://www.infopedia.pt/\\$estrangeirado](http://www.infopedia.pt/$estrangeirado)>. Acesso em 15/07/2014.

questão ficou conhecido como “Século das Luzes”, que tinha por propósito colocar em circulação em toda a Europa os ideais relacionados ao racionalismo, liberalismo e ao desenvolvimento do pensamento científico.

Em se tratando resumidamente sobre a educação empregada em Portugal, Verney elaborou sua crítica, a qual recaiu, principalmente, sobre os métodos e os currículos utilizados nas escolas e universidade. Já Sanches criticou ferrenhamente o monopólio da Igreja representada pela respeitada e venerada ordem religiosa Companhia de Jesus⁴.

Finalizamos aqui essas prévias observações, na medida em que serão discutidas minuciosamente durante todo o trabalho. Desse modo, compreendemos ser justificável compreender as propostas construídas por Sanches e Verney, identificados como dois dos intelectuais portugueses mais influentes e atuantes socialmente, suas obras nos remetem a entender Portugal no século XVIII, a compreender os aspectos sociais, políticos, educacional e religioso lusitano e, a partir daí intentamos a compreensão do referido contexto relacionando-o com a História da Educação no Brasil.

Segundo dados historiográficos as observações e constatações realizadas pelos pesquisadores inferiram significativamente em profundas transformações na dinâmica social brasileira. De acordo com Wehling⁵ (2004) em *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, a intensa luta política e diplomática que resultou na expulsão dos jesuítas em 1759 em Portugal teve consequências imediatas na colônia Brasil, sendo que as mais relevantes foram o fechamento dos colégios jesuítas e a transferência do controle de suas missões. Contudo, objetivando alcançar a finalidade central desse trabalho que é analisar as propostas discutidas na reforma educacional no século XVIII em Portugal pelos intelectuais Antonio Ribeiro Sanches e Luis Antonio Verney, organizaremos o trabalho da seguinte maneira.

⁴ A Companhia de Jesus, cujos integrantes são conhecidos como jesuítas é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Inácio López de Loyola.. A Companhia de Jesus foi reconhecida por bula papal em 1540 e, atualmente é conhecida por seu legado missionário e educacional.

⁵ Arno Wehling professor, historiador e escritor brasileiro. Sua formação de doutor e livre-docente foi conquistada pela Universidade de São Paulo e o pós-doutorado pela Universidade do Porto. O intelectual lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Gama Filho e foi professor-visitante da Universidade Clássica de Lisboa. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ser reitor da Universidade Gama Filho.

No primeiro capítulo fazemos uma apresentação da contextualização histórica sobre o século XVIII em Portugal, inferindo a dinâmica social, cultural, religiosa e econômica daquele reino. No segundo capítulo tratamos sobre vida, obra e pensamento de Luis António Sanches, no terceiro capítulo relatamos, do mesmo modo, aspectos essenciais que demonstram as perspectivas intelectuais e sociais de Luis António Verney. Para o quarto capítulo, estabelecemos as possíveis aproximações e distanciamentos entre os dois autores, verificando os principais elementos que nortearam suas reverenciadas obras na História da Educação portuguesa e brasileira.

A propósito, durante a busca de materiais disponíveis sobre a temática, nos deparamos com a falta de artigos e estudos inferidos a temática. Além disso, algumas obras importantes que contribuiria significativamente para nossa análise são inacessíveis, primeiro pela localidade que se encontra, neste caso em especial, em Portugal e, também pelo custo das obras que é alto. Porém, mesmo a pesquisa se deparando com esta dificuldade, faz-se necessário relatar que tivemos acesso a outros materiais que propiciaram informações e dados fundamentais para nossa análise.

2 PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

O objetivo deste capítulo é contextualizar Portugal entre a primeira metade do século XVIII até o reinado de rei D. José I⁶. Explicitaremos quem eram os homens considerados *estrangeirados*, em Portugal abordando os aspectos relacionados à formação social, à economia, à política, sobre o poder da Igreja e a forma de educação que estava sendo ministrada no reino português. Diante dos aspectos apontados, faz-se necessário explicitar sobre a corrente filosófica que estava sendo projetada em toda a Europa e, que a partir do século XVIII começou a ter visibilidade em Portugal. O texto também discorrerá brevemente sobre o despotismo esclarecido e sobre a busca da laicização no reino lusitano.

Alguns intelectuais portugueses que residiam fora de Portugal considerados *estrangeirados* como, Ribeiro Sanches⁷ (2003) Luis António Verney⁸ e D. Luis António da Cunha⁹ (1976), incorporaram a cultura iluminista que estava posta em circulação nos países como França e Inglaterra. Estes intelectuais pretendiam aplicar em sua terra Natal os ideais vinculados por esta corrente filosófica. Nesse contexto, os autores citados escreveram críticas relevantes ao estado social português e relacionava seu atraso à má administração do estado em todos os setores da metrópole lusitana. É importante ressaltar que todos os pensadores citados redigiram obras e documentos, com o objetivo de contribuir para o avanço de sua pátria. Faz-se necessário relatar que as obras produzidas pelos estrangeirados não tiveram, em suma, a mesma visibilidade, entretanto suas redações são consideradas como, aquelas que buscaram contribuir para o progresso do reino português. Sergio (1972, p. 121) afirma que os *estrangeirados* eram:

Homens de superior inteligência, que saíam do País para a Europa culta (muitos deles por temor do Santo Ofício), tiveram ensejo de

⁶ José Francisco António Inácio Norberto Agostinho de Bragança, nasceu em 6 de junho de 1714 e faleceu em fevereiro de 1777, intitulado “O Reformador” devido às reformas que empreendeu durante o seu reinado. Rei de Portugal durante a Dinastia de Bragança desde 1750 até à sua morte. Casou, em 1729, com Mariana Vitória de Bourbon, infanta de Espanha. Disponível em < [http://www.infopedia.pt/\\$d.-jose-i](http://www.infopedia.pt/$d.-jose-i) > Acesso em 22/09/2014.

⁷ Ribeiro Sanches, médico português e grande intelectual, considerado por muitos um verdadeiro enciclopedista (BOTO, 1998, p. 109).

⁸ Luis António verney destaca-se no panorama cultural português no século XVIII, seu nome é apontado como um dos principais mentores das Luzes em Portugal pombalino. (PIRES, 1991 p. 7).

⁹ D. António Luis da Cunha, diplomata português que serviu o rei D. João V. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Cânones (1686), foi comendador da Ordem de Cristo, desembargador do Paço, enviado de Portugal às Cortes de Londres, Madrid e Paris. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$d.-luis-da-cunha](http://www.infopedia.pt/$d.-luis-da-cunha)> Acesso em: 04/08/2014.

medir os efeitos da Contra Reforma na mentalidade, e do parasitismo sobre as colônias em toda a vida metropolitana.

Esses homens, considerados *estrangeirados* produziram suas propostas a partir dos ideais da revolução intelectual que estava sendo projetada em toda a Europa, principalmente na França. Este movimento ficou conhecido como Iluminismo. Segundo Pazzinato e Senise (1997), o pensamento iluminista tinha como base o racionalismo, o liberalismo e o desenvolvimento do pensamento científico. Sanches e outros intelectuais foram influenciados e defenderam a nova corrente intelectual que florescia. O Iluminismo contribuiu para várias transformações culturais, dentre elas, o apoio na separação gradativa entre Fé (religião) e Razão (ciência). A nova roupagem cultural e intelectual adquirida pelo Iluminismo possibilitou ao homem ter novas perspectivas, sua forma de pensar e de agir mudou. O século XVIII ficou conhecido como o “Século das Luzes”, pois como dito anteriormente, somente pela razão a “luz” chegaria aos homens.

Dessa maneira, o Iluminismo pretendia explicar tudo por meio da razão, conseguindo assim adquirir plenamente o conhecimento verdadeiro e o relacionamento harmonioso entre fé e razão. O principal objetivo da corrente iluminista era que toda sociedade fosse guiada pelo Racionalismo, sendo assim, a razão garantiria a liberdade individual e a felicidade plena do indivíduo. Nessas condições podemos reafirmar que há uma ruptura na forma do homem pensar, que antes era representada na crença medieval teocêntrica, onde um único Deus explicava e decidia a vida dos homens na terra, ideia dominante na idade média europeia.

Outro ponto fundamental e importante a se ressaltar sobre o Iluminismo, é que ele foi desenvolvido para solucionar problemas enfrentados pela burguesia. Podemos destacar que um dos problemas enfrentados foi à interferência do Estado Absolutista na economia, que impunha limitações para os negócios nacionais e internacionais dessa camada social. Diante desses entraves a burguesia passou a lutar e buscar uma nova reorganização na sociedade, principalmente na política para satisfazer seus interesses. Para a burguesia a política deveria ter como princípio fundamental o homem e sua liberdade garantida, não a opressão de um regime, e a busca era pela igualdade jurídica, política e social.

O movimento iluminista anelava que fossem reconhecidos valores como bem estar geral do homem e seu progresso. É observável que os iluministas defendiam as causas burguesas e se opunham ferrenhamente ao Antigo Regime. A maior vinculação

das ideias e dos princípios iluministas ocorreu na França, em 1751, com a publicação da *Enciclopédia* escrita por grandes intelectuais, e dirigidas por D' Alembert e Diderot. Eles contestavam o Absolutismo de Direito Divino e criticavam os privilégios da nobreza e da Igreja, eram favoráveis à liberdade individual do homem e propunham que a burguesia esclarecida integrasse o governo.

Pazzinato e Senise (1997) apontaram algumas consequências que sucedeu por causa do Iluminismo, dentre elas estão: as mudanças de ordens jurídicas e o aparecimento do chamado despotismo esclarecido. Tal forma de despotismo ocorreu, resumidamente, quando alguns monarcas absolutistas, mesmo governando de forma centralizada, adotaram algumas ideias iluministas. Esses déspotas, considerados esclarecidos, contribuíram para o desenvolvimento cultural de suas nações.

As bases ideológicas que se desenvolveram naquele século contribuíram para que a Revolução Francesa¹⁰ (1789) ocorresse, influenciando o desenvolvimento da cultura, da educação e da ciência. O poder político da Igreja também foi limitado pela superação da teoria do Direito Divino. É importante assinalar que tais fatos estavam sendo defendidos e acontecendo em todo mundo europeu, e assim, Sanches, Verney, Cunha e outros intelectuais que residiam no exterior que compartilhavam e defendiam os ideais da corrente iluminista basearam suas obras nesses ideais, que teve por objetivo maior contribuir para o desenvolvimento intelectual, político e econômico da sociedade.

Durante as primeiras décadas do século XVIII, Portugal oscilava entre a curiosidade e a gestão da novidade propiciada pela experiência das descobertas e pela autoconfiança humanista e a sentida necessidade de assegurar uma ordem que não fizesse perigar os poderes estabelecidos. Diante de uma fragilidade ideológica laica, o poder secular não podia ficar indiferente aos conflitos religiosos. (STEPHANOU, BASTOS, 1997, pg. 57).

De acordo, com Martins¹¹ (1972), a realidade do reino português no século XVIII era a seguinte: o rei D. Pedro II havia sido substituído por seu filho D. João V,

¹⁰ Revolução Francesa desencadeou em 1789 um período de intensa agitação política e social na França impactou significativamente a história do país e de toda a Europa. A monarquia absolutista que governava a nação durante séculos entrou em colapso e em três anos foi substituída pela burguesia da nação. De acordo com a história privilégios feudais, aristocráticos e religiosos evaporaram-se a partir de um ataque sustentado por grupos políticos radicais de esquerda, representados por cidadãos que residiam na zona urbana e, também na zona rural do país. (PAZZINATO, SENISE, 1997, p. 120)

¹¹ Oliveira Martins foi historiador e escritor nasceu em Lisboa em 30 de Abril de 1845 e faleceu em 24 de Agosto de 1894. Na adolescência foi obrigado a abandonar os estudos e a empregar-se no comércio, atuou como administrador e diretor de empresas, deputado e até ministro da Fazenda em Portugal. Suas vivências fortaleceu a construção de um espírito eclético, sua filosofia era contrária a cristalização de

que governou Portugal entre os anos de 1707 a 1750, as colônias portuguesas, principalmente o Brasil, enviavam à coroa uma grande quantidade de ouro, diamantes e riquezas, o reino lusitano nunca havia sido tão rico, contudo, o povo enfrentava grande pobreza e apatia, o rei esbanjava a riqueza, os eclesiásticos e a nobreza eram seus protegidos, a má administração da riqueza também gerava a grave situação econômica e social em que o reino se encontrava. Para Boxer¹² (2002), o rei D. João V foi o mais formalista e o mais devoto dos monarcas portugueses, era demasiado preocupado com seu prestígio pessoal, o que lhe acarretou relações muito tensas, em toda a Europa.

Na análise do historiador Martins (1972), todos os setores do reino apresentavam disparidades, de um lado a figura do rei esplendoroso e, do outro, setores econômicos, como a agricultura, e indústria, e o povo, que estavam simplesmente definindo-se diante da negligência do governo. Outro fator importante apresentado por Mattoso (1998) foi que no reino português produzia-se desordenadamente uva, pois as condições climáticas eram favoráveis, e a procura inglesa por esse produto era relativamente intensa. No entanto, logo ocorreu uma saturação no mercado interno, que desencadeou uma brusca queda nos preços e nas vendas do produto. Para Mattoso (1998), esse momento foi bastante complicado, ainda mais porque o reino não tinha condições nenhuma de produzir cereais.

Diante dessas condições, a solução encontrada por muitos portugueses foi de deixar Portugal tentando buscar melhores condições de vida em outros países, sendo que, muitas famílias migraram para a então rica colônia brasileira. Martins (1972) afirmou que o povo sequer conseguia garantir sua subsistência. Em 1703, ocorreu um acordo entre Portugal e Inglaterra o *Tratado de Methuen*¹³ que estabeleceu que Portugal tivesse facilidade em compra de tecidos em terras inglesas e a Inglaterra teria semelhantes facilidades na compra do vinho português. Contudo, de acordo com António Sergio (1972), com o passar do tempo esse tratado impeliu que os produtores

sistemas rigidamente constituídos. Nesse sentido, suas obras oscilam entre o racionalismo iluminista, o positivismo e o movimento de ideias dos românticos alemães. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/rep2.html>> Acesso em: 13/08/2014.

¹² Charles Boxer, historiador inglês, nascido em 1904, na Ilha de Wight, ao sul de Inglaterra. Considerado um dos mais importantes historiadores estrangeiros que se debruçaram na investigação sobre os descobrimentos portugueses. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$charles-boxer](http://www.infopedia.pt/$charles-boxer)> Acesso em: 20/04/2013.

¹³ O Tratado de Methuen, tratado assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 27 de Dezembro de 1703. Os negociadores foram o embaixador extraordinário britânico John Methuen, por parte da Rainha Ana da Inglaterra, e D. Manuel Teles da Silva, Marquês de Alegrete. O tratado obrigava os portugueses a consumir os produtos têxteis britânicos e os britânicos os vinhos de Portugal. (AZEVEDO, 1972, p.397)

agrícolas de Portugal pudessem utilizar suas terras para produzir o autor explica que o interesse inglês era restritamente em benefício próprio.

Na avaliação Sergio (1972), é importante explicar, que os portugueses necessitavam muito mais de tecidos do que os ingleses de vinho, e foi este um dos motivos que a economia portuguesa acumulou enormes dívidas. Ele afirma que os portugueses necessitavam de produtos ingleses, pois em Portugal produzia-se muito pouco, o quadro econômico do reino aumentava em escassez e miséria. O autor constatou que nem o *Tratado de Methuen* e nem o ouro que chegava aos portos portugueses contribuíram para reverter a crítica situação que o reino apresentava. Para Azevedo (1978), os ingleses aproveitaram a estranha maneira da nação portuguesa de viver, ou seja, eram presunçosos, inclinados à boa vida, acostumados a se aventurar a empreendimentos fáceis com ganhos rápidos, não queriam trabalhar em trabalhos lentos e monótonos que era característica principal da indústria.

Dessa maneira, para Azevedo (1978) o modelo mercantilista de produção de riqueza propiciou que a busca pelo luxo de forma fácil e rápida fosse idealizada, deixando de estimular e criar uma sociedade baseada no trabalho. Os ingleses conheciam a fraqueza da índole portuguesa e sabiam aproveitar de seus conhecimentos nas discussões e na consolidação do tratado. O mesmo autor julga que o *Tratado de Methuen* pretendia ser eterno se cumprisse com todos os interesses britânicos, e que os portugueses por muito tempo foram os vassallos da nação britânica, fortalecendo sua economia e política. Já para Martins (1972) a situação precária da economia em Portugal persistia porque o rei D. João V ostentava riqueza, poder e status.

A ostentação do rei frente aos países vizinhos e a Igreja, que na época era poderosa, única e soberana, sem nenhuma responsabilidade, por exemplo: D. João V mandou construir em Roma a fabulosa e luxuosa Capela de São João Baptista. Segundo Boxer (2002). A falha mais evidente do rei era a sua paixão exagerada pelos serviços religiosos, sendo compartilhada pela maioria de seus súditos e, também pelos portugueses que residiam no estrangeiro. Martins (1972 p. 439) afirmou em seu livro que “D. João V era balofô e carola, tinha amor às cerimônias e sabia todos os pontos da etiqueta do paço e da Igreja, além de querer bem a todos santos”.

De acordo com Martins (1972), até então nunca havia se construído prédio com tanta riqueza e esplendor, o rei ainda construiu vários palácios e conventos, além de

destinar pagamentos com valores altos à Igreja. Martins (1972) afirma que todas essas ações fizeram com que o rei D. João V conseguisse a elevação da diocese de Lisboa Ocidental a Patriarca, conquistou que os padres no dia de finados realizassem três missas e obteve o título de Rei Fidelíssimo. Boxer (2002 p. 177) anota que D. João V era possuidor de uma “inteligência penetrante”, era “extremamente rápido e ativo”, mas ao mesmo tempo era pernicioso e orgulhoso. O autor registrou, ainda, uma das frases utilizadas pelo rei que demonstra esse espírito pernicioso “Meu avô temia e devia, meu pai devia, eu não temo nem devo”.

Segundo Boxer (2002), o orgulho e a arrogância do monarca eram visíveis no seu reinado. Azevedo¹⁴ (1978 p. 374) declarou “eis que no espírito do monarca predomina e caracteriza o reinado”. Esta citação de Azevedo (1978) evidencia que a preocupação do rei e suas aspirações se baseavam no luxo, em seu próprio bem estar, e ele almejava ter um bom relacionamento com a Igreja e com o Papa, e isto bastava.

A compreensão, que a linguagem comunica, explicita a identidade do *ser*, aquilo que faz *tal*: ao sujeito e a seus objetos. Importa, pois, caracterizar essa *linguagem* para se ter a chave de entendimento da realidade vivida. Assim a *linguagem* incide em significação, faz-se eminentemente simbólica. Tudo é *significado*, isto é, recebe significação, torna-se *signo*, faz-se sinal se. (PAIVA, 2012. P.172).

Paiva¹⁵ (2012) explicita que a identidade portuguesa era religiosa, e possibilitava a formatação da sociedade e do homem naquele período, segundo ele os documentos e registros da época tinham como linguagem fundamental a religiosidade. Todavia, não era uma religiosidade restrita à Igreja Católica, mas estava enraizada nos hábitos e nos costumes do reino. Sendo assim, é possível perceber que a religião modelava o homem lusitano.

¹⁴ Lucio de Azevedo historiador português nasceu em 1855, em Sintra, e morreu em 1933. Ainda muito jovem emigrou para o Brasil, regressou anos mais tarde voltou a Portugal, seus trabalhos se centralizaram no foco da investigação histórica e nas questões econômicas. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$joao-lucio-de-azevedo](http://www.infopedia.pt/$joao-lucio-de-azevedo)> Acesso em: 30/07/2014.

¹⁵ José Maria Paiva é filósofo e pedagogo, doutor e pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas. Desde 1992, é professor titular da Universidade Metodista de Piracicaba, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Atua principalmente nos seguintes temas: Educação e Cultura brasileira: séculos XVI a XVIII, História da Educação e Educação Jesuítica. Coordena o grupo de pesquisa Dehscubra: Educação, História e Cultura: Brasil, séculos XVI a XVIII. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4787999J1>> Acesso em: 25/03/2014.

Segundo Boto¹⁶ (1988), a Igreja Católica no século XVIII era poderosa, única e soberana. Já para Mattoso¹⁷ (1998), a Igreja Católica era um polo político autônomo, exercia poder em setores periféricos da sociedade e, também influenciava decisões de níveis internacionais no reino lusitano. Mattoso (1998), explica que a Igreja Católica tinha sob seu domínio, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição¹⁸, que tinha por objetivo, atender assuntos voltados a atos de heresia, e a defender a fé católica. Segundo Martins (1972), isso aportava à Igreja o legado de vigiar, perseguir e condenar aqueles que fossem suspeitos de praticar outras religiões. A Igreja exercia com severa vigilância o comportamento moral dos fiéis, censurava toda a produção cultural e resistia fortemente a todas as inovações científicas.

No ano de 1750 falece Dom João V e o novo herdeiro do trono é D. José I que reinou entre os anos de 1750 a 1777. Para Saraiva¹⁹ (s.d) o reinado de D. João V correspondeu à fase crítica na luta entre a Escolástica e as Luzes que foram conquistando sempre novas posições ao abrigo das necessidades técnicas que o reino carecia. De acordo com Boxer (2002), já no reinado de D. José I, em 1755, Portugal sofre um terrível terremoto, sendo que a proporção da destruição foi assustadora. E é nesse cenário que surge a figura que terá maior protagonismo em Portugal nas duas seguintes décadas, seu nome Sebastião José de Carvalho e Melo o Marquês de Pombal.

Para Boxer (2002), Sebastião José de Carvalho e Melo mais conhecido pelo título referido em 1770 como Marquês de Pombal, foi o homem de confiança do rei D. José I, nomeado por ele para ajuda-lo a administrar o reino, ocupou um dos cargos mais importantes da metrópole. De acordo com o historiador, Marquês de Pombal causou marcas profundas em Portugal, a partir da segunda metade do século XVIII. Boxer (2002 p. 191) resumiu Pombal como um “misto de medico e de mostro que afetou seu

¹⁶ Carlota Boto é Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), onde leciona Filosofia da Educação. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4797838U5>> Acesso em: 15/02/2014.

¹⁷ José Mattoso historiador medievista atuou por vários anos como professor universitário em Portugal. Desde Maio de 2010 é Presidente do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em Portugal. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-mattoso](http://www.infopedia.pt/$jose-mattoso)> Acesso em: 05/04/2014.

¹⁸ Inquisição refere se a instituições que se dedicavam a suprimir a heresia no seio da Igreja Católica. A Inquisição foi criada inicialmente para combater o sincretismo entre alguns grupos religiosos, que praticavam a adoração de plantas, animais e, também a outros deuses. (MARTINS, 1972, p. 475).

¹⁹ Saraiva foi professor e historiador português, atuou no cargo de Ministro da Educação entre 1968 e 1970, em um período conturbado da vida política nacional portuguesa. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](http://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva)> Acesso em: 12/05/2014.

país tão profundamente tanto para o bem quando para o mal”. Na análise do autor, Pombal foi implacável contra os jesuítas, causando bárbaras execuções aos aristocratas de Távora e do tido como louco padre Malagrida. As reformas pombalinas abrangeram os setores da economia, da educação e da política. Entretanto para Sergio (1972), poucas dessas ações desencadearam-se em progresso.

De acordo com Saraiva (s.d), a segunda metade do século vai abrir com a ditadura de Sebastião José de Carvalho e Melo, um estrangeirado particularmente enérgico, conduzido por soluções drásticas e por uma crise crescente do comércio externo. Para Saraiva (s.d), o aspecto econômico-social sobre o aspecto cultural, na análise do autor a política pombalina é essencialmente, a realização do programa mercantilista defendido desde fins do século XVII por Ribeiro de Macedo e os Ericeiras e, depois, pelos estrangeirados que direta ou indiretamente vinham procurando atuar nos destinos do país desde o tempo de D. João V.

É possível delimitar que o governo de Pombal tomou aspectos protagonistas no reino lusitano a partir do terremoto em Lisboa em 1755. O estudioso Azevedo (1978) explica que o Marques de Pombal combateu com firmeza o desanimo e a anarquia em que Lisboa se encontrava. O autor afirma que a cidade estava destruída e desorganizada, entretanto Pombal logo se empenhou em organiza-la e reconstruí-la e, com isso, conquistou de vez a confiança ilimitada do rei. No entanto, segundo Falcon²⁰ (1982), como o capital industrial no governo de Pombal era quase inexistente, concentrando-se apenas no interior do reino lusitano, o qual encontrava se em uma situação econômica desastrosa, os industriais imputaram ao Marquês toda a responsabilidade.

Por outro lado, Azevedo (1978 p. 381) comenta que mesmo nessas condições o povo clamava pelo primeiro ministro, a frase aclamada pelo povo era “mal por mal antes Pombal”. Segundo Sergio (1972), Pombal foi um homem de energia formidável, porém faltava a esse homem generosidade de espírito. Entretanto o autor também sinaliza que, foi Pombal o governante que aprendeu a conhecer e a avaliar o Portugal de sua época e, a medir o porquê do isolamento de Portugal frente a Europa culta. Desse modo, é possível encontrar na historiografia, tanto defesas quanto fortes críticas sobre o

²⁰ Pós-doutor (1984) e Livre-Docente pela UFF (1976). Possui graduação em História e Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1955). Foi professor da UFRJ, UFF e PUC-RJ. Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](http://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva)> Acesso em: 10/15/2013.

caráter subjetivo de Pombal, na medida em que suas decisões refletem antagonismos e ambiguidades.

Nas leituras realizadas é impossível avaliar se Pombal foi o herói de sua nação ou foi aquele que sutilmente a escravizou, de forma não física, o povo lusitano na segunda metade do século XVIII. O que não se pode negar é que o ministro teve como principal instrumento a seu favor a persuasão. É válido relatar que no reinado de D José I foi constituído um único tribunal, denominado Real Mesa Censora, para substituir os Tribunais de Inquisição. Boxer (2002) explica que tal instituição foi idealizada para abater todas as grandezas e para nivelar tudo e todos perante o trono absoluto. Nesse contexto, foram parcialmente abolidas as distinções entre cristãos velhos e novos e também a escravidão no reino.

Sergio (1972) evidenciou que Pombal realizou frequentes investidas contra a Igreja e, com isso, conseguiu que ela viesse a perder parte considerável de seu poder e de seu prestígio no reino lusitano. Ainda de acordo com Sergio (1972), o Marquês de Pombal tinha muitos inimigos, pois perseguia, deportava e encarcerava quem ferisse seus interesses, sendo um verdadeiro déspota. Já para Martins (1972), Pombal queria construir em Portugal uma nação autônoma e forte, queria ter uma nação sábia e, para isso, não se limitou em ter atitudes firmes, severas e inflexíveis. Finalmente, Maxwell²¹ (1997) afirma que, para alguns, Pombal “[...] é uma grande figura do despotismo esclarecido [...]. Para outros ele não passa de um filósofo inexperiente e de um tirano maduro”. Em se tratando da educação, Martins (1972) explica que a educação formal era ensinada nas escolas, especialmente pela ordem religiosa “Companhia de Jesus”, e a informal ministrada nas missas e no catecismo.

O autor explica que a sociedade era ensinada na doutrina da Igreja que pregava submissão e proclamava aos súditos total obediência sistemática. A Igreja temia as novas ideias que estavam em circulação na Europa, por meio da corrente iluminista. Pazzinato e Senise (1997) descreveram que a nova roupagem cultural e intelectual adquirida pelo Iluminismo possibilitava ao homem ter novas perspectivas. Dessa maneira, o principal objetivo da corrente iluminista e dos *estrangeirados* era que toda

²¹ Kenneth Maxwell é um historiador britânico, especialista em História Ibérica e no estudo das relações entre Brasil e Portugal no século XVIII, sendo um dos mais importantes da atualidade. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=14186>> Acesso em 02/02/2014.

sociedade fosse guiada pela razão, este novo modo de perceber o mundo garantiria, segundo os autores, a liberdade individual e a felicidade plena do indivíduo.

Diante disso, é claro compreender a resistência que a Igreja Católica tinha com o movimento iluminista e com os *estrangeirados*, isto é, ela tinha fundado uma monarquia a seu modo, com leis e regras com a intenção apenas de fortalecer-se. Nesse sentido, não queria de forma nenhuma, mudanças na educação e na configuração social do reino lusitano. Na análise de Andrade²² (1982 p. 638) o Iluminismo “representava uma atitude mental de controvérsia e de afirmação”. Segundo o autor, é por conta disso que os *estrangeirados* portugueses se opuseram à educação portuguesa, pois, para eles, o ensino que o reino dispunha era um sistema de ensino tradicional, rejeitando os métodos utilizados pelos países mais adiantados e as próprias teses que constituem o corpo de doutrina nos setores das ciências lógicas e físicas.

De acordo com Andrade (1982) os intelectuais que tinham contato com os ideais iluministas como Verney, propuseram novos métodos e uma Nova Ciência, dando a primazia à retórica sobre o raciocínio frio, à experimentação sobre a confirmação metafísica ou de autoridade dos antigos e, esses estudiosos buscavam mudar a direção organizacional da metrópole portuguesa. O intelectual Andrade (1982 p. 639) explica, ainda, que os iluministas da época desdenharam da metafísica, embora não fossem os primeiros na história da Filosofia a tentar derrubá-la do pedestal que ocupará séculos seguidos.

De acordo com Portella²³ (2007 p. 27), o Iluminismo português se configurou como “uma encruzilhada com caminhos cruzados, ideias controvertidas, olhares estranhamente nítidos e furtivos”. O intelectual Verney defendia ideais iluministas, no entanto, se protegia, pois temia os ataques da Igreja, pois toda esta nova filosofia criticava o ensino Escolástico e dogmático ministrado no reino pela Igreja Católica. Conforme em sua obra, Portella (2007 p. 31) afirmou que Verney foi “se não o

²² Professor e historiador português, nasceu no dia 3 de setembro de 1915, na freguesia Nossa Senhora da Vila distrito de Évora, frequentou o seminário de Évora e entrou para a Companhia de Jesus, onde estudou Humanidades e Filosofia. Após o abandono do percurso eclesiástico, licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas e doutorou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$antonio-banha-de-andrade](http://www.infopedia.pt/$antonio-banha-de-andrade)> Acesso em: 10/01/2014.

²³ Eduardo Portela é crítico, professor, escritor, conferencista, pesquisador, pensador, advogado e político brasileiro. Pertence à Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.ciencialit.letas.ufrj.br/index_corpo_docente.htm> Acesso em: 03/07/2014.

intelectual mais brilhante, foi o mais eficiente porta voz do déspota esclarecido”. Vale lembrar que o Marquês de Pombal também foi considerado como um déspota esclarecido, pois servia-se de uma junção de autoridade. O ministro português que tinha como base o absolutismo e as ideias iluministas era, para Boxer (2002) um tirano esclarecido.

Já para Ruckstadter²⁴ (2012), os iluministas defendiam a ideia que os reis deveriam ser filósofos, homens esclarecidos, a figura fiel de um déspota esclarecido. Dessa maneira, a aquisição de conhecimento e a valorização da Ciência eram os dois fatores primordiais para o novo homem de governo no século das luzes. Para a autora, não é possível afirmar que o Iluminismo foi absoluto em Portugal, muitos menos que os homens mais esclarecidos como Verney fossem fieis apenas aos ideias iluministas. Ruckstadter (2012) garante que no reino lusitano houveram pensadores católicos que se inseriram em uma perspectiva iluminista, isto é, foram pensadores católicos iluministas, que não negaram os dogmas e a tradição religiosa, mas que pretenderam contribuir para o progresso da nação, e isso abrange propostas estruturadas para a educação na metrópole.

Para o *estrangeirado* Sanches (2003) uma das mudanças mais necessárias para Portugal seria a laicização, ou seja o controle total da educação deveria ser responsabilidade do Estado, não mais da Igreja. Esta proposta foi sugerida pelos intelectuais portugueses e é importante ressaltar que Verney o objetivo desta pesquisa, foi um dos estudiosos que mais defenderam essa mudança no ensino português. Sobre a Igreja Católica, Cunha (1976) registrou algumas contradições apresentadas por ela a partir da primeira metade do século XVIII. A crítica mais incisiva foi elaborada pelos intelectuais, dentre eles os próprios *estrangeirados*.

Os intelectuais como: Martins (1972) e Boxer (2002) argumentavam que na criação da Igreja Primitiva era pecado, possuir terras e bens, ter jurisdição temporal sobre os leigos e servir a nação com cargos públicos na República, pois deveria servir

²⁴ Vanessa Ruckstadter doutora em educação pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Atualmente é Professora Adjunta do Colegiado de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação no Brasil, Século XVI, Século XVIII, Companhia de Jesus, Luis António Verney, Pesquisa em Arquivos, Pesquisa histórica com fontes documentais, Ensino de História e Arquivos escolares. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4770480D4>> Acesso em: 27/05/2014.

somente ao Senhor Jesus Cristo. Martins (1972) afirma que, com o passar do tempo, o desejo de adquirir bens terrenos e de ter no Estado uma condição social diferente, eclesiásticos e Igreja se corromper, começando a impor e a cobrar normas e deveres infundados para a sociedade. Cunha (1976) afirmou que, muitas famílias deixavam todos seus bens à Igreja e as congregações na hora de sua morte.

Cunha (1976) explícita que o ensinamento era, “deixe todos os bens à Igreja e alcancem o reino dos céus”. A Igreja estava enriquecendo e os herdeiros (povo) estavam ficando na mais profunda miséria. Percebe-se que a Igreja Católica dominava e ditava as regras para toda sociedade civil do reino lusitano.

[...] Achará muitas terras, dizia, usurpadas ao comum, outras incultas, os caminhos intransitáveis. A terça parte de Portugal é propriedade da Igreja, que não contribuiu para a segurança e defesa do Estado: é dos cabidos das dioceses, das colegiadas, dos priorados, das abadias, dos coventos de frades e freiras (MARTINS, 1972, p 455).

Para Martins (1972), avaliando o período vivido pelos *estrangeirados*, a Igreja não se contentou apenas com a jurisdição em nível espiritual, a favor da doutrina de Jesus Cristo, mas absorveu no século XVIII toda jurisdição política e civil, ou seja, impunha suas vontades e tinha o domínio de todos os setores do reino de Portugal, inclusive influenciava as decisões do soberano rei D. João V, que respeitava e aceitava todas suas reivindicações. O historiador afirmou que o rei era “beato e devasso que veio mostrar um reinado patenteado em um sistema de costumes ridículos e nojentos”, e que D. João V tinha amor nas cerimônias, sabia todos os pontos da etiqueta do paço da igreja, era mestre em liturgia e queria bem a todos os santos.

Em se tratando da educação em Portugal no século XVIII e o poder que Companhia de Jesus detinha no reino lusitano há evidências, por meio da historiografia portuguesa, que o ensino era pensado com fins e interesses eclesiásticos. De acordo com Martins (1972), a preocupação da Companhia de Jesus a frente do ensino era de conservar os dogmas religiosos impostos pela Igreja Católica e expandir a fé cristã entre os portugueses. De acordo com o *estrangeirado* Sanches (2003) a educação de Portugal no seu século estava a cargo dos eclesiásticos e se encontrava em uma situação precária e vergonhosa, a instrução era basicamente a respeito das sagradas escrituras e dos mistérios da fé.

Para Sanches (2003) a maioria da mocidade almejava ser nobre ou de fazer parte do clero, não almejava contribuir para o progresso da nação lusitana, e exercer a cidadania não estava entre os objetivos do ensino e do povo. O autor, em sua obra *Cartas para a Educação da Mocidade* explícita que o que realmente importava à sociedade era o reconhecimento e o status que a Igreja Católica e a Nobreza garantiam. Diante da obra *O Verdadeiro Método de Estudar* percebe-se que Verney (1746) tinha como objetivo reformar a mentalidade portuguesa e, por isso, se propõe a debater sobre todas as disciplinas do currículo escolar lusitano. Cabe ressaltar que, segundo Pires (1991), Verney o pedagogo mais influente do século XVIII censurou atitudes e comportamentos, criticou e propôs uma modificação geral em toda estrutura educacional.

Desta maneira, é visível perceber que a educação de Portugal não estava alheia à intervenção da Igreja, pelo contrário, a Ordem Católica da Companhia de Jesus era a responsável e cuidava de todo ensino na metrópole. O precursor da Companhia de Jesus que tinha o controle da educação em Portugal era o padre Inácio de Loyola, nascido no Castelo de Loyola, na cidade de basca de Guipúzcoa no norte da Espanha em 1491. A ordem obteve a aprovação e foi fundada em 27 de setembro de 1540 pelo Papa Paulo III. Martins (1972) afirma que o objetivo maior de pregação da Companhia de Jesus era sobre, a doutrina da submissão e a proclamação da obediência sistemática.

Santo Inácio de Loyola recomendava aos seus discípulos portugueses que fizessem inteira resignação das suas vontades, que oferecessem cândidamente ao Criador a liberdade: um dom provincial! Mas esta abdição formal da vontade, assim pregada, não era simplesmente uma regra de consciência religiosa, pois o jesuitismo soubera conciliar a transparência com a realidade, e dar ao misticismo um caráter prático. Era uma ordem de moral positiva, e o princípio da educação: sacrifício da vontade é uma abdição real nas mãos dos confesores e ministros de Deus, padres da Companhia (MARTINS, 1972 p. 379).

O autor explica que Inácio de Loyola sabia muito bem ler as intimidades psicológicas do homem, entendia que o homem moral não se baseava apenas em suas vontades, mas também dispunha de uma inteligência, logo, não bastava sacrificar apenas suas vontades. Martins (1972) explica que Loyola compreendia ser necessário oferecer ao homem o entendimento sobre, o que ele deveria pensar e querer. O autor declara que os jesuítas ensinavam a doutrina da total obediência, e afirmava que está, elevaria o homem mais perto de Jesus Cristo. Segundo Martins (1972), um crítico da

Companhia de Jesus, o princípio da instituição era que, mesmo estando errada, estava certa, pois:

Esta luz íntima, este primeiro principio abscondito é a obediência; porque o Universo é a grande monarquia de Jesus, imperador absoluto das vontades e dos pensamentos. Obedecer, pois, é acertar sempre; ainda que por motivo de fragilidade humana a ordem possa ser errada. A autoridade é sempre Essa luz íntima, esse impecável, embora as suas manifestações se afigurem alguma vez errôneas (MARTINS, 1972, p. 380).

Dessa maneira, o teórico garante que o objetivo da ordem Jesuítica era educar os homens não para que soubessem governar seus próprios pensamentos, mas para serem fantasmas de ideias e ideais já estabelecidos. Nessa perspectiva a ordem tinha como crucial a conservação do estado eclesiástico a expansão e a propagação de sua doutrina.

Assim toda a vida era permeada de simbolismos cristãos, desde o nascimento de uma criança, com o batizado, até a morte, com o viático, confissão, unção dos enfermos, benção do corpo na igreja, enterro acompanhado do clero, com cânticos e orações, cemitério religioso. As repartições públicas traziam crucifixos ou imagens de santos. Nas ruas se encontravam oratórios. O calendário era balizado pela liturgia. O clero tinha destaque em qualquer cerimônia. As festas do lugar tinha a marca religiosa, a procissão se fazendo no ato de exibição social por excelência. O público estava impregnado ao sagrado e a “Igreja” (estava) por toda parte presente (STEPHANOU; BASTOS 1997, p. 89).

A educação era dividida em duas modalidades, se ensinava os “Bons Costumes” e os “Mistérios da Religião”, o *estrangeirado* Sanches (2003) afirmava que os jesuítas eram de limitados princípios e, assim como Verney (1746), criticava e propunha uma transformação significativa no ensino. De acordo com Sanches (2003), a educação oferecida pelos jesuítas no início do século XVIII em Portugal fazia com que os alunos das escolas saíssem, depois de anos estudando, incapazes de aplicar seus conhecimentos à vida cotidiana e à atuação profissional. O autor explica que os estudos simplesmente deixavam os alunos inchados, insuportavelmente soberbos porque ninguém os podia convencer de seus erros.

O intelectual *estrangeirado* Verney (1746) que ousou, do mesmo modo, a elaborar propostas para o ensino da metrópole explicitava que os estudantes deveriam ficar livres de algumas disciplinas, uma delas seria a disciplina de Poesia, pois segundo ele a poesia não era útil à vida prática dos homens. Verney (1746) afirmava que deveria se ensinar nas escolas conteúdos úteis e práticos, uma vez que, os jovens estudantes

seriam os futuros administradores e governadores do reino. O intelectual defende, ainda, a ideia da secularização da moral cristã e da emancipação dos conhecimentos, na medida em que os mesmos deveriam ser em tudo esclarecidos. Cunha (1976) também compartilha e defende esse princípio, pois para ele era necessário que houvesse no reino uma reorganização cultural no espírito científico.

A educação jesuítica era na visão de todos os *estrangeirados*, aplicada de forma escolástica e estéril, não instruía o sujeito a exercer a cidadania e, tampouco, o estimulava a participar ativamente no processo de progresso da nação. Segundo Saraiva (s.d) a reforma do ensino estava a tornar-se indispensável em vários planos sociais e graus de cultura; entre as várias formas de subsistência da estrutura essencial, o grande objetivo era qualificação de mão de obra especializada, adaptação dos Estudos Menores às necessidades da classe média. Na análise do autor, era preciso desenvolver nos Estudos Menores o estudo da língua materna em detrimento das humanidades clássicas, reajustando o ensino da aristocracia às novas exigências do setor militar e diplomático.

Diante desse contexto pode-se compreender que Sanches (2003), Verney (1746) e Cunha (1976) propuseram várias mudanças no reino português como: a forma de produzir riqueza; a forma em organizar e ministrar a educação; mudanças inferidas acerca da mentalidade da sociedade portuguesa; sugestões sobre a melhor forma de retomar a exploração de terras até então nunca exploradas; melhorar a comunicação entre as províncias; reestabelecer novamente as manufaturas arruinadas e, principalmente, tirar das mãos da Igreja o domínio e o controle da educação, ou seja, ensino passasse a ter contornos laicos.

3 ANTÓNIO RIBEIRO NUNES SANCHES

António Ribeiro Nunes Sanches, judeu, médico, filósofo e pedagogo um dos intelectuais portugueses mais influentes no reino lusitano. De acordo com Boto (1998), o intelectual exerceu atividades fundamentais e contribuiu para que houvesse no reino uma série de reformas no âmbito cultural, filosófico e científico. Segundo ela, suas redações influenciaram nos futuros Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) e, sobretudo, no capítulo dedicado ao curso de medicina e nos assuntos pedagógicos em geral. Para Boto (1998, p. 108) Sanches foi;

Expoente privilegiado do movimento iluminista português, teórico de tratados de Medicina e Educação, Ribeiro Sanches - considerado muitas vezes o suporte teórico das reformas pombalinas - surge em seus escritos primordialmente como estrategista político. A partir dos pressupostos mais autorizados para a época que pretendia cimentar novas descobertas nos múltiplos domínios do conhecimento, o Iluminismo português verterá o território de sua intriga para o domínio do Estado.

Conforme Boto (1998), António Nunes Ribeiro Sanches era português e nasceu em 1699, gradua-se em Medicina pela Universidade de Salamanca e, aos 27 anos deixa sua terra natal e destina-se à Rússia. Para a autora, o motivo que levou Sanches a deixar sua nação foi, especialmente, o medo de sofrer perseguições profissionais, uma vez que era considerado cristão-novo, situação que restringia o intelectual de ascender cargos públicos em Portugal. Entretanto, Boto (1998), não restringe a partida de Sanches de Portugal ao medo das perseguições, pois segundo ela, o egresso de Sanches ao estrangeiro naquele momento também pode estar associado à curiosidade do jovem lusitano às novas conquistas da ciência moderna.

Sendo assim, é possível considerar que o segundo fator é bastante preponderante, na medida em que observamos o atraso destacado por inúmeros historiadores ao longo da história portuguesa no século XVIII em Portugal. Conforme explicita Boto (1998) Ribeiro Sanches permaneceu na Rússia entre 1731 e 1747, aonde atuou como médico e diretor de hospital, sendo que os ofícios profissionais possibilitaram Sanches realizar grande parte de suas investigações científicas. Além disso, Boto (1998) ainda relata que Ribeiro Sanches atuou como médico da Escola Militar de São Petersburgo, lugar onde teria iniciado parte de suas reflexões acerca da prática de escolarização.

Em 1747 o médico português foi transferido para Paris, período de efervescência do movimento filosófico iluminista o qual se tornou simpatizante. De acordo com Boto (1998), tornou-se amigo de Diderot²⁵ e D'Alembert²⁶, dois dos maiores influenciadores dos ideais iluministas na Europa e organizadores da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. De acordo com Boto (1998 p. 109) Ribeiro Sanches se situou “entre os 250 colaboradores daquele que historicamente é tido como um dos mais expressivos projetos editoriais já implementados”. Nesse sentido, constatamos que Ribeiro Sanches pode ser considerado como um dos pensadores que mais contribuiu para a elaboração de novas interpretações pedagógicas expressas pelo verbete "College" da *Encyclopédice*. Para Boto (1998 p. 109) Sanches era;

[...] emblemático intelectual do seu tempo, um ativo militante no sentido de tentar enxergar as perplexidades da época e buscar em variados domínios responder a questões que se lhe colocavam à sua contemporaneidade. Sabendo olhar de fora o interior mais recôndito da sua nação, talvez tenha sido exatamente a condição de estrangeirado que lhe possibilitou tanta precisão no diagnóstico com que profetizou os germes propulsores dos males do reino. Os trabalhos que legou à posteridade revelam ainda a atualidade de muitas das indagações com que o intelectual desconfiava do percurso adotado para delinear os contornos do ser português.

Em se tratando da educação em Portugal é possível compreender que a citação acima é determinante para compreender que o intelectual Sanches, por vivenciar uma realidade científica e metodológica distinta da qual o reino lusitano se encontrava, conseguiu identificar os principais deflagradores que freavam o progresso de sua terra natal e, assim, por meio de suas obras, elaborou propostas e reflexões objetivas para serem implantadas na metrópole portuguesa que vivia uma realidade apática, estagnada, inativa. No início de sua obra mais reconhecida no campo educacional e pedagógico *As Cartas para a Educação da Mocidade* escrita em (1760), Sanches (2003) explícita que,

²⁵ Denis Diderot foi filósofo e escritor francês nasceu na Champanha e começou sua educação formal no Colégio Jesuíta de Langres. Um dos primeiros autores que fizeram da literatura seu ofício, mas sem esquecer jamais que era um filósofo. Preocupava-se sempre com a natureza do homem, a sua condição, os seus problemas morais e o sentido do destino. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/biografias/diderot.htm>> Acesso em: 24/09/2014.

²⁶ Jean le Rond d'Alembert nasceu em Paris, 1º filho ilegítimo da escritora Claudine Guérin de Tencin com o cavalheiro Louis-Camus Destouches, um oficial de artilharia das Forças Armadas. D'Alembert estudou teologia e formou-se em Direito (1735-1738). Anos mais tarde descobriu sua verdadeira vocação para a Matemática e Física. Durante sua vida, o intelectual participou ativamente para descoberta de diversas descobertas na área das exatas. Companheiro de homens influentes da época como Voltaire, Rousseau. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/jean-le-rond-dalembert.jhtm> Acesso em: 10/08/2014.

a educação deveria ser útil à mocidade e à sociedade, possibilitando formar o súdito obediente e submisso ao rei e ao Estado.

O autor pontua que a educação almejada não resultaria na especialização de uma única ciência, mas abriria o entendimento de toda a mocidade, trazendo ela às “luzes” necessárias para apropriar-se de conhecimentos científicos primordiais e, com isso, mover-se com destreza em todos os setores sociais do reino lusitano. No entanto, o autor explica que, posteriormente, essas “luzes” iriam auxiliar os jovens a encontrar sua verdadeira vocação e, assim, exercerem sua cidadania. É possível compreender que o objetivo maior de Sanches era mudar a mentalidade da mocidade lusitana, fazendo com que ela se preocupasse em servir a pátria com dedicação e gratidão.

Contudo, o assunto das epístolas não é somente a educação em um sentido estrito, mas uma análise profunda do que era necessário mudar economicamente em Portugal. A forma de educar e os conteúdos educacionais deveriam ser alterados, uma vez que, a educação era para o pesquisador, o elemento fundamental na formação do novo homem português. A obra *Cartas para a Educação da Mocidade* foi redigida pelo intelectual Antonio Nunes Ribeiro Sanches em 1760 publicada pela primeira vez em Paris e enviada ao então rei D. João V sua organização interna conta com 62 paginas e está dividida em 31 subitens, porém sua divisão pode ser agrupada, uma vez que, certos temas têm somente, entre eles, uma singela distinção.

Ao levar este dado em consideração, este capítulo não contemplará todos os itens discutidos por Sanches, mas apenas aqueles que expressam significativamente o pensamento do intelectual. É interessante situar que Sanches escreve sua obra residindo na França, onde os ideais iluministas estavam tendo grande projeção. Por consequência dos fatos e durante a leitura prévia do documento percebemos que o intelectual foi fortemente influenciado na elaboração de sua obra por essa corrente filosófica. Na primeira página da obra nota-se que, Sanches (2003), ao escrever as cartas, objetivava ilustrar ao rei D. João V que uma educação estruturada e ampla possibilitaria o jovem lusitano a servir a pátria com o mesmo amor e ousadia quando serviam em tempo de guerra.

O filósofo considerava que, a educação aplicada com eficiência poderia ser um instrumento persuasivo para que o reino conseguisse superar suas dificuldades. Nesse sentido, o autor, a todo o momento, demonstra a necessidade do reino instruir

amplamente a sociedade. De acordo com ele não é apenas a mocidade nobre que deveria ser instruída, mas todas as classes sociais, no entanto, os conteúdos e os currículos deveriam ser pensados e organizados particularmente para cada camada social. Sanches (2003), relata no início de sua obra, que o rei D. João V pleiteava incorporar no reino uma cultura atualizada e iniciou esse desejo ao introduzir no reino a arte barroca e a literatura a propósito, em 1722, o rei fundou a Real Academia Portuguesa de História e em 1731, introduziu a ópera italiana.

Entretanto, embora Sanches considerasse um avanço intelectual o rei introduzir no reino novas expressões de arte, afirmava que esta ação era bastante restrita e não havia clara intencionalidade. De acordo com ele, D. João V procurou desenvolver as artes menores, investiu em artes maiores, produzidas por pintores e escultores que se deslocavam da Itália para trabalhar em Lisboa e Mafra. Vale ressaltar que, foi devido a essas notícias que reacendeu o desejo em nosso autor de servir em utilidade novamente sua nação. Em se tratando de sua obra, Sanches (2003), logo de início apresenta sua implacável e principal crítica, a qual está relacionada ao monopólio da Igreja Católica na direção da Educação.

Mostrarei pelo discurso desde papel, que toda a Educação, que teve a Mocidade Portuguesa, desde que no Reino se fundaram Escolas e Universidades, foi meramente Eclesiástica, ou conforme os ditames dos eclesiásticos; e que por fim foi, ou para conservar o Estado Eclesiástico, ou para aumenta-lo. (SANCHES, 2003, p. 5).

De acordo com ele a organização e a administração da Igreja Católica e, os conteúdos e métodos desenvolvidos nas escolas e universidades visavam à conservação do poder e a expansão da fé cristã para todos os súditos do reino. O intelectual declarou que não importava para a Igreja Católica formar um indivíduo social que se preocupasse com sua pátria, seus valores, sendo que a instrução do clero baseava-se na vinculação de propósitos individualistas. Nesse sentido, Sanches (2003) relata que a mocidade ao finalizar seus estudos, pleiteava cargos que propiciassem status, ao passo que servir a nação e zelar por ela sequer era destacado. O autor destaca que a Igreja Católica implantava na sociedade portuguesa todos os seus ideais e objetivos e nenhuma autoridade social, nem mesmo o rei, discordava de suas determinações, doutrina e filosofia.

Diante desse contexto, ao realizar uma observação minuciosa da obra daquele intelectual identificamos que, para conseguir estabelecer uma compreensão correta

sobre a submissão de toda uma sociedade perante a Igreja, ele regressa e busca na história fatos que influenciaram na configuração social do reino lusitano no século XVIII. À vista disso, o intelectual seleciona cinco períodos significativos que foram determinantes para estabelecer em Portugal e, também em outras nações europeias, a supremacia e o poder da Igreja Católica Romana. O primeiro período histórico que o autor se debruça é sobre as Congregações dos Fies Cristãos, as quais ensinavam doutrina cristã.

Entre as congregações o autor sinaliza a Escola de Alexandria, de Constantinopla e de Roma e chega até os anos de 800 D.C, com a dominação de Carlos Magno. Em seguida, Sanches (2003) escreve sobre as Escolas Eclesiásticas, sobre a ideia de obrigação referente à vida civil, aos vínculos da sociedade e, também sobre a Constituição da Sociedade Cristã. O autor busca entender como os eclesiásticos passaram a governar os Estados de distintas nações Europeias, por meio, das regras das Congregações e dos Coventos.

No terceiro momento Sanches (2003) refere-se às Universidades, especialmente, a Universidade de Coimbra depois de sua renovação 1553, ele discursa sobre os efeitos negativos que as leis da Igreja causaram nas escolas e nas universidades, principalmente no que se refere aos costumes das leis, na escravidão e na intolerância civil. Conforme a avaliação inicial do nosso autor, a educação não poderia estar a cargo de uma ordem eclesiástica que tem interesses individualistas e reducionistas como era administrada em tempos de guerra.

O texto também explora outros temas sobre: a natureza da educação e o objetivo que ela deve ter no Estado a qual pertence qualidades que o mestre deve apresentar para poder ensinar os jovens a ler e a escrever; quais conhecimentos científicos os jovens portugueses precisam ser submetidos após estarem aptos à leitura e a escrita como as escolas deveriam ser organizadas e administradas quais seriam os critérios para estudar na Escola Real, nas Escolas Maiores ou no Colégio para os filhos dos Nobres, destinado aos filhos da nobreza portuguesa.

Para tanto, ao finalizar sua primeira apreciação, Sanches (2003) discorre sobre uma possível organização escolar para as Escolas Maiores, ou seja, sugere conteúdos científicos para ser transmitidos aos alunos, ressaltando a importância de uma educação distinta para os jovens da Fidalguia e da Nobreza Portuguesa. Na avaliação do autor a

Fidalguia e a Nobreza deveriam ser instruídas em uma Escola Real que formasse os jovens, principalmente, para serem uteis a pátria, visto isso, a construção da Escola Real era prioritária. Entretanto, para atingir o objetivo deste trabalho, não iremos discutir sobre o primeiro período histórico, visto que a apresentação dos outros momentos se faz prioritária.

É importante, também, esclarecer que os tópicos da obra *As Cartas para a Educação da Mocidade* foram selecionados e agrupados no corpo do texto, uma vez que compreendemos que todo o estudo do intelectual é extremamente plausível à análise proposta. No entanto, consideramos que alguns temas se destacam, por conta disso têm uma maior apreciação nos subtítulos, proporcionando aos leitores um entendimento central do pensamento de Antonio Ribeiro Nunes Sanches.

3.1 Reflexões sobre as Escolas Eclesiásticas e Ideia das Obrigações da Vida Civil e do Vínculo da mesma na Sociedade

Sanches (2003) averiguou que, as Escolas Eclesiásticas tinham por finalidade ensinar sua doutrina e formar o cristão ideal, portanto, não importava à Igreja Católica ensinar conteúdos que inferisse a formação social do indivíduo, valores republicanos e utilidade aos súditos lusitanos em cargos públicos no reino. O pesquisador destaca que, essa configuração de sociedade vinha sendo difundida desde a fundação da Igreja Católica, quando era pecado bispos e eclesiásticos almejarem possuir terras e bens materiais, ter jurisdição temporal sobre os leigos e a servir a nação com cargos públicos, uma vez que eram limitados a servirem apenas ao Senhor Jesus Cristo.

No entanto, segundo o intelectual, quando Constantino abraça o Cristianismo, os cristãos seculares e os eclesiásticos passaram a não basear sua vida nas ordenações da Igreja Católica e na santidade do Papa, mas passaram a pleitear cargos públicos, civis e militares e, também, a adquirir bens materiais. O discurso que os eclesiásticos utilizavam era que, com essa nova roupagem social e pública, os padres poderiam servir ativamente à sua pátria e a seu povo, ou seja, teriam acessibilidade aos homens difundindo a fé em sua república. O historiador Martins (1972) apontou que essa abertura permitiu com que a Igreja Católica possuísse quantidades exorbitantes de bens e, também, que pudesse servir a nação em cargos públicos. O historiador explicita que essas mudanças levaram clérigos e Igreja Católica no século XVIII a se corromperem.

Sanches (2003) declarou que, a educação vinculada em Portugal pela Companhia de Jesus, tinha como um dos principais objetivos a correção em excesso, pois segundo ele, os corretivos eram referentes aos costumes e as obrigações que nascem em todo o homem, o de ser cristão. O autor argumenta que as escolas do Gentilismo, que não eram administradas pela Igreja Católica, estavam praticamente extintas no reino lusitano, visto isto, o autor relata que a educação eclesiástica era a única instrução que o jovem português poderia ter acesso, sendo assim, se não frequentasse a escola controlada pelos jesuítas ficava privado de qualquer forma de conhecimento.

De acordo com o intelectual, a Igreja Católica participava do governo do Estado como se fossem seus conventos e catedrais, pois, segundo ele, as universidades eram administradas como Seminários do Estado Político e religioso da República Cristã. Desse modo, é possível perceber que, para ele, o Estado não ditava as regras de nenhuma instituição educacional. Sanches (2003 p. 6) ao compreender essa dinâmica social se indignou e em um desabafo declarou “quem tem legitimidade de ordenar e de decretar leis para escolas e universidades é o rei e todos devem obedecer como súditos fieis”. O filósofo explicita que as leis do Estado, elaboradas para a educação devem ter o objetivo de ensinar seus súditos, sendo que o melhor ensinamento a ser vinculado à sociedade deve estar associado ao serviço e a obediência da nação perante seu rei soberano.

Na avaliação de Sanches, toda a sociedade deve obedecer e servir sua nação com todos seus bens e com sua própria vida, jurando em todo o tempo fidelidade extrema ao rei. Para o autor, o Estado precisa ser considerado sagrado tanto para o súdito quando para o soberano. Diante disso, ele argumenta que para uma monarquia se conservar é necessário que o rei decrete leis e que o povo as conheça e que, igualmente, as obedeça. O autor destaca que as leis até então decretadas na metrópole não eram leis civis, mas sim leis pervertidas pela Igreja Católica e, diante desse contexto Sanches (2003, p. 29) declarou que “as leis devem mudar seguindo sempre a dinâmica e as circunstâncias do Estado e do povo”.

De acordo com nosso autor, a nova configuração social e administração iria propiciar uma maior conservação do Estado Político e Civil lusitano. Para ele o governo necessitava almejar sempre mudanças e reformas para o Estado, mesmo que isso

resultasse em mais danos do que benefícios. É possível avaliar que tal pensamento direciona toda a primeira etapa de propostas do intelectual, pois, é preciso haver mudanças significativas na educação e no Estado português.

Sanches (2003) afirma que o rei tem poder de general e, com isso tem sobre si o poder de levantar, alistar e de licenciar tropas, além disso, tem poder de jurisdição, de primeiro juiz, podendo condenar a penas peculiares, ao exílio e a pena de morte qualquer súdito de sua nação. E, ainda, pode cunhar moeda, elaborar leis as quais considere necessárias para agricultura, comércio e indústria é o rei que decreta leis para o aumento de seu reino, para a educação de sua mocidade, para as artes liberais e mecânicas, para as ciências necessárias no tempo de paz e, também em tempo de guerra. Portanto, para Sanches o rei é o primeiro pai e conservador do reino.

A obra do intelectual destaca, ainda, as duas obrigações que os súditos precisam ter para com sua pátria, a primeira refere-se aos súditos servirem a república com todas suas propriedades e bens e, se necessário com sua própria vida, a segunda obrigação infere a liberdade de o súdito querer e não querer, julgar e não julgar, ver e não ver. O intelectual explica que, essas ações fazem parte do interior do homem e que muitas vezes não são demonstradas por ações exteriores.

Logo a supressão dos atos resulta na igualdade entre os homens, sendo a busca pela igualdade responsabilidade integral de todos os integrantes de uma sociedade. Segundo o autor, os pensamentos interiorizados ligam a sociedade no juramento de fidelidade à nação, uma vez que todos passam a ser iguais. Na análise do Sanches (2003 p. 7) “a ruína do Estado encontra-se na diversidade de pensamento e de ações”. No entanto, ele explícita que não é possível inibir os sentimentos dos homens, mas é possível veda-los para que não sejam exteriorizados. Nesse sentido, percebe-se que o teórico propõe uma nova configuração social para a sociedade portuguesa, que pode ser representada da seguinte maneira.

Primeiro o Estado Civil passaria a ser formado pelo juramento de fidelidade do povo e o Rei seria o seu soberano, representaria a alma e a inteligência maior do corpo civil, aquele que move e retira as ações. O rei teria o poder de obrigar os súditos a servirem pessoalmente a pátria e a nomear os homens mais capazes para executar as tarefas e as obrigações no reino. Já a sociedade civil se responsabilizaria em vender

trocar e comprar, ou seja, a sociedade como um todo passaria a ser útil a república portuguesa.

Todas as acções que não forem úteis a si, e ao Estado, e ao mesmo tempo em que não forem decentes, são viciosas, destruidoras da conservação própria, e por consequência da vida civil [...] No período em que a república da Grécia e a Romana seguiram essas virtudes se conservaram potentes e conquistaram inimigos. (SANCHES, 2003, p.7).

Todavia, para que as capacidades fossem garantidas aos indivíduos, o filósofo avaliou que os súditos precisariam se apropriar de algumas habilidades como, falar uma única língua para se compreenderem e, também, a possuir virtudes como o bom trato, a gentileza, a pontualidade e a honestidade, capacidades necessárias para o processo civilizatório de qualquer nação. De acordo com Sanches (2003), esses elementos eram cruciais para desenvolver um novo modo de ganhar a vida, pois essas novas habilidades do novo homem garantiria o comércio para uma nova vida. O intelectual esclarece que o Rei precisaria ter total responsabilidade na promoção de utilidade pública e particular da metrópole, determinando o modelo de uma nova educação evidenciando tanto as virtudes quando os vícios sociais.

O filósofo considerava que, esses princípios eram fundamentais para o avanço do reino e, por conta disso, necessitava ser atentamente vinculado. De acordo com o pesquisador, a educação precisaria transmitir conhecimentos científicos e práticas em virtudes sociáveis, uma vez que tais conteúdos seriam a base para a sociedade servir com excelência sua pátria. Sanches (2003) conclui que o reino em que a sociedade é controlada pela Igreja Católica não avança e afirma que a Igreja deveria restringir-se em ensinar a doutrina religiosa, como é evidenciado na citação abaixo;

Cristo disse à igreja que deveria se ocupar com as coisas divinas do evangelho e administrar os sacramentos e o batismo, reduz então o ensinamento aos bens espirituais, a graça e a santificação das almas, ou seja, a vida eterna [...] Cristo deu à sua Igreja, se reduz a ensinar os preceitos do seu Evangelho, e a administrar os Sacramentos (SANCHES, 2003, p. 8).

De acordo com Martins (1972) a religião no século XVIII resultava em uma fórmula seca, na qual os jesuítas mumificavam e estagnaram o mundo e o homem português e, com isso o catolicismo estava levando Portugal ao mais fundo abismo, especialmente por causa de suas ações perniciosas. Mattoso (1998 p. 379) diz que a intenção de Sanches ao escrever ao rei era de realizar;

A reabilitação da majestade, numa perspectiva jusnaturalista, que impunha a defesa de uma laicização da cultura e, logo do sistema de ensino. A si preocupa-o demonstrar que a educação das crianças e dos jovens apenas compete ao poder político. Só a doutrina cristã pode ser ensinada pelos eclesiásticos, na universidade os estudos eclesiásticos devem ser separados do ensino laico. Para isso é necessário empreender reformas desde o ensino de primeiras letras até à universidades, introduzir novas matérias e regras académicas, secularizar os quadros docentes. A proposta é a de uma educação prática e útil ao País e ao Estado.

Dessa forma, é possível compreender que os estudos realizados sobre o pensamento de Ribeiro Sanches apontam o desejo do intelectual de produzir uma reforma significativa no sistema de ensino em Portugal. Mattoso (1998) apresenta algumas das propostas de Ribeiro Sanches e sua luta por uma reforma educacional no reino lusitano, afirmando, entretanto que, o principal esforço de Ribeiro Sanches era de retirar o ensino português do controle da Igreja Católica. Ao analisarmos a obra de Sanches foi possível, também, observar que o autor pretendeu a todo o momento demonstrar que a jurisdição da Igreja Católica deveria limitar-se ao nível espiritual, não a querer absorver a jurisdição política e civil do reino.

Sanches explicou, em sua obra, que a Igreja Católica governava o reino por meio das leis, dos sacramentos e da penitência, castigando as causas que julgavam inapropriadas com castigos corporais, os clérigos, eram tutores dos órfãos e das viúvas, das rainhas e dos príncipes, posto isso, castigavam com penas civis todas as ações contra a Igreja e a religião (heresia, blasfêmia, usura, concubinato entre outros), por meio do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição; logo, toda a sociedade temia e obedecia a Igreja. Segundo o intelectual, o Estado era dirigido por leis primitivas da instituição eclesiástica, o sacramento e a penitência formaram um Tribunal Civil no reino português o qual ditava todas as regras.

O autor nomeia as ações da Igreja Católica de Intolerância Eclesiástica, Fraternal e Cristã. Para ele, essa Intolerância foi fundada segundo a natureza da sociedade a qual garantiu a Intolerância Civil que estava levando o Estado português à mais absoluta ruína. Boxer (2002) apontou que a Intolerância Eclesiástica não se restringia apenas aos cristãos, mas também aos judeus ortodoxos, que eram castigados pela Inquisição. Sanches entendia que muitos dos eclesiásticos que ensinavam os magistrados e o próprio Rei eram homens desqualificados que causavam discórdia e confusão no reino, ou seja, o ensino para os governantes do reino era igualmente medíocre.

3.2 Universidades

Ao se tratar das Universidades, Sanches (2003, p. 18) declara que “S. Majestade é o Senhor de abolir e de instituir as Escolas e as Universidades que são prejudiciais ou úteis ao Estado à conservação de seus dilatados Domínios”. Nesta citação o autor discursa sobre o poder supremo que o Rei tem frente a quaisquer instituições de ensino em território português. O intelectual explicita que o Rei tem sobre si autoridade de estabelecer ou destituir qualquer forma de instituição, principalmente, aquelas que não cumprem com a conservação do Estado Lusitano e com sua função social. De acordo com o autor, a escola e a universidade têm a incumbência de propiciar a toda a sociedade conhecimentos essenciais a nível social, político e econômico.

Para tanto, na avaliação de Sanches o objetivo maior das instituições educacionais deve ser o de formar o súdito que sirva à pátria com todas suas potencialidades e particularidades. Entretanto, o pesquisador ao analisar a organicidade das universidades portuguesas observou que, em suma, todas se configuravam como corpos eclesiásticos. Ele demonstrou que os universitários naquele período estudavam Direito Canônico, eram reconhecidos e condecorados no curso, eram submetidos às formalidades eclesiásticas, julgados não mais pelo Estado, mas sim pela Igreja Católica. Os estudantes que cursavam o Direito Canônico recebiam roupas, anéis, livros, adquiriam o hábito de falar e ministravam o beijo da paz como se permanecessem em um Estado Sacerdotal.

Sanches defende a ideia que as universidades objetivavam fortalecer exclusivamente os interesses da Igreja Católica, aliás, para ele, o que era realmente importante era deixado de ser ensinado. De acordo com Sanches ele a administração das universidades, por interpretar mal sua função social confundia significativamente toda a sociedade civil. Na sua avaliação, ninguém compreendia ao certo quais responsabilidades eram da Igreja Católica e quais a do Estado.

Na análise de Verney o ensino ministrado nas universidades era baseado em uma teologia fundada, nos prejuízos da filosofia Peripatética²⁷, a quem nominou de escolástica. Nesse sentido Sanches, segundo sua análise verificou a necessidade de

²⁷ Filosofia Peripatética é baseada nos estudos de Aristóteles e na forma com que ele ensina seus discípulos no Liceu (caminhando). Esta filosofia foi seguida por muitos padres portugueses. Disponível em: < <http://filosofiacritica.wordpress.com/2013/07/23/peripateticos/>> Acesso em 16/07/2014.

secularização imediatamente a educação lusitana, uma de suas propostas foi que o Rei estabelecesse no reino três universidades: Braga, Évora e Lisboa. O pesquisador sugeriu que em uma delas se ensinasse exclusivamente as Ciências Humanas, que para ele é o que efetivamente se necessita no Estado Civil lusitano. Para tanto, ao analisar a obra foi possível observar que o intelectual tece uma forte crítica aos conteúdos ministrados nas instituições acadêmicas. Segundo ele, os conteúdos restringiam-se a ensinar os decretos e as decretais Clementina da Igreja, ou seja, as leis e normas religiosas.

O autor esclarece que, os decretos ensinados nas universidades desencadearam a origem de todas as leis seguidas em Portugal no século XVIII. Nesse contexto, as leis favoreciam e eram exclusivamente convenientes aos eclesiásticos e à Igreja Católica. Para nosso autor os conhecimentos sobre as ordenações do reino, os deveres e os direitos dos súditos, o percurso e a história da república, seus costumes, não eram vinculados ao currículo nas universidades. À vista disso, é observável que os alunos formados nas universidades de Portugal não compreendiam sequer sua função social no reino.

De acordo com explicação de Sanches (2003), a situação se agravava, porque a maioria dos alunos solicitava ao reitor que fossem transferidos os anos que estudaram as leis do Estado para o curso de Direito Canônico. Para ele a mentalidade da mocidade lusitana e o status de se integrar a uma ordem eclesiástica garantia aos estudantes uma vida fácil e ociosa. Martins (1972 p. 384) referindo-se ao período de Sanches declarou;

[...] no Direito tinham banido o método histórico, cingindo às apostilas dos lentes, a *sebenta*; na Medicina tinham suprimido a anatomia, sem a qual o estudo era quimera; e a Matemática, reduzida em Coimbra a uma cadeira apenas, como distração, limitava-se em Évora a um curso elementar. O curso de Filosofia prolongado por três a quatro anos era um modo de entreter, com frases ocas e dissertações estéreis, a atividade mental dos discípulos, desviando-a do pensamento para a retórica [...].

A citação acima sinaliza a situação precária do ensino nas universidades portuguesas. Portanto, é diante desse quadro que Sanches o *estrangeirado* iluminista, declara ser essencial haver uma mudança na configuração educacional portuguesa. Para o intelectual, o ensino deveria transmitir conhecimentos e noções das coisas naturais e civis, que possibilitassem o jovem português pensar, refletir e agir sobre projetos sociais de cidadania e, também, buscar cooperar para o progresso da nação. O filósofo, em sua avaliação, afirma que o aluno deveria finalizar seus estudos com um juízo formado,

sabendo discernir sobre bem e o mal, útil e inútil e, também, sobre os aspectos plausíveis que deveria ser estabelecidos na pátria. Ele afirma ainda, que esses fatores contribuiriam para o avanço na sociedade civil portuguesa.

Sendo assim, Sanches evidenciou que ao governo carecia promover uma mudança na mentalidade do povo, da burguesia e da nobreza. Na avaliação do autor, o pensamento crucial que deveria ser readequado rapidamente na nação está relacionado ao prazer de toda a sociedade pelo trabalho árduo. Segundo o intelectual, os jovens deveriam ser reprimidos por buscar cargos ociosos e a almejar apenas posição e status. Sanches elabora uma reflexão acerca do trabalho escravo, sendo que, para ele, a escravidão era aceita, lamentavelmente, sem qualquer questionamento em solo português. Sanches avaliou que a Igreja Católica era indiferença à prática escravista.

Inconformado com a postura da Igreja diante de tal prática desumana, Sanches (2003, p.26) se posiciona e declara sua abominação ao trabalho escravo, segundo ele a escravidão era “perniciosa, e o reino lusitano só tinha a perder com ela”. Ao analisar a obra observamos sua inquietude, uma vez que não entendia como a Igreja Católica, que se dizia lutar para a igualdade social dos súditos do reino, concebia tanta distinção entre homens libertos e escravos. Nesse sentido, Sanches (2003, p.7) constata, não era a Igreja Católica que afirmava que, “no reino de Deus todos os cristãos são iguais”. De acordo com o intelectual a escravidão ocorria em Portugal pelo fato da educação não ser sólida, pois o objetivo eclesiástico não era de conservar seus semelhantes, nem promover a paz e a união entre as famílias da pátria.

Sanches (2003, p. 31) desabafa “por causa das inúmeras imunidades dos eclesiásticos é que ainda se apresenta no reino o quadro de escravidão”. Posto isto, a Intolerância Civil foi um dos temas mais retratados na obra do intelectual, afirmando que os eclesiásticos naquele momento estabeleciam a verdade universal, ditavam todas as regras e leis do Estado. Entretanto, embora a situação fosse desanimadora, ele e Cunha (1976), sugeriram em suas obras que o Estado deveria promover ao súdito o direito de escolher sua religião, de ter autonomia para pensar e, se acaso cometesse algum crime civil, deveria ser julgado e punido pelo Estado não pela Igreja Católica.

Nessa análise, Sanches (2003) afirma que a Intolerância Civil estabelecia muros de separação entre os súditos do reino, exemplificando o desprezo na alma dos portugueses contra os judeus e contra os cristãos-novos, que criava aversão à

humanidade e ódio entre os homens. Segundo o autor, tal atitude que não fortalecia o reino à medida que dispersava a nação e cada um lutava pela causa de um grupo específico, não por uma causa republicana. Sanches demonstrou em sua obra que o século XVIII em Portugal foi o século mais destemperado e luxuoso. Ele relata que, o reino lusitano não aportava sólidas estruturas, não havia Tribunal de Economia Universal, Tribunal de Comércio com jurisdição especial para causas diferentes da prática do direito, e nem Tribunal que cuidasse do sistema educacional.

A propósito, faz-se necessário destacar que a maioria da população portuguesa era analfabeta. Para tanto, embora fosse uma empreitada desafiadora, o teórico declarou que, para salvar Portugal da crise que se encontrava, era necessário que todos os súditos dominassem a leitura e a escrita. Entretanto, adverte, que educação e Estado precisam contemplar as particularidades de cada classe social, isto é, se todo povo tiver excelência em ler e escrever não irá querer servir no campo com seus pais, mas sim irá desejar ser mestre da indústria e de inteligência da república.

Se os filhos dos lavradores desampararem a casa de seus pais, é porque têm esperança de ganharem a sua vida com sua indústria e inteligência: e já lhe não são necessárias as simples mãos para sustentar se; sabem ler e escrever tiveram nas aldeias onde nasceram escolas pias de graça ou por muito vil preço, e de mesmo modo as mulheres, que ensinaram seus filhos a escrever, quando não têm dinheiro de pagar seus Mestres; e está é a origem porque os filhos dos Lavradores fogem da casa de seus pais; o remédio seria abolir todas as escolas em semelhantes lugares [...] por isso à idade de quinze anos não querem ficar num ofício laborioso às vezes infame. (SANCHES, 2003, p.34).

Nesse sentido, para o intelectual seria necessário desenvolver e estabelecer no reino um forte comércio nacional e internacional, uma educação de qualidade para que os filhos da pátria a servissem com primazia. Porém, os filhos do campo necessitam ter ânimo para seguir o ofício de seus pais. Essa educação diferenciada iria possibilitar aos súditos independentemente de qual fosse sua classe social, sentimento de pertença, à sociedade que integrava, evitando, assim, o ócio que para ele era o maior vício contra o Estado. Sanches (2003) afirmava que esta é a educação que necessita a mocidade do reino português ser instruída.

3.3 Qualidades dos Mestres para ensinar ler e escrever e Apontamentos sobre o que se devem apreender os meninos além de ler, escrever e contar.

Os Mestres que ensinam a ler e a escrever, é um cargo público, não de tão pouca consequência para a República como vulgarmente se considera: ordinariamente são empregados neste ministério homens ignorantes, muitas vezes com vícios notórios, que escandalizam. [...] não têm nenhum salário público; o proveito destes Mestres é tão tênue que apenas os tira fora do estado de miséria. (SANCHES, 2003, p. 35).

De acordo com a citação acima, Sanches sugere uma mudança significativa no perfil físico e moral dos educadores e na administração do Estado frente ao cargo público de professorado. Segundo o intelectual, a profissão de mestre em Portugal era deprimente, não havia critérios para contratação dos profissionais e, também para a paga de seu trabalho. Ele relata que os professores não dispunham de nenhum apoio do Estado, aliás, o salário recebido os retirava apenas de uma situação de miséria. Desse modo, a partir dessas constatações, o intelectual propõe algumas mudanças. Primeiramente, que os professores sejam avaliados pelos diretores das escolas e, as exigências para ocupar o cargo seriam dominar a língua latina e materna, a escrita, a aritmética e a leitura. Caso aprovado, o diretor de estudos destinaria o professor à escola que iria lecionar.

Sanches (2003) também propõe que o trabalho do professor e seu desempenho, fossem avaliados pelo delegado de estudos. Portanto, o trabalho do mestre educacional deveria ser digno e bem remunerado, contudo o profissional, também deveria ser capacitado, dispor de conhecimento sólido e estruturado. Nosso autor avaliava que o salário deveria propiciar o sustento do professor e de toda sua família com extrema decência. Sugeriu, também, que os mestres fossem enviados a países mais adiantados para apreender, propondo o envio a lugares como: Alemanha, França ou Inglaterra, consideradas nações que disponibilizavam conhecimentos mais estáveis. Ele afirma que os mestres não poderiam ter defeito físico e moral, uma vez que as crianças tendem a imitar hábitos e costumes daqueles que são autoridade, agindo não por bem ou mal, mas por exemplos e atitudes.

Nessa perspectiva, o mestre deveria ter reputação e costumes aprovados, sendo todos conhecidos com louvor. O autor sugere que todos os educadores sejam casados e que tenham filhos, pois seriam homens mais carinhosos no trato com seus alunos. Sobre as recomendações educacionais na metrópole, o intelectual sugere que, a educação dos meninos inicie-se na primeira infância, na medida em que compreende que, os conhecimentos adquiridos são a desgraça ou a felicidade para toda a vida do homem.

Para Sanches (2003), os meninos deveriam apreender a recitar memórias, laudas e prosas, porém deveriam ser instruídos principalmente nas obrigações do homem de bem, honesto e bom cristão. Por fim, pleiteava que o Estado produzisse um livro o qual ensinasse os meninos todos os princípios da vida civil portuguesa.

Sanches (2003 p. 36) afirmou que “o homem nascido entre homens devia obrar e fazer tudo conforme as Leis estabelecidas: a ninguém era lícito viver conforme sua vontade, prazer e fantasia”. De acordo com ele a finalidade era moldar uma mocidade que honrasse pai e mãe, que fosse amiga e fiel. Entretanto, o objetivo central para o autor era que os homens amassem sua pátria e que passassem a honrar e respeitar seu Rei como a cabeça da nação portuguesa.

3.4 Necessidade que tem o Reino de Escolas em modo de Seminários e as Escolas Reais

Sanches (2003) apresenta como deveriam funcionar as escolas. Para ele as escolas deveriam ser estruturadas, como seminários ou pensões, ou seja, casas em aldeias pequenas, ensinando os alunos como apreender a viver e a servir o Estado. De acordo com o intelectual estas iniciativas aumentaria o compromisso entre os súditos no reino, tornando-os as mãos e pés da república. Inclusive os seminários seriam, segundo o autor, uma utilidade pública para a metrópole.

Já para as Escolas Reais a proposta é diferente, particularmente, por causa da diferenciação dos alunos. Nessa escola, a Escola Real, iriam se matricular apenas 20 alunos, que passariam por uma análise de capacidades e talentos, deveriam ser mantidos pela realeza portuguesa, no entanto, se reprovassem nos exames anuais eram prontamente dela excluídos. A Escola Real disponibilizaria estudos referentes às disciplinas de Matemática, Jurisprudência, Medicina, Física, Bons Modos e Ciências Humanas. De acordo com Sanches (2003) essa nova configuração proposta para o ensino formaria a primeira sorte de novos súditos em Portugal.

A obra de Sanches (2003) também evidencia a segunda classe de discípulos que iriam fazer parte da Escola Real, nomeados de “Percionários”, estudantes que entrariam na escola para perderem os mimos concedidos por seus pais, apreenderiam a se comunicar e a possuírem conhecimentos sociáveis e, nesse caso, aprenderiam conviver em sociedade e movimentar-se em uma vida civil. Os alunos estariam sendo cuidados e observados pelos mestres e inspetores e, melhor, adquiririam um ânimo de patriotismo.

A terceira classe de estudantes a frequentar a Escola Real seria composta de jovens que estudassem em escolas públicas, as quais eram controladas pela Igreja Católica.

Sanches (2003) explícita que as escolas administradas pela Igreja Católica disponibilizavam aos alunos apenas ruindade e maldade, os meninos saíam de suas casas apenas para apreender os maus costumes da sociedade. O teórico elaborou essa afirmativa quando observou a volta dos alunos para suas casas que, segundo ele, voltavam desobedientes, preguiçosos, rudes e obstinados, como um reflexo de seus toscos mestres. Diante da má administração escolar o intelectual, ainda, propõe que seja estabelecido mais três classes de escolas. Na primeira escola se ensinaria a história da natureza universal, a natureza humana, história natural, botânica, anatomia, química, metalúrgica e medicina. Segundo o autor estes conhecimentos proporcionariam uma dinâmica adequada a ser estabelecida no cotidiano civil da mocidade lusitana.

A segunda classe de escola transmitiria todos os conhecimentos do estado civil e político a história universal, profana e sagrada, filosofia moral, direito das gentes, direito civil, leis pátrias e economia civil. E, a terceira classe de escola, transmitiria conhecimentos sobre a religião e, também sobre o exército. Portanto, é observável que o autor buscou a todo custo estabelecer uma separação definitiva entre Igreja (Fé) e Ciência (Razão). Outra proposta do pesquisador referente à separação de fé e razão era que as ciências humanas ficassem sob a responsabilidade das Escolas Maiores e o Estudo Cristão de responsabilidade exclusiva do Colégio Religioso. Porém o texto sugere;

Que estes dois Colégios ou Escolas ficarão estabelecidos no lugar que parecesse o mais conveniente à sua destinação; que não deviam ficar na mesma cidade, onde ficasse Universidade de Teologia e Direito Canônico, por evitar muitas contentas que se levantariam indispensavelmente pelo concurso dos Estudos Eclesiásticos e Seculares, regrados tão diferentemente. (SANCHES, 2003, p.47)

No entanto, faz-se necessário especificar que para o teórico a responsabilidade de ordenar em quais cidades seria instalada cada modelo de escola seria do Rei. Outro aspecto importante observado na proposta educacional de Sanches está associada à preocupação do autor para que não houvesse indisposição entre clérigos e seculares. Por conta disso, afirmou que era preciso separar as escolas controladas pela Igreja Católica das escolas que a partir daquele momento seriam administradas pelo Estado. Para finalizar esse tópico nosso pesquisador adverte que deveria ser proibido nas escolas

eclesiásticas o ensino contra as Leis do Estado. Em se tratando dos clérigos o autor propõe que sejam proibidos de lecionar nas escolas seculares, principalmente, porque não são casados.

3.5 Sobre o ensino que se deve preceder nas Escolas Maiores e nas Escolas Militares

Sanches (2003), ao analisar a educação em Portugal e percebe a necessidade de estabelecer no reino alguns passos que viessem direcionar a administração das Escolas Maiores. O resultado da análise realizada pelo pesquisador levou-o a elaborar cinco modos ilustrativos.

O primeiro estaria relacionado à *Observação*, que representa a percepção de como ocorre à vida. O segundo envolveria a *Lição*, que contempla toda forma de experimentação. O terceiro diz respeito ao *Ensino* dos mestres, por meio de um método interacionista, em que os alunos pudessem perguntar e dialogar.

Já o quarto modo de ilustração infere a *Conversação* que possibilitaria os alunos a apreenderem sobre o conhecimento que os outros já dominavam. E, por fim, o último modo de ilustração refere-se à *Meditação*, pois nesse momento os alunos estariam aptos para ler, escrever e meditar, todavia, para o intelectual o último modo de ilustração é a chave para se conquistar todos os outros, pois sem a reflexão e meditação nenhuma ação poderia ser possível “cultivar a memória na idade certa pela observação, leitura, ensino e conservação, seria o ideal para qualquer aluno”. (SANCHES, 2003, p. 48).

Sanches recomenda que o estudo sobre a História seja a primeira matéria a ser vinculada nas escolas, pois é necessário que o aluno conheça o desenvolvimento do mundo e, posteriormente era fundamental que adquira os conhecimentos relacionados à Geografia e à Cronologia. Na análise de seu texto observamos que Sanches é favorável aos estudos empíricos e pragmáticos, em que o aluno direcione seu saber nos efeitos da natureza e na natureza, não ficando aprisionado à ideia de milagres sagrados.

Outro tema discutido na obra é sobre a educação dos jovens da Fidalguia portuguesa, em que o intelectual afirma que o ensino dessa classe social deveria almejar formar os oficiais de guerra e mar, pois segundo ele, o ensino da Fidalguia lusitana precisaria estimular a reflexão, a atenção e o domínio de múltiplos conhecimentos.

Para o autor, o acúmulo de saberes contribuiria para a conservação do Estado, pois somente assim os jovens estariam capacitados para servir com intrepidez sua pátria.

Do referido se vê a necessidade que tem o reino da Educação da Fidalguia, não só nas letras humanas, mas também na Política e nas Matemáticas, para servir a sua pátria, nos cargos de guerra, e nos de paz; e que por faltar semelhante Educação, chegaram tantas Monarquias da Europa àquela decadência desde o ano de 1500, que parece impossível revelar, se não reformar esta omissão tão considerável. (SANCHES, 2003, p.53).

Nesse sentido, o desejo de Sanches era formar homens capazes que atuassem na república portuguesa. Em discussão sobre as Escolas Maiores, o intelectual afirmou que essas escolas necessitariam seguir algumas ações para ter um funcionamento apropriado. A primeira sugestão do autor é que não seria mais permitido aos mestres e a qualquer outro empregado da escola que não fosse casados habitar nos edifícios do governo. A segunda recomendação sinalizava que nenhum estudante poderia ser educado individualmente. Já o terceiro apontamento sugeria que os próprios estudantes seriam os responsáveis em limpar seu quarto e a fazer sua cama.

A quarta e quinta instrução estavam associadas aos quartos dos alunos, em que todos deveriam ser iguais, com o mesmo ornamento, além disso, toda sorte de bebida, comida, vestimenta e calçados utilizados pelos alunos deveriam ser exclusivamente produzidos em Portugal. A sexta recomendação do autor é que todos os estudantes viessem se alistar nas companhias governadas pela disciplina militar. A sétima regra é sobre as refeições que deveriam ser servidas sempre em comunidade, posto isto, nenhum alimento poderia estar no interior dos quartos.

A oitava recomendação diz respeito à proposta de ter a constante presença de um educador nos edifícios escolares nos períodos diurno e noturno. A nona regra era que ninguém poderia entrar no quarto de seu colega e se alguém desobedecesse seria castigado com prisão. A décima instrução era para os tenentes, diretor de estudos, mestres e oficiais e, estava relacionada a servir a pátria com excelência. E, por fim, o último apontamento infere a proibição a todo e qualquer castigo corporal.

É possível perceber que Sanches pretendeu articular de maneira racional toda a estrutura educacional de Portugal, utilizando de exemplos dos sistemas de ensino desenvolvidos na Europa e ousou implantar na cultura lusitana uma nova corrente

filosófica. Todavia, ainda, sugeriu a criação de dois outros modelos de escolas, uma com base nos conhecimentos Militares e outra nos conhecimentos da Realeza, as quais serão apresentadas neste momento.

[...] Escola Militar um Corpo de Guarda, onde os soldados são os meninos e moços Nobres ou fidalgos: estes são os que fazem as sentinelas e as rondas dentro da Escola: ali se exercitam na Arte Militar; e toda ela é governada por esta disciplina; e aquele tempo que os Soldados nos corpos de cartas consomem a jogar, a fumar tabaco, e a zombar, ocupam os moços Nobres destas Escolas nos estudos ingênuos, que são aqueles que servem para servir e mandar na sua pátria. (SANCHES, 2003, p.54).

Sanches manifestou o desejo que a Escola Militar abrangesse em seu currículo o ensino religioso, físico, cívico e moral. Para o intelectual, essa perspectiva estimularia os mestres militares a ensinar os jovens a serem bons cristãos, súditos e soldados. Segundo ele, naquele momento, ainda, seria indispensável aos jovens aprenderem a manejar corretamente e com destreza as armas de guerra, conhecendo as suas evoluções e táticas. A Escola Militar possibilitaria a mocidade portuguesa possuir corpos fortificados, ágeis e endurecidos ao trabalho civil e ao cansaço na guerra.

Conforme já mostrado acima, para o teórico a Nobreza e a Fidalguia necessitavam ser especificamente educadas, conhecendo todas as Leis da metrópole, e ser subordinada aos superiores do reino, especialmente seu Rei. Para o autor, os jovens lusitanos na nova dinâmica educacional preconizariam o hábito de pensar e suas conquistas e honras passariam pelo crivo do merecimento. Outro fator mencionado pelo autor envolve o trabalho dos estrangeiros que, segundo ele, poderiam ser os melhores mestres no período de transição educacional, pois não ficariam constrangidos de mostrar superioridade aos filhos dos Fidalgos, dos Oficiais e da Nobreza.

De acordo com Sanches (2003), os mestres estrangeiros, ainda, seriam os mais aptos para ensinar língua Castelhana, Francesa e Inglesa e, também Filosofia Moral, Direito da Gente, Direito Civil, Historia Antiga, Política atual, Agricultura, Navegação e Comércio. Dessa forma, o intelectual, com muita ousadia propõe em Portugal, que era um reino católico, o ensino protestante, no entanto, em seguida destaca que não espera que sua proposta seja atendida. Ele volta a explicitar que o aluno que se formasse na Escola Militar deveria ocupar cargos conforme sua capacidade, podendo ocupar postos elevados e almejados na sociedade, por exemplo, negociadores internacionais.

Entretanto, esclarece que esses homens antes precisariam servir à sua pátria atuando em cargos públicos a serviço da corte e da nação.

Segundo o ideal do intelectual, era essencial que os alunos fossem instruídos na honra, no proveito e na distinção gloriosa, pois, para ele, é impossível fazer a natureza do homem trabalhar, sem cultivar o discernimento e o entendimento no trabalho penoso. Sanches (2003 p. 62) declarou que;

Os louváveis efeitos da boa educação nesta Academia será o primeiro de saber reger cada qual a seu tempo em todo o dia: acostumados a levantar-se cedo, fica-lhes tempo para aplicar-se e para divertir-se honestamente [...] feliz seria a corte que contasse dos que foram assim educados! As leis teriam vigor, porque os Súditos as executariam: e estando autorizados, as observariam.

Para o intelectual, uma educação estruturada poderia salvar a decadência de Portugal, sendo assim a formação do novo homem garantiria o avanço lusitano. Já a Escola Real destinada à nobreza propiciaria um avanço na economia interior do Estado português, a proposta para essa escola também está baseada em uma educação patriota, que o jovem viesse obedecer as Leis e ao poder supremo do Rei. De acordo com Ribeiro Sanches (2003) a nova forma de ensino estimularia o jovem português ser virtuoso e útil a toda sua pátria.

Segundo a análise do pesquisador, para que todas as suas propostas vingassem de fato, o Rei precisa ser o exemplo fiel para seus súditos, sendo o primeiro a exercitar esse novo modelo de educação, de ordem e de administração. Para ele todos os apontamentos são essenciais e precisam fazer parte de um novo reinado republicano português. Sanches (2003) garante que é pelo exemplo, imitação e prática que aprendemos a viver conforme nossos superiores.

Ao final da carta o autor explica que sua intenção ao redigir a obra foi de contribuir para o avanço de sua pátria, almejando estabelecer ideais inovadores para a conservação do reino lusitano. Nesse sentido, para Sanches a educação universal da mocidade seria o instrumento fundamental para que sua nação alcançasse o progresso econômico, político e social.

4 LUÍS ANTÓNIO VERNEY

Luís Antônio Verney escritor, católico, eclesiástico, filósofo e pedagogo, um dos intelectuais portugueses mais influentes, auferindo grande visibilidade com suas obras no século das “Luzes”. Nasceu em 1713 em Lisboa no dia 23 de julho e seu falecimento foi no dia 20 de Março em 1792. Sua formação inicia-se aos seis anos, pelo Padre Paixão, jesuíta pago pelo seu pai para ensiná-lo ler e escrever, mais tarde foi matriculado no colégio de Santo Antão que era administrado pela Companhia de Jesus. Esse colégio, conforme Pires (1991), foi ao longo do século XVII, e na primeira metade do século XVIII frequentado por jovens lisboetas de diversas classes sociais, rapazes da sociedade portuguesa que adquiriam o conhecimento no campo das letras.

Em suas análises Pires (1991) relata que Verney deve ter estudado no Colégio de Santo Antão entre os anos de 1720 e 1727. A autora elabora esta hipótese com base nos estudos do *Ratio Studiorum* documento didático elaborado pela Companhia de Jesus. Em seguida Verney frequenta o curso de Filosofia ministrado pela Congregação dos Oratorianos, onde estudou também sobre Lógica, Física e Metafísica. Ainda, segundo Pires (1991), há indícios que o intelectual possa ter frequentado a Escola Militar, mas esta informação adverte não ser segura. Posteriormente, Verney vai estudar na Universidade de Évora, outra importante escola administrada pela Companhia de Jesus, onde cursa Teologia e Filosofia e sai licenciado em Filosofia, mas não obtém nenhum certificado de Teologia.

De acordo com Pires (1991) o testemunho, o parecer e a crítica sobre os métodos e currículos nas escolas e na Universidade de Évora que frequentou foram divulgados, em sua referenciada obra *O Verdadeiro Método de Estudar*. No ano de 1736, com o término de seus estudos na metrópole Verney destina-se a Roma para continuar seus estudos. De acordo com Andrade (1966), o intelectual foi para lá estudar Teologia e Direito Canônico, sendo que o descontentamento com a educação foi o motivo que levou Verney a procurar um lugar em que pudesse ter uma estruturada formação intelectual. Segundo Pires (1991), nesse mesmo período, ele conseguiu um benefício eclesiástico.

Pires (1991, p. 10) afirma que “Verney mesmo em Portugal almejava iluminar pedagogicamente a nação portuguesa, porém o intelectual não conseguia divulgar os

conteúdos iluminados em sua nação”. Sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, foi escrita, ainda, segundo Pires (1991), nos dez primeiros anos de sua estadia em Roma, esta obra garantiu ao autor muitas polêmicas, tendo sido criticado por muitos portugueses, principalmente pelos religiosos, suas argumentações desencadearam, ao longo de toda sua vida, inúmeros conflitos.

Pires (1991) relata que entre os anos de 1768 a 1771 o intelectual desempenhou o ofício de secretário da Legação de Portugal em Roma. Tal cargo levou o intelectual português a ter atritos com o então ministro de Portugal Francisco de Almada que era primo do Marquês de Pombal, que custou a Verney sua demissão em Roma. Segundo a autora Verney sempre reclamou da injustiça na forma com que o tratavam. Diante desse contexto, Pires (1991) avaliou que a vida de Verney foi marcada “entre perseguições e calúnias de que considerou sempre ser a vítima e que teria motivado seu desterro”. Segundo Pires (1991, p. 13) Verney tinha;

[...] A imagem nos últimos anos de sua vida é de um lutador derrotado, um homem que se empenhou totalmente na realização de um objetivo e não o viu realizado. Não por culpa sua, mas por culpa dos outros. Muitos que ele mesmo o acusou de ingratidão, inveja e promessas não cumpridas. É um homem desiludido e ressentido, mas que nunca colocou em dúvida o valor de sua obra, nem a sua capacidade de realiza-la.

Contudo, a autora argumenta que Verney exerceu atividades fundamentais e contribuiu significativamente para uma série de reformas no âmbito cultural, filosófico e científico de Portugal. Suas redações influenciaram as mudanças implantadas pelo ministro Marquês de Pombal na educação portuguesa, após a segunda metade do século XVIII. Segundo Carvalho (1991), Verney destaca-se no panorama cultural português no século XVIII, sendo apontado como um dos principais mentores das Luzes em Portugal no período Pombalino. De acordo com Verney (1746)²⁸, a educação deveria exercitar utilmente a mocidade portuguesa, devendo ser regulada desde muito cedo, e para ele esse momento estava associado ao início da capacidade do menino ler e escrever.

Segundo o intelectual Verney (1746), a educação deveria ter métodos adequados e um currículo que contemplasse as necessidades da metrópole. Ele compreende que a educação deveria contribuir para a formação de um súdito proativo

²⁸ Para melhor compreensão do leitor, consideramos relevante traduzir em português contemporâneo as citações inferidas na obra do intelectual Luis António Verney e, também introduzir nas seguintes notas de rodapé as mesmas citações, porém na íntegra em que se apresentam na obra de 1746.

que produzisse e contribuísse no desenvolvimento do Estado. O intelectual produziu sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* em 1746, sob o anonimato de “Barbadinho da Congregação da Itália”. Andrade (1966) explicita que para Verney era necessário que sua obra ficasse no anonimato, por conta da perseguição dos jesuítas, negou por anos que a obra lhe pertencesse. O autor relata que Verney confidenciou a produção de sua obra a apenas um amigo no ano de 1753.

De acordo com Andrade (1980), Verney propôs uma educação distinta da que se vinha praticando até então. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que, os conteúdos da obra do português não estão relacionados apenas acerca da educação em um sentido restrito, mas o intelectual realiza uma análise profunda do que seria necessário mudar economicamente em Portugal. É importante especificar que não escolhemos para análise neste texto todas as cartas do *Verdadeiro Método de Estudar*, mas sim aquelas que entendemos expressar a essência do pensamento de Luis António Verney.

4.1 A influência dos ideais iluministas e o objetivo de reestruturação educacional prescritos na obra de Luis António Verney

Em se tratando da educação, de acordo com Verney (1746), a forma de educar e os conteúdos educacionais deveriam ser rapidamente alterados, e seu anseio era para que a educação passasse a ser um elemento fundamental a qual contribuísse na formação do novo homem lusitano. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo, apresentar as principais inferências e propostas sustentadas pelo intelectual português, especialmente no que diz respeito às críticas feitas ao poder da Igreja Católica e a maneira, segundo ele arcaica que se conduzia a educação.

Faz-se necessário, novamente, explicitar que o século XVIII passou por uma revolução intelectual, marcada pelo Iluminismo, Verney era simpatizante desse movimento que projetou-se na Europa, circulando em todo seu espaço temporal, especialmente na França, local onde o intelectual residia. Em se tratando da obra que é fonte primária para análise do pensamento do intelectual, Andrade (1980) esclarece algumas questões. Segundo ele o *Verdadeiro Método de Estudar* foi publicado pela primeira vez em Nápoles no final do ano de 1746, na clandestinidade.

Na capa da primeira publicação a autoria da obra referia-se ao “Barbadinho da Congregação da Itália”, o texto completo foi enviado aos padres da Companhia de Jesus

em Portugal, aos “reverendíssimos padres mestres da venerável religião da Companhia de Jesus”, especificamente, ao Padre Antonio Balle.

Verney (1746), na introdução evidencia que os apontamentos elaborados em sua obra seguem três objetivos, o primeiro discursar claramente sobre todas as suas propostas, demonstrando a importância de ser prontamente aceita e publicada. O segundo referia-se a promulgação e o enaltecimento ao trabalho da Companhia de Jesus e de seus membros acerca da cultura e, por fim, o último objetivo destacado pelo autor é sobre o esclarecimento de alguns fatores relacionados à ortografia e, também sobre os termos utilizados na impressão da obra.

Ao analisar o estudo *O Verdadeiro Método de Estudar* observamos que o corpo da obra consiste no total de 621 páginas e está dividida em dois Tomos, sendo que em cada um está agrupado o total de oito cartas, totalizando assim nos dois tomos dezesseis cartas. Andrade (1980) relata que, os conteúdos redigidos na introdução da discorrem sobre todas as disciplinas existentes no século XVIII no reino lusitano, contudo, há cartas que são continuação de disciplinas.

Desse modo, ao levar este dado em consideração, constatamos que o autor não tratou sobre dezesseis disciplinas, uma vez que evidenciamos análises em suas cartas sobre o marasmo e a decadência educacional. Cabe ressaltar, ainda, que a última carta não trata sobre uma disciplina específica, mas de uma proposta para a regulamentação do ensino em Portugal. Contudo, foi possível averiguar que Verney discorre sobre a proposta de uma reforma educacional e cultural para a educação do reino lusitano e nesse sentido, avaliamos que as propostas do intelectual se configuram como um plano reformador para a nação portuguesa.

Andrade (1980 p. 18) afirma que, “seu espírito era, não revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista”. O autor explicita que Verney refletia e elaborava ações não somente para as questões educacionais, mas seu objetivo era, também de cooperar para os aspectos sociais, econômicos, políticos e jurídicos do reino. Outro fator interessante da obra é que seu autor elabora suas propostas residindo na França, país onde os ideais iluministas estavam em visibilidade e aceitação. Para tanto, Andrade (1980 p. 18) declarou que o intelectual Verney “não pode deixar de ser considerado um iluminista convicto”, por

consequência, identificamos que o intelectual foi fortemente influenciado pelo Iluminismo.

Ao ler a produção de Verney (1746) percebemos que ele teve a finalidade de ilustrar aos mestres e ao governo de Portugal que uma educação estruturada e ampla possibilitaria aos jovens servirem à pátria com dedicação e habilidades. O filósofo considerava que a educação aplicada com eficiência poderia ser um instrumento persuasivo para o reino conseguir superar suas dificuldades, conseguindo igualar-se, no futuro, às nações mais adiantadas. Desse modo, é notório que um dos objetivos de Verney foi de aproximar a cultura portuguesa dos reinos mais cultos da Europa.

Posto isto, o *estrangeirado* Verney buscava uma cultura atualizada, sendo que suas propostas buscavam a transformação e o progresso no ensino português. Na leitura prévia das cartas, percebe-se que o desejo do intelectual era de poder contribuir de forma útil para o progresso de sua pátria. Segundo Andrade (1980), homens e filósofos iluminados, que detivessem por meio de uma educação estruturada, o conhecimento, seriam os privilegiados da razão, isto é, seriam os melhores conhecedores da natureza humana. Para o autor, o *estrangeirado* lusitano compreendia que competia aos homens instruírem-se para iluminar a nação, pois na medida em que se apropriassem do conhecimento poderiam orientar os governantes a tomar decisões coerentes para o desenvolvimento da nação.

Para Ruckstadter (2012 p. 25), Verney foi “impulsionado por um espírito renovador, mais que um novo método de estudar, ele propôs uma reforma na sociedade portuguesa via educação”. Ainda, na análise de Ruckstadter (2012 p. 31) o intelectual e, também, os outros *estrangeirados* almejavam que houvesse uma aceleração do processo de laicização da educação e que viesse atrelada a uma visão de progresso e civilização. À vista disso, na avaliação da autora, o pensamento iluminista foi o responsável por construir a ideia de papel redentor e civilizador da educação. Assim como Verney e Sanches, que apresentam sua implacável crítica ao reino, crítica que é representada pelo monopólio da Igreja Católica na educação. Em sua obra *Cartas para a Educação da Mocidade* o autor afirma;

[...] toda a Educação, que teve a Mocidade Portuguesa, desde que no Reino se fundaram Escolas e Universidades, foi meramente Eclesiástica, ou conforme os ditames dos eclesiásticos; e que por fim

foi, ou para conservar o Estado Eclesiástico, ou para aumentá-lo. (SANCHES, 2003, p. 5).

De acordo com Sanches (2003), a administração da Igreja frente aos conteúdos e métodos aplicados tinha como objetivo principal a conservação de seu estado supremo de poder, buscando sempre o aumento significativo de súditos. O intelectual afirmava que não importava à ordem eclesiástica formar homens preocupados com a pátria, visto isto, os valores e a instrução eram difundidos com propósitos individualistas. Nessa análise, é possível observar a aproximação que há entre os pensamentos de Sanches e Verney, pois como averiguado, ambos expressavam como crítica explícita a organização educacional voltada aos interesses religiosos que buscavam satisfazer as exigências da soberana Igreja Católica.

Para os autores era necessário haver um deslocamento urgente de toda a educação lusitana. No entanto, é importante destacar que a busca por uma nova roupagem cultural estava sendo almejada pelos países europeus, e o principal motivo estava, na época, sendo justificada pelos intelectuais que afirmavam que uma nova economia estava florescendo, e isso se dava por causa dos ideais vinculados pelo Iluminismo. Diante desse contexto, é válido identificar que a educação naquele momento precisava suprir as novas exigências econômicas mundiais, mas também tinha a responsabilidade de formar mão de obra qualificada.

Desse modo, vários foram os fatores que influenciaram nações a proporem mudanças na organicidade e no objetivo central da educação. Ao analisar os dados apresentados é possível perceber que Portugal tinha suas especificidades referentes à educação e a todos seus setores produtivos, porém outros países da Europa, igualmente, ansiavam e trabalhavam por transformações significativas em todos os setores sociais de suas nações.

No primeiro Tomo da obra *O Verdadeiro Método de Estudar* contém as oito primeiras cartas tratando das seguintes disciplinas; Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa; Gramática Latina, Latinidade, Grego e Hebraico, Retórica, Poesia, Filosofia e Lógica e no segundo Tomo o autor vai discursar sobre; Metafísica, Física, Ética, Medicina, Jurisprudência, Teologia, Direito Canônico e, por fim sobre a educação das mulheres.

Dessa maneira, a leitura detalhada da obra demonstra que o intelectual buscou analisar cada uma das disciplinas e, também, todos os níveis de ensino praticados no reino. Nesse momento pretendemos situar, de forma breve, o leitor sobre algumas influências e transformações que a obra do pesquisador português gerou em Portugal. De acordo com Atallah²⁹ (2006, p. 57), os métodos utilizados nos colégios portugueses eram extremamente ultrapassados para a época, pois segundo a autora a obra de Verney (1746) desencadeou uma nova reflexão sobre o futuro do ensino em Portugal, uma vez que suas propostas representavam uma ruptura com os métodos pedagógicos tradicionais desenvolvidos em solo português.

Entretanto, as propostas de Verney começaram ser implantadas somente com a chegada ao governo do ministro Marquês de Pombal, teve o objetivo de realizar uma reorganização na economia fortalecendo o Estado nacional. De acordo com Atallah (2006) o ministro reforçou sua razão autoritária de poder, a qual abrangeu toda a sociedade portuguesa. Diante disso, Pombal criou em seu governo uma doutrina que justificou a autoridade do Rei frente à nação portuguesa e, também, às instituições. De acordo, ainda com Atallah (2006), as transformações culturais, econômicas e políticas foram intensas nesse período.

Segundo a autora, Pombal utilizou-se das propostas do *Verdadeiro Método de Estudar* para instaurar uma reforma estrutural e pedagógica em todos os níveis de ensino, mas também interferir na organização administrativa da educação e, isto implicou, principalmente, no afastamento dos padres jesuítas no controle educacional. Neste sentido, Atallah (2006) afirma que Pombal baseado nas propostas de Verney (1746) compreendeu que deveria desestruturar toda a base teórica e filosófica utilizadas pelos Jesuítas, pois para ele somente desse modo poderia se construir uma nova razão pedagógica em sintonia com as novas exigências estabelecidas na produção da vida, na economia e na política.

De acordo com Andrade (1982, p. 166) a obra *O Verdadeiro Método de Estudar* foi o primeiro dos três manifestos radicais que propuseram uma ruptura completa com o passado. Segundo ele Verney defendeu a ideia que a “experiência” e a “matemática” possibilitam a construção de resultados e conclusões educacionais mais

²⁹ Mestre em História Política /UERJ. Professora assistente da Faculdade Machado de Assis. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4133551D6>> Acesso em: 03/08/2014.

coerentes e sólidas. Nesse contexto, os elementos mencionados deveriam ser introduzidos rapidamente no contexto educacional português, visto que a margem de erro resultante desses métodos de ensino era considerada mínima. Na avaliação de Andrade (1982) o que faltou a Verney foi não ter um estímulo decisivo, pois temia as perseguições e as retaliações da Companhia de Jesus.

Contudo, novamente Andrade (1982) afirma que a obra do pensador português superou todos os autores de sua época, pois com sua convicção iluminista de missão humanitária submeteu-se a riscos e enfrentou mais tarde adversários poderosos que só poderiam ser derrotados com cautela e manha. Segundo o pesquisador, Verney foi um lutador tenaz, incontestavelmente o maior do iluminismo de caráter italiano, e discursava bravamente que a educação e os estudos reformados não poderiam ser entregues nas mãos dos religiosos.

Além disso, o pesquisador relata que o método da experimentação já estava sendo implantado em outros países europeus e, por conta disso, a aceitação de uma cultura mais eclética que vinha sendo difundida pelo Iluminismo estava sendo introduzida no reino, sendo eminente entre os países mais adiantados, especialmente, na França nação a qual Verney residia. Conforme, relata Saraiva (s.d) *O Verdadeiro Método de Estudar* desencadeou as polêmicas mais intensas e prolongadas na história cultural de Portugal, pois as dezesseis cartas elaboraram uma crítica radical sobre a mentalidade escolástica então dominante na península lusitana. Cabe ressaltar que, nas avaliações de Saraiva (s.d, p. 572) “as reflexões, discussões e debates que envolveram a obra e o sistema educacional iniciaram no ano de 1755 estendendo até o ano de 1764”.

Neste momento, iremos discursar sobre as principais reivindicações redigidas nas cartas pelo intelectual Luís António Verney. De acordo com a primeira carta o autor português discursa sobre a necessidade de produzir no reino uma nova Gramática, uma nova Ortografia alicerçadas, igualmente, em um novo Vocábulo, o qual viesse a servir utilmente à república e a religião portuguesa. Verney (1746), logo de início, elabora sua crítica magna que pode ser identificada em todas as cartas, acerca do modo que os métodos de estudo eram executados em escolas e universidades lusitanas. Na avaliação do intelectual, a maior dificuldade no sistema educacional e, especificamente na aplicação dos métodos, é a falta de objetividade e, por conta disso, o autor propõe que

todas as modalidades e níveis de ensino passem a ser racionalizados de acordo com a visão iluminista.

O texto, ainda, destaca que seria importante buscar informações em nações mais adiantadas e, também, em autores da época sobre modelos de novas organizações educacionais e, de novos métodos que pudessem ser desenvolvidos no reino. Para tanto, além desses apontamentos o autor destaca que todo o estudo deveria estar apoiado na História, na Memória e na Literatura, uma vez que são conhecimentos essenciais a todos os setores da sociedade. Outro fator discutido pelo autor diz respeito à função de mestre que era exercido pelo religioso/eclesiástico português, era que o religioso português dispunha de uma formação rasa de conhecimentos superficiais que não apresentavam continuidades e, portanto, não deveriam exercer tal função.

Desse modo, é possível perceber que o estudioso procurou realizar um diálogo entre os intelectuais mais influentes de seu tempo, na medida em que objetivava desenvolver meios adequados para serem implantados na instrução do jovem lusitano. Entretanto, faz-se necessário novamente destacar que, Verney sempre alicerçou seus pensamentos na razão dos fundamentos discutidos, por conseguinte em seus próprios estudos e pesquisas. Na análise de Verney, Portugal tinha uma boa razão, mas os pensamentos eram incompreensíveis, segundo ele, nas aulas eram utilizadas palavras inúteis que, não tinham nenhum significado.

Por conta disso, os pensamentos, conforme explicita Verney (1746) eram inadequadamente expostos com palavras toscas e, à vista disso, o resultado era de um ensino que desagradava a maioria dos intelectuais que dispunha de uma formação estruturada, pois para esses intelectuais, a educação portuguesa não persuadia, nem instruía adequadamente seus súditos. A primeira carta do autor, demonstra a necessidade eminente de transformação na educação e, para isso era necessário a implementação de novos métodos, os quais viessem propiciar resultados satisfatórios a Portugal.

4.2 Luis António Verney: inferências acerca de um novo modelo de ensino para os níveis de ensino no reino

De acordo com Verney (1746), era necessário explicar aos alunos as particularidades e a estrutura específica que compunha cada conteúdo. O autor o novo

modelo de ensino sugerido, primeiramente, iria deslocar a maneira que até então vinha sendo instituído no ensino lusitano, ou seja, a prisão intelectual estabelecida, por meio dos livros didáticos. Para Verney, o aluno era submetido a inúmeras regras/normas, sendo que as explicações eram confusas chegando a ser inviáveis até mesmo aos doutores da época. Nesse sentido, as elucidações de conteúdos deveriam ser simples e compreensíveis, na medida em que, para ele, a essência do ensino se resume em estímulo, entendimento e aprendizado.

Diante do contexto, o pesquisador afirma que é necessário ter paciência explicando cada conteúdo de forma eficaz, com breves regras abolindo qualquer tipo de castigo físico no interior das escolas. O aluno deve ser o indivíduo ativo no processo de aprendizagem, participando de debates em sala de aula, tendo acesso aos materiais de ensino, observando e exercitando a todo o momento os conteúdos e a dinâmica de ensino. Verney (1746) também destaca, em sua primeira carta, que a maioria dos jovens portugueses não sabia falar nem ler corretamente.

Na análise do pesquisador, os motivos básicos em relação a essa situação estavam relacionados primeiro à falta de uma intervenção educacional e a utilização de métodos inadequados, que não contribuía para uma aprendizagem sólida e estruturada. Para tanto, seria fundamental estabelecer em Portugal uma sequência de estudos e conteúdos que contemplassem essa carência e que, especialmente, viesse apoiada em um método coerente e eficaz, que estimulasse o interesse dos alunos, pois o currículo e os métodos de ensino desenvolvidos até então se configuravam como “maçantes e fastidiosos”.

A obra *O Verdadeiro Método de Estudar* mostra que os cursos disponibilizados no século XVIII em Portugal duravam entre sete a oito anos, no entanto, embora seja um tempo considerável a maioria dos alunos ao término de suas graduações não eram capazes, ao menos, de interpretar um único texto. Essa situação era inaceitável, um dos motivos mais significativos para qual reivindicava uma reformulação educacional. De acordo com o autor, os alunos eram sufocados com inúmeros conteúdos, especialmente, aqueles que não contribuía para a formação do súdito útil a nação.

Verney evidenciou, nos seus apontamentos, que a maioria dos rapazes que frequentava as escolas e as universidades no reino não dominava sequer o significado dos verbos, pois os métodos utilizados pelos mestres eram equivocados sem nenhuma

base teórica. No entanto, considerando as reflexões de Verney (1746 p. 61), a situação se agrava quando percebe que os estudantes portugueses diante de “um mau costume que cega deslumbram-se desse saber sem sentido”. Era preciso que “os mestres explicassem as regras, questionando os alunos com perguntas primordiais, corrigindo todos seus erros, em fim explicando tudo que se deve” (Idem, p.71).

Portanto, era necessário que as disciplinas fossem articuladas, valorizando a continuidade dos conteúdos em detrimento da fragmentação existente. Dessa maneira, História, Geografia, Cronologia, Gramática, Ortografia, Direito, Ética, Física, Química, e todas as demais disciplinas disponibilizadas no reino deveriam, ser pensadas e elaborados por um fio condutor sem rupturas, uma qualificação intelectualizada de excelência para todos os súditos da nação. Para tanto, observando a análise do autor, é somente a partir da articulação empregada entre os conteúdos que os alunos terão uma compreensão ampla e aplicável dos saberes escolares.

Verney também é bastante preciso quando indignado, criticando os castigos físicos que alguns mestres acometiam a seus alunos, por conta de não saberem responder a seus questionamentos. Em vez dos mestres direcionarem os jovens no caminho que deviam seguir, agem como homens rudes, submetendo-os a palmatórias e, também, a ridicularização. À vista disso, é possível identificar na nação portuguesa, segundo o teórico, inúmeros rapazes que odiavam toda e qualquer sorte de estudo.

Conforme explicita Verney (1746), as práticas utilizadas nas escolas que valorizam a violência e que são representadas por castigos físicos geram a grande ignorância observada em Portugal e, em todos os outros países que adotam essa forma de ensino. Segundo o autor, castigar alguém por não saber responder a um questionamento deve ser considerado irrelevante e desumano. É nesse sentido que o autor afirma que a função do professor não é castigar, mas de ensinar, de direcionar o aluno na construção de seu próprio conhecimento. Esse método utilizado pelos educadores não contribui para o desenvolvimento dos estudantes, nem tão pouco para o progresso da nação.

De acordo com o teórico, os mestres que ministravam o ensino em Portugal também não dominavam a escrita, nem a oratória, produzindo e utilizando em seus discursos palavras desajustadas e estrangeiras, e o resultado era incompreensão e confusão entre o público ouvinte. Essa situação era, para ele, vergonhosa e inaceitável,

pois ela representava a falta de domínio que os próprios mestres tinham em relação ao ensino, pois sequer compreendiam o significado de palavras do próprio vocabulário português. Conforme nosso autor, o educador não poderia encher a mente de seus alunos com pensamentos obscuros, mas deveria transmitir conhecimentos que valorizassem toda e qualquer produção que visasse assuntos de cunho social, político ou econômico do reino.

Segundo Verney (1746), é extremamente importante cultivar a memória dos alunos nas escolas e universidades disponibilizando uma quantidade significativa de saberes entre as mais diversas áreas do conhecimento, na medida em que seria a diversidade que propiciaria a ligação entre todas as especificidades encontradas na ciência. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que, ele depreciava a memorização de informações inúteis, mas dados que aportassem utilidade à nação e que possibilitassem a reorganização da mente e das ideias eram incentivadas a todo o tempo pelo autor. Diante desse contexto, os mestres deveriam exercitar a mente de seus alunos sobre todos os assuntos reais e úteis à metrópole.

Ao realizar a leitura das cartas foi possível observar que o autor, na quinta carta chama atenção sobre a temática de Retórica, apontando a dificuldade portuguesa de formar bons oradores no reino. Ele atribui essa situação, primeiramente, aos vícios encontrados nos pregadores que são gerados, por meio de um método inadequado de ensino. O segundo motivo seria por causa da transmissão de conteúdos desestruturados, incoerentes e inúteis e, por fim, pela vinculação de um ensino confuso e complicado. Nessa carta, o pesquisador relata que a incoerência na formatação dessa disciplina era assustadora, especialmente por que era exclusivamente ensinada em Latim, não havia nenhuma explicação que contemplasse a língua materna dos alunos, posto isto, não compreendiam a utilidade de tal disciplina para suas vidas.

Vejamos, se os alunos portugueses apresentavam, como já observado, dificuldades na escrita e na leitura de sua língua nacional. Indignado o autor questiona como poderiam esses alunos avançar em uma disciplina planejada e ministrada integralmente em uma língua estrangeira? De acordo com ele os discursos e suas estruturas deveriam ser estudados com base na língua portuguesa, pois a Retórica é a “Arte de Persuadir”, e os compostos portugueses como os da língua latina têm o direito de serem identificados como Arte.

Além disso, Verney (1746) afirma que os portugueses discursam-nos mais distintos espaços da sociedade, como o púlpito de uma academia, um plenário, em um púlpito religioso e, também em uma praça pública e, em qualquer desses espaços, é necessário o orador apresentar todas as formalidades contidas na estrutura da retórica. Nesse sentido, como poderá um jovem discursar coerentemente, persuadindo e agregando sentido ao discurso para seu público se não dominar o significado das palavras e dos compostos de seu reino? Dominar esses aspectos é, portanto, imprescindível para a formação de um orador.

Na avaliação de Verney (1746 p. 147), a Retórica “transmite força como nenhum outro instrumento na sociedade, é a alma para todos os discursos e novo peso a todas as razões”. Em Portugal, na sua avaliação, não há quem saiba essa arte, pois os próprios mestres não sabem o que ensinam. Alunos e mestre são influenciados por razões infundadas, inúteis que os deixam soberbos, inchados, insensíveis a qualquer autocorreção. Verney (1746 p. 132) afirma que, os homens da Retórica portuguesa “buscam conceitos fúteis, individualistas, para que possam, principalmente, mostrar seu engenho na argumentação”. À vista disso, os sermões e discursos apresentam apenas jogos de palavras que não apresentam a verdade, coerência, por conta disso desfazem-se no vento quando minuciosamente examinados.

É interessante observar que a maioria das recomendações redigidas por Verney sobre a disciplina de Retórica também podem ser visualizadas na carta sobre a matéria de Poesia. Segundo Verney, os portugueses compunham suas poesias buscando opor-se a verdade, redigindo argumentos incoerentes e inúteis. Por conta disso, os poetas portugueses não valorizavam a racionalidade na construção de suas poesias e versos e, para ele, os poetas ao comporem seus versos, não planejavam sequer o que queriam evidenciar, não tinham paciência para compreender assuntos mais elaborados e a reação frente a uma dificuldade era limitada a reclamações.

A carta de Poesia evidência que a língua portuguesa, também não era utilizada no curso, mas sim a língua latina, ensino que gerava dificuldades significativas no aprendizado de muitos alunos. Aliás, é importante destacar que os jovens que não conseguissem aprender segundo tal método eram ridicularizados e ditos como incapazes. Na análise de Verney o curso de Poesia se resumia em composições de versos curtos e breves, sem qualquer resquício de conhecimento estruturado, pois para

ele, o currículo nas escolas e universidades que tinham como base a língua latina vincula apenas um saber raso apoiado em conceitos vagos e danoso aos verdadeiros conhecimentos.

Na avaliação de Verney (1746), o método apropriado deveria, primeiramente, instruir os alunos no verdadeiro significado das palavras, estimulando-os a buscarem objetivos claros e concretos que não visassem apenas o divertimento dos leitores, mas que contribuísse para a ascensão intelectual, logo, para o progresso da nação. No entanto, para estabelecer esses avanços fazia-se necessário impor critérios com base em uma lógica natural a qual determine todos seus pensamentos, que se sirva, em seguida, coerentemente da Retórica representada pela arte da persuasão. Verney é incisivo ao afirmar que sem o estabelecimento desses princípios no curso de Poesia é impossível formar um poeta qualificado. E resume:

A poesia é uma viva descrição das coisas que nelas se tratam, outros a chamam da pintura da fala, e imita o mesmo que faria a natureza e com que agrada os homens. O artifício da poesia tem por fim agradar os homens e por isso se emprega em dar regras, com que se possa ocupar gostosamente um engenho. A isto consagra os poetas, todos seus engenhos e juízo. Buscam argumento elevado, é para agradar, com a ideia de grandeza, procuram imitar a verdade, é para agradar, com a galantaria da imitação; se não dizem contradições as inclinações fazem isto para agradar, se propõem movimentos apaixonados com que pintam o vivo e os diferentes afetos da alma também isto é para agradar, de sorte que este é o ídolo do artifício poético (I TOMO VERNEY, 1746 p. 234, 235)³⁰.

E, ainda, segundo o autor, é necessário os poetas terem uma doutrina estruturada, conhecimento sobre todas as matérias e assuntos do reino, e, por conta disso, sinaliza a importância de dominar os pensamentos, as ações e as paixões humanas. Para Verney (1746), o verdadeiro conhecimento proporciona o autoconhecimento sobre o caráter do próprio homem, levando o poeta a imitar, exercitar e aplicar em seus versos o legítimo comportamento humano, rejeitando os enganos, as futilidades, os conceitos confusos e as poesias descontextualizadas.

³⁰A Poezia é uma viva descriçam das coizas, que nela se tratam: outros lhe-chamam pintura que fala, e imita o mesmo que faria a natureza, e com que agrada os omens. O artifício da Poezia tem por-fim, agradar, e por isso só se emprega em dar regras, com que posa ocupar gostozamente um ingenho. A isto se consagram os Poetas, todo seu ingenho, e juízo. Se buscam argumentos elevado, é para agradar, com a ideia de grandeza, se procuram imitar a verdade é para agradar, com a galantaria da imitasam: se nam dizem coizas contrarias às nosas inclinasoens, isto mesmo é para agradar: se propoem movimentos apaixonados com que se pintam ao vivo, diferentes afetos da-alma; também isso é para agradar: de sorte que este é o ídolo, do artifício poetico.

Outro fator apontado por Verney é que em países como França, Inglaterra e Holanda, os educadores aproveitam de todo conhecimento que está sendo produzido em nações estrangeiras, porém, tomando cuidado nos excessos que cada uma possa apresentar. De acordo com o autor, na Europa muitos países estavam enviando mestres, cientistas e pesquisadores a nações mais avançadas com o fim de instrumentaliza-los. Estes países tinham por objetivo capacitar os súditos de sua nação para servir com excelência sua pátria. Entretanto, segundo o pedagogo, em Portugal esse modelo de ação era visivelmente desprezado, os portugueses não valorizavam os estudos de países estrangeiros, na medida em que acreditavam que tais conhecimentos eram inadequados e nocivos à organização social do reino.

Conforme explicita Verney (1746), o pensamento preconceituoso dos portugueses prejudicava a formação intelectual dos jovens lusitanos, que poderiam ganhar tempo e adiantar sua inteligência, por meio de uma qualificação estruturada e comprovada em nações mais cultas. Para o pesquisador, os mestres não se preocupavam em explicar claramente os assuntos para os alunos, não buscavam estabelecer um método e a ensinar corretamente os conteúdos e, assim, os verdadeiros conhecimentos não eram valorizados. As disciplinas difundiam falsidades, irregularidades e imaginação infecunda. Nosso autor critica firmemente essa atitude, pois avalia ser irrelevante deter a alma dos alunos sobre elementos falsos, por consequências inúteis.

O pedagogo sugere que cada professor não se conforme com os conhecimentos já estabelecidos pela ciência, mas que busque novas evidências, descobertas e comprovações, estabelecendo em seus estudos conexões sólidas entre o conhecimento adquirido e as possíveis conclusões. Na percepção de Verney (1746), esta estratégia contribuirá significativamente para o avanço científico e intelectual do reino. Nos destaques elaborados na carta de Lógica, o pesquisador afirma que, os intelectuais lusitanos não precisam utilizar de artifícios encontrados nos Silogismos³¹ para compreender e explicar os fenômenos do mundo ou do homem, pois sua alma humana é capaz de reconhecer qualquer acontecimento, especialmente quando é necessário identificar a verdade, pois para ele a alma humana deveria ser capaz de reconhecer e de abraçar uma verdade clara.

³¹Silogismo: Termo filosófico com o qual Aristóteles designou a argumentação lógica perfeita, constituída de três proposições declarativas que se conectam de tal modo que a partir das duas primeiras, chamadas premissas, é possível deduzir uma conclusão.

Verney defendia que a alma nasce despida de todo o conhecimento, porém, com o passar do tempo adquire a habilidade de unir as ideias com distintas combinações, virtude que ele garante ser concebida por Deus. Nesse sentido, para nosso autor, a ideia se introduz no homem por meio dos sentidos, formam a alma e unem as ideias a outras ideias, possibilitando ao homem a construção de novas combinações e a novos conhecimentos. Na análise do pedagogo, essa explicação assegura a capacidade intelectual que o homem dispõe frente a novos desafios, para ele o homem é capaz de reinventar, de reorganizar seus saberes no momento em que considere necessário.

4.3 O prejuízo do ensino escolástico vinculado pelos mestres Peripatéticos e a necessidade de introduzir no reino o objetivo legítimo da Ética

O autor na décima carta que trata sobre a Física sinaliza o prejuízo que o ensino ministrado pelos religiosos filósofos Peripatéticos acometeram no reino português no século em questão, segundo ele estes homens instruíam os alunos com base nos estudos filosóficos de Aristóteles, porém não tinham nenhum critério para ministrar os conteúdos. E, ainda, em relação aos conhecimentos adquiridos pela humanidade sobre a Física, o autor garante que os mestres lusitanos não têm compreensão alguma, pois os mestres peripatéticos passam o tempo expondo palavras gerais e, por conta disso, terminam suas explicações e discursos sem nenhuma conclusão. Nesse sentido, o autor afirma que no reino as explicações não apresentam fundamentação e as conclusões são construídas a partir de deduções e imaginações que não conseguem ser concretizadas.

De acordo com Verney (1746), os religiosos peripatéticos impõem o modelo de ensino no reino, sem qualquer contestação, assim, segundo ele, os filósofos, teólogos e intelectuais seculares que não eram membros da Igreja Católica deveriam impedir este método de ensino. Entretanto, isso não ocorre, pelo contrário, pois os seculares não se opõem ao ensino religioso, mas defendem e seguem o método e a doutrina vazia introduzida no reino pelo clero. Diante desse contexto Verney (1746 p. 28) afirma que “da ignorância e da preocupação nasceram em Portugal os infinitos discursos e ladainhas o que chamam nesse país de Filosofia, seguem princípios que diminui as experiências acompanhadas do raciocínio”.

Este trecho acima do *Verdadeiro Método de Estudar* sinaliza que os princípios da educação que guiava os físicos, filósofos, teólogos do reino não proporcionavam

uma formação racional. Para nosso autor, as ideias não erram submetidas a análises, testes e comprovações que garantissem veracidade, sendo assim muitos conhecimentos apresentados entre os intelectuais portugueses eram ditos como mera especulação. Verney (1746) explicita que o ensino não pode ser apoiado em ideias aristotélicas, pois é essencial que todo conhecimento seja identificado como seguro e verdadeiro, sem nenhum resquício de enganação. Posto isto, Verney sugere que é preciso buscar e reconhecer os melhores estudos produzidos pela humanidade, contudo tendo a todo o momento a consciência de que o conhecimento humano é muito limitado.

No entanto, para o pedagogo, é melhor ser identificado como uma nação que sabe pouco, mas com certeza e clareza, do que como um povo que só acumula conjecturas e nada comprova. Outro fator apontado no ensino de Portugal é a falta de conhecimento que o povo português tem sobre a Ética. Na décima primeira carta, o autor aponta alguns fatores que, para ele, prejudica a dinâmica educacional, além de toda configuração social lusitana. Na avaliação do autor, a Ética é uma das disciplinas mais importantes para o reino, uma vez que esclarece ao teólogo, ao jurista, ao filósofo e a todos os profissionais do reino conhecimentos necessários para a vida humana. Veja:

Não entendo por Ética, aquela infinita especulação que não estabelece máxima alguma útil, para a vida civil, ou religião, mas que passa o tempo, em disputar mil questões curiosas, e que superficialmente toca as necessidades e, em lugar de mostrar ao homem suas obrigações, causa perda de tempo, com coisas ridículas e metafísicas sumamente desnecessárias. O que entendo por Ética é aquela parte da Filosofia que mostra aos Homens a verdadeira felicidade, e que regula as ações para consegui-la. (VERNEY, 1746, tomo II, p. 61)³².

Segundo o autor, a Ética apresenta a verdadeira felicidade a qual legitima a ação do homem, pois, para ele, há em Portugal os que tratam sobre dessa disciplina com base em conhecimentos especulativos, mas na verdade não a compreende. Verney (1746) declara que a Ética deveria vincular todos os conhecimentos relacionados à felicidade, em seguida a virtude e o modo de consegui-la. E, mais uma vez, o autor garante que estes saberes não são adquiridos com base em futilidade, mas em princípios sólidos expostos com clareza e objetividade. Na avaliação de Verney, se o homem não tiver

³²Nam intendo por Ética, aquela infinita especulasam que nam estabelece máxima alguma útil, para a vida civil, ou religiam, mas que pasa o tempo, em disputar mil questoens curiosas, e superficialmente toca as necesarias e, em lugar de mostrar ao Omem as suas obrigasoens, cauza perca de tempo, com coizas ridículas e metaffsicas sumamente desnecesarias. O que entendo por Ética é aquela parte da Filozofia que mostra os Omens a verdadeira felicidade, e regula as asoens para conseguir.

clareza sobre os fins da criação humana, não saberá de onde vem, nem para onde vai, não saberá que estrada seguir e, obviamente estará sujeito a cair em inúmeros precipícios.

Todavia, se o homem souber o caminho que deve seguir e o fim das coisas que a ele são expostas, naturalmente descobrirá a estrada que poderá conduzi-lo, na medida em que reconhecerá se conduzir ao objetivo estabelecido. Para Verney (1746), a Ética é conquistada por meio da boa razão que estimula o homem a pensar racionalmente, a analisar e a decidir de maneira mais justa e coerente e, à vista disso, a Ética possibilita o homem a avaliar-se racionalmente. O pesquisador destaca que todos os homens do reino necessitam serem instruídos com base na Ética por ele proposta, especialmente porque permitirá que identifiquem a diferença entre o que é virtude e vício, reprovando um e valorizando o outro.

Verney (1746) destaca que um dos prejuízos do reino é que muitos nobres, intelectuais, mestres, juízes e filósofos não valorizam a virtude e, por causa disso, não discernem entre o certo e o errado, resultando em danos incalculáveis para toda a sociedade. Portanto, de acordo com autor, o indivíduo necessita buscar a boa razão, mas, também, deve estabelecer um conhecimento amplo sobre suas obrigações para com Deus, com seu eu e com os outros. Segundo ele, para atingir esses objetivos é necessário que se domine o conceito de homem, identificando os costumes e hábitos humanos, isto é, procurando entender a real constituição humana.

Porém para formar um Homem na verdadeira ideia de Ética, deve primeiro formar conceito disto a que chamamos Homem em quando seus costumes. Deve, pois trazer à memória, que o Homem é composto de corpo e alma, é uma criatura infeliz, sujeita a mil misérias, enfermidades do corpo Física, e de animo. Porque o conhecimento dos Homens são limitados e expostos a mil erros, de que a experiência nos dá mil exemplos, que pode se confirmar com na Lógica, e porque as propensões do animo a que se chama afeto da vontade, padecem aos mesmos inconvenientes, e não abraçam o que podem e devem: o que cada Homem pode provar com que experimentam em si. Considere também que os costumes do Homem ou aquela propensão que nos move a obrar mais desta que aquela sorte, depende muito, do temperamento do corpo, e às vezes de algumas coisas exteriores do Homem, como são as honras e a experiência nos confirma com mil exemplos. De que se conclui que deve o Homem enquanto pode, procurar o remédio, a todas estas enfermidades, cujo remédio deve ser, a suma felicidade, ou posse do

sumo bem, se este é possível: o que por agora não provo, mas suponho. (VERNEY, 1746, tomo II p. 80)³³.

Verney (1746) acreditava que era preciso o aluno reconhecer a real finalidade da vida que, para ele, é representada pela busca do bem e da felicidade, entretanto, é necessário que esse conhecimento seja alicerçado em estudos qualificados, elaborados por antigos filósofos cientificamente conceituados. Segundo ele, o ensino passaria a demonstrar racionalmente as regras que deveria regular o juízo e a ação humana, promovendo a felicidade e a utilidade para a república. Desse modo, Verney (1746) declara que era necessário rejeitar os aspectos fúteis e desnecessários para o ensino.

O pesquisador, ao analisar o curso de Medicina, identifica que os religiosos mestres e médicos Peripatéticos ignoravam os conhecimentos da Física e da Filosofia, saberes fundamentais para o exercício da medicina, para ele os Peripatéticos apoiavam-se, como já apresentado em outro momento do texto, nos estudos de Aristóteles, os quais apresentavam fragilidades expressivas. Além do mais, Verney (1746) assegura que muitos médicos peripatéticos nem mesmo liam as obras de Aristóteles, discursavam sobre ele, mas não tinham nenhum estudo mais estruturado sobre sua Filosofia e Física.

Dessa maneira, os alunos que cursavam Medicina não dominavam os estudos aristotélicos que no reino era considerado o conhecimento mais estruturado, nem sequer tinham o conhecimento sobre estudos que estavam sendo vinculados nas nações mais adiantadas. À vista disso, o Verney conclui que, alunos, mestres e médicos portugueses, não dominavam a ciência que é fundamental para a atuação de seu ofício, reconhecendo a necessidade dos estudantes terem acesso a livros de autores modernos, bons médicos que não sejam apenas hipotéticos e que dominem conhecimentos fundamentais para sua profissão.

³³ Porém para formar um Homem verdadeira ideia de Ética, deve primeiro formar conceito disto a que chamamos Homem em quando seus costumes. Deve, pois trazer à memória, que o Homem é composto de corpo e alma, é uma criatura infeliz, sujeita a mil mizerias, enfermidades do corpo, e do animo. Porque os conhecimentos do Homem são muitos limitados, e expostos a mil erros, de que a experiência nos dá mil exemplos, que pode confirmar na Lógica, e Física: e porque as propensões do animo a que se chamam afeto da vontade, padecem os mesmos inconvenientes, e nam abraçam o que podem e devem: o que cada Homem pode provar, com que experimentam em si. Considere também que os costumes do Homem ou aquele propensam que nos move a obrar mais desta que aquela sorte, depende muito, do temperamento do corpo, e as vezes de algumas coisas exteriores ao Homem, como são as onras e a experiência nos confirma com mil exemplos. De que se conclue que deve o Homem, em quando pode, procurar o remédio, a todas esas enfermidades, cujo remédio deve ser, a suma felicidade, ou pose do sumo bem, se este é possível; o que por agora não provo mas suponho.

Outro aspecto observado por nosso autor é sua avaliação quanto ao método de ensino que estava sendo desenvolvido no curso de Medicina e em todos os outros do reino. Para ele, o método não apresentava clareza, objetividade e intenção, a não ser a de encher a cabeça dos alunos de confusão, “Mas, somente nisto que aponto, vejo claramente a confusão, e a pouca ordem de tais métodos. Confundem teoria e pratica” (VERNEY, 1746, tomo II, p.103) ³⁴. É possível observar que não se delimitava princípios no momento de estabelecer disciplinas para os cursos. Verney (1746) explica que no curso de Medicina os alunos estudavam, por exemplo, a história da Medicina de forma bastante superficial e quase no término do curso.

O pesquisador, ao identificar essa situação, se propôs a questionar os futuros médicos de Portugal sobre a importância da Medicina para o homem e para a sociedade, e o resultado de tal pergunta resultou na incapacidade dos alunos de lhe responder. Na carta sobre Jurisprudência ele afirma que esse curso também não apresenta um método de ensino, pois segundo ele, o estudo se baseia em inúmeros textos que, na análise dos mestres, são suficientes para instrumentalização dos alunos. De acordo com Verney (1746), o curso de Jurisprudência não tinha em sua grade curricular nenhuma disciplina que os ensinasse a advogar e a discursar corretamente sobre os fundamentos da lei portuguesa.

Ainda, em sua observação, o autor destaca que os alunos não tem acesso a um aporte teórico estruturado para sua qualificação, e que os conhecimentos dos advogados, juristas em Portugal é restrito, ineficiente e totalmente inadequado. Assim, como ocorre em outros cursos os jovens lusitanos no curso de Jurisprudência não conhecem a história de seu futuro ofício e nem sua função para a sociedade. Portanto, é possível perceber que o método de ensino português não buscava facilitar a inteligência dos jovens, disponibilizando conteúdos relevantes e estruturados que estimulassem a busca pelo verdadeiro conhecimento.

Pelo contrário, de acordo com Verney (1746), o método que estava sendo desenvolvido no sistema educacional português ministrava aos alunos excessivamente textos com base em conhecimentos eruditos, amontoando informações que não

³⁴ Mas, somente isto que aponto, vejo claramente a confusão, e a pouca ordem de tais métodos. Confundem teoria e pratica.

contribuíam para a produção de uma consciência intelectual, com coerência, crítica e útil à futura profissão dos alunos.

O autor faz referência ao mau método de ensino aplicado também no curso de Teologia ministrado nas escolas, pois para ele, algumas das disciplinas são fundamentadas essencialmente nos estudos da Filosofia Peripatética que interessam apenas àqueles que querem se dedicar à pregação, e outras que apresentam características puramente especulativas, abstratas e teóricas. O autor sinaliza que há disciplinas que tratam da Moral e das questões próprias da Escolástica, entretanto, o teor especulativo e, as hipóteses mal estruturadas eram bastante presente e, além do mais, o estudo teológico configurava-se como cansativo, enfadonho e entediante para a maioria dos alunos, segundo ele um método ineficaz e improdutivo. Verney declara;

O primeiro Prejuízo que tira o estudante, do método das escolas é persuadi-lo com escrituras que para nada serve ao Teólogo. Segundo é persuadi-lo que não à outra Teologia no mundo, senão a quatro questões Especulativas: e que tudo o mais são arengas supérfluas e ociosidades de Estrangeiros. E estes dois pontos são tão prejudiciais que qualquer deles bastava para mostrar, que quem assim julga, não é possível, que em tempo saiba, que coisa é Teologia. E, com efeito, este é o prejuízo geral, de todos os Teólogos deste reino: e não aos rapazes, ou ignorantes, mas aos mestres e homens de barba até a cinta. (VERNEY, 1746, tomo II, p. 196)³⁵.

De acordo com a citação acima, é possível compreender que muitas das questões debatidas no curso de Teologia, eram identificadas como supérfluas ociosas e fúteis. Além disso, por conta desse método de ensino centralizador a maioria dos portugueses censurava e criticava os teólogos modernos e estrangeiros, contudo, para o pedagogo as críticas elaboradas pelos lusitanos eram infundadas, uma vez que não tinham conhecimento sobre o modelo da nova teologia. Desse modo, sem conhecimentos estruturados o teólogo português não compreende verdadeiramente o que é Teologia, nem mesmo consegue explicar quem é Deus e, porque de suas ações para com a humanidade. Para Verney (1746, tomo II, p. 217) “não se pode descobrir método, que

³⁵O primeiro prejuízo que tira o estudante, do método das escolas é persuadir-se, que a escritura para nada serve, ao Teólogo. O segundo é, persuadir-se, que não há outra Teologia no mundo, senão a quatro questões de Especulativa: e que tudo o mais são arengas supérfluas, e ociosidades de Estrangeiros. E estes dois pontos são tão prejudiciais, que qualquer deles bastava para mostrar, que quem assim julga, não é possível, que em tempo saiba, que coisa é Teologia. E com efeito este é o prejuízo geral, de todos os Teólogos deste reino: e não aos rapazes, ou ignorantes, mas aos mestres e homens de barba até a cinta.

mais satisfaça o entendimento que este; e tudo o mais é demorar-se com as folhas, sem chegar a colher os frutos”³⁶.

Na avaliação de Verney (1746), um estudo não produz conclusões seguras com base em arengas escolásticas, enganos e engodo, mas com razões claras, fortes e dispostas, apoiadas em um currículo planejado e desenvolvido a partir de um método de ensino inteligível, apropriado e efetivo. Portanto, para ele a teologia lusitana era apenas uma mera escolástica inútil ao reino, não buscava a razão das coisas, nem a comprovação por meio de experiências sobre a verdade. Já no curso sobre Direito Canônico, Verney (1746) evidencia que a grade curricular e o método de ensino tão pouco eram propício, pois não eram estabelecidas disciplinas sobre a história das Leis e das Instituições Civis.

Ademais, é importante ressaltar que, o indivíduo formado no Direito Canônico³⁷ era capacitado, habilitado e poderia exercer seu ofício na administração jurídica da Igreja Católica, e no Direito Civil³⁸ estabelece padrões normativos nas relações jurídicas de pessoas físicas e jurídicas nas mais distintas esferas da sociedade. Nesse sentido, o curso garantia o direito do aluno a trabalhar para a Igreja católica ou para a comunidade civil.

Contudo, as disciplinas, segundo Verney (1746) não abrangiam as duas competências, pois o conhecimento dos alunos sobre o Direito Civil, sua história e as próprias leis civis que regiam o reino, eram superficiais e muitas até mesmo desconhecidas. Na observação do autor os alunos não conseguiam responder sequer aos questionamentos mais básicos sobre tais conhecimentos. Verney (1746, tomo II, p. 231) afirma “sendo certo que quem sabe pouco, não pode fazer o bem a sua obrigação; e muito menos em matérias, que não tem estudado”³⁹.

Verney (1746, tomo II, p. 232) ainda declara “o que me admiro é que não haja um único homem que reflita nisto, e reconheça quanto tempo perde indo à universidade

³⁶Nam se pode descobrir método, que mais satisfaça o entendimento que este; e tudo o mais é demorar-se com as folhas, sem chegar a colher os frutos.

³⁷ Direito Canônico: é o conjunto de leis e regulamentos feitos ou adotados pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e seus membros. É a lei eclesiástica interna que rege a Igreja Católica.

³⁸ Direito Civil: é o principal ramo do direito privado. Trata-se do conjunto de normas (regras e princípios) que regulam as relações entre os humanos que comumente encontram-se em uma situação de equilíbrio de condições.

³⁹ sendo certo que quem sabe pouco, não pode fazer o bem a sua obrigação; e muito menos em matérias, que não tem estudado.

por este estilo”⁴⁰. É possível compreender o descontentamento do autor frente a organização curricular e os métodos de ensino desenvolvidos no reino no curso de Direito Canônico, pois para ele, era perda de tempo frequentar esse modelo de ensino. De acordo com Verney (1746), o curso se resumia em inúmeros textos, especialmente sobre as Leis dos Decretos e das Decretais da Igreja Católica, e, além disso, os mestres também forçavam seus alunos à decorarem capítulos, parágrafos, regras e páginas e, até mesmo, o nome do impressor do livro que estava sendo estudado.

Desse modo, nem mesmo os estudos sobre a história e leis da Igreja Católica eram ministrados com base em fontes seguras que contemplassem um conhecimento estruturado. Verney (1746) relata que os mestres e os autores portugueses ignoravam o pensamento crítico, não tendo como objetivo introduzir um método de estudo apropriado e que a única coisa que esses homens sabiam mais é escrever melhor, mas não tinham nenhuma autoridade científica em seus estudos. Diante disso, percebe-se que, na avaliação crítica de Verney a superficialidade caracterizava toda sorte de conhecimento no reino português.

4.4 Considerações e justificativas referentes ao ensino dos meninos e das mulheres lusitanas

Verney (1746) sugere propostas importantes e inovadoras que precisam ser evidenciadas. Ele sugere que todos os meninos do reino passem a serem regulados por meio de um ensino sistematizado a partir dos sete anos de idade, e que contemplasse, especialmente, os saberes relacionados aos elementos da fé como obediência e cortesia. Todavia, faz-se necessário esclarecer que nosso autor é totalmente contra o castigo físico e a punição, por conta disso acredita e propõe que todo ensino venha ser ministrado com base em boas maneiras e não com gritos, pancadas e castigos. Diante desse contexto, Verney (1746) considera essencial haver em cada rua e em cada bairro no reino uma escola para que tanto o filho do rico, como, também, do súdito pobre possam ser instruídos.

Outra mudança significativa que Verney (1746) defendeu está relacionada a acessibilidade de uma educação de qualidade para as mulheres. Ele mostrava que é necessário priorizar e estabelecer no reino oportunidades igualitárias de instrução para

⁴⁰ o que me admiro é que nam aja um único omem que reflita nisto, e reconhesa quanto tempo perde, indo à universidade por este estilo.

mulheres e homens. Muitas mulheres do reino lusitano não tinham acesso a escola, outras mesmo sendo instruídas apresentavam ignorância e incapacidade de realizar reflexões, além de que os homens consideravam que as mulheres não tinham competência para aprender. Verney (1746, tomo II, p. 299), afirma que;

Certamente, que a educação das mulheres neste Reino é péssima: é os homens quase as consideram, como animais de outra espécie e não só pouco aptas, mas incapazes de qualquer gênero de estudo ou erudição. Mas se os pais e mães considerassem bem a matéria, entenderiam que tem gravíssima obrigação, de ensina-las melhor: e que não fazerem, resulta em gravíssimo prejuízo a República, tanto nas coisas públicas como nas domesticas.⁴¹

Entretanto, para Verney (1746) era loucura defender a ideia que as mulheres não têm capacidade para aprender e de serem identificadas como inferiores aos homens, pois mesmo sendo submetidas a um ensino inferior, havia mulheres em Portugal que discursam melhor que homens e, ainda, em países intelectualmente adiantados as mulheres demonstravam possuir uma estrutura científica de conhecimentos superior a de muitos homens. Na análise do autor, a necessidade de estabelecer no reino um estudo estruturado para as mulheres diz respeito, primeiramente à função social que exerce na sociedade, especialmente a de ser mãe.

De acordo com o intelectual, como as mulheres poderiam ensinar adequadamente seus filhos se não possuírem uma formação qualificada ou, como cuidaram da economia e da administração de sua casa se não soubessem ser organizadas e disciplinadas? Nesse sentido, a falta de conhecimento estruturado e útil para as mulheres representa prejuízos graves para toda a sociedade, primeiro, porque os filhos de mulheres ignorantes aprenderão em sua tenra idade apenas futilidades e inutilidade e, além disso, estarão propensos a adquirir costumes e hábitos inadequados que irão prejudicá-los para o resto de sua vida.

Segundo Verney (1746), mulheres que não têm acesso a uma boa formação também não conseguirão governar diligentemente sua casa, tão pouco sua economia. Ao contrário dessa realidade está a mulher bem instruída que direciona seus filhos, com

⁴¹Certamente, que a educasam das molheres neste Reino é pesima: é os omens quazi as consideram, como animais de outra espécie e nam so pouco aptas, mas incapazes de qualquer gênero de estudo e erudisam. Mas se os pais e maens considerassem bem a matéria, veriam que tem gravissima obrigasam, de as ensinar melhor: e que de nam fazerem, rezulta gravissimo prejuízo à Republica, tanto nas coizas publicas, como domesticas.

base em costumes e hábitos adequados, sinalizando a todo tempo o verdadeiro caminho para a vida. Na análise do autor, na medida em que uma mulher se apropria de conhecimentos estruturados, deixa automaticamente de viver uma vida de futilidades, sendo assim, as horas que tinha de ociosidade passam a ser empregadas em coisas úteis e honestas.

Outro aspecto apontado por Verney que representa ganho à toda sociedade a partir da instrução das mulheres, diz respeito a comunhão conjugal das famílias portuguesas. O intelectual afirma que muitos homens no reino não gostam de conversar com suas mulheres, uma vez que as consideram tolas e ignorantes e, como não sabem entreter o ânimo de seus maridos e acabam sendo privadas de sua companhia em vários dias de semana, pois eles preferem frequentar as casas noturnas de mulheres que sabem os divertir do que regressar à suas casas.

Portanto, faz-se necessário e justificável um ensino estruturado para as mulheres, uma vez que retirará o ócio na dinâmica de vida das jovens lusitanas, ensinando-as a manterem seu casamento e a economia de sua casa, instruindo adequadamente seus filhos, condenando futilidades para sua vida e, também, para toda sua família. Desse modo, Verney apresenta claramente seu objetivo conscientizar os homens do reino sobre a importância de uma formação qualificada para as mulheres do reino.

É possível perceber que Verney (1746), em sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar* realizou em levantamento minucioso sobre o sistema de ensino português, observando, detalhando e sinalizando aspectos considerados cruciais para a decadência educacional a qual destaca em toda sua obra. Os métodos, a grade curricular, a visão limitada dos mestres tinham levado o ensino português ao marasmo intelectual os critérios, as avaliações, os objetivos educacionais não se centravam no progresso da nação e na formação estruturada e útil do aluno, mas sim em interesses individualistas, muitas vezes da Igreja Católica e, ainda outras vezes de uma única classe social da sociedade.

Verney destaca a discrepância, o descompasso da educação inferindo fatores que prejudicam a organização e administração das instituições escolares. Entretanto, ele não se limita a essa única análise, pois não apenas critica, mas elabora propostas teoricamente fundamentadas, com base em suas vivências em todos os níveis da educação formal no reino, nas as experiências adquiridas, nos estudos acintosamente

produzidos em países que residiu, considerados cientificamente mais avançados. Vale ressaltar que, as ideias iluministas influenciaram sobremaneira toda a análise do autor, fazendo com que estabelecesse critérios como base em ideais progressistas e redentoras que vinham sendo vinculados em toda Europa.

À vista disso, compreende-se que o descontentamento com a educação portuguesa foi o motivo que levou Verney a buscar fora de Portugal uma nação que viesse proporcionar novos subsídios no diálogo de seus prévios conhecimentos, e também com seus diferentes. Avaliamos que Verney procurou afiançar as novas reflexões em dados concretos e seguros sua busca centrou-se na verdade e no desejo de poder contribuir para o avanço de sua nação. O autor comparou e indagou seus conhecimentos, observando se realmente caminhavam para uma avaliação social coerente. Desse modo, podemos garantir que as novas correntes teóricas que ele vivenciou em Roma e na França contribuíram, principalmente, para sua própria formação intelectual e, claro, para produção de sua proposta de reforma do ensino em Portugal.

5 ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES E LUIS ANTÓNIO VERNEY: REFLEXÕES A PARTIR DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ELABORADAS PARA O REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII

António Ribeiro Nunes Sanches e Luis António Verney *estrangeirados*, considerados dois dos portugueses mais influentes do século XVIII, servindo de objeto de pesquisa para a análise no presente trabalho foram intelectuais lusitanos que buscaram inaugurar, por meio de suas obras: *Cartas para a Educação da Mocidade* escrita por Sanches em 1760, e o *Verdadeiro Método de Estudar* escrito por Verney em 1746, uma nova reestruturação no sistema de ensino português. Entretanto, cabe ressaltar que os intelectuais não almejaram mudanças que se restringissem à educação, mas que contemplassem o contexto social, econômico e político do reino.

À vista das apreciações, Sanches e Verney acreditavam que o estabelecimento de uma formação educacional estruturada, distinta da que se vinha desenvolvendo no reino até então, poderia auxiliar na transformação do comportamento e da mentalidade na sociedade portuguesa. Nesse sentido, os intelectuais prescreveram inúmeras propostas educacionais que deslumbravam uma formação diferenciada para os jovens lusitanos, além de buscar conscientizar a nação lusitana sobre a importância de introduzir nas escolas e universidades uma educação de qualidade. Segundo os autores, a decadência portuguesa só poderia ser vencida a partir de uma instrução com base em conhecimentos cientificamente comprovados, disponibilizando à nação homens capazes de servir ao Estado promovendo seu progresso.

Os *estrangeirados* demonstraram, ao longo de suas obras, que o acesso de saberes era bastante limitado no reino, por exemplo, a vinculação de novos conhecimentos científicos produzidos no estrangeiro era simplesmente ignorado em solo português. De acordo com os autores, um dos motivos se referia a Igreja Católica que, no século XVIII, detinha o controle da educação por meio da ordem religiosa jesuítica Companhia de Jesus, que se limitava a vincular conteúdos que favoreciam a expansão e a consolidação do poder eclesiástico. Diante desse contexto, Sanches e Verney afirmaram que, o ensino no reino tinha uma configuração escolástica e estéril, as questões econômicas e políticas referentes à sociedade civil e jurídica lusitana não eram postas em discussão.

Na avaliação dos autores, o objetivo da educação na época centralizava-se na formação do cristão obediente e submisso a Deus e às regras da Igreja Católica. Sendo assim, é possível visualizar a crítica que ambos elaboraram acerca da Igreja Católica. Contudo, Sanches é mais incisivo quando, ao redigir sua crítica, imputa a decadência da nação precisamente à soberba e à má administração da Igreja Católica que, naquele período, detinha o controle em todos os setores institucionalizados do reino. Outro fator que também levou Sanches firmar esta avaliação era sua condição de cristão novo⁴². Segundo Boto (1998), Sanches, sob a acusação de nunca ter renunciado ao judaísmo, foi perseguido pela Inquisição portuguesa durante vários anos.

De acordo com Boto (1998), por conta dessa situação, Sanches após forma-se em Medicina muda-se para Paris fugindo da perseguição que, o privava até mesmo de assumir cargos públicos em sua própria nação. Sanches era contra o monopólio da Igreja Católica no reino e, nesse sentido, o autor a colocava como a principal precursora do atraso português, pois tinha moldado o Estado favorecendo seus próprios interesses. Para Sanches o Estado era administrado como se fossem conventos e seminários da então república cristã, nem mesmo as leis nacionais se configuravam como leis civis, pois eram elaboradas, consolidadas e pervertidas pela Igreja Católica. Sanches, ao se deparar com essa dinâmica social, declara ser imprescindível o Rei e o Estado tomar as rédeas do governo lusitano, legitimando, ordenando e decretando leis que visasse a educação, mas também todos os setores sociais da nação.

Já Verney, imputava à Igreja Católica as dificuldades de progresso do reino, logo seu atraso aparente. Contudo, sua crítica à instituição religiosa pode ser considerada de certa forma mais tênue, especialmente porque dela fazia parte. Dessa forma, é possível perceber que o autor não pretendeu desencadear conflitos com a Igreja Católica, pois temia perseguição. Segundo Pires (1991), Verney frequentou durante toda sua formação em Portugal instituições administradas pela Companhia de Jesus e, todavia, ao dirigir-se a Roma continuou sendo instruído por doutrinas eclesiais, cursando Teologia e Direito Canônico, formação na qual garantiu um benefício eclesial adquirido junto a coroa portuguesa.

⁴² Cristão-novo ou converso era a designação dada em Portugal, Espanha e Brasil aos judeus e muçulmanos convertidos ao cristianismo, em contraposição aos cristãos-velhos.

Faz-se necessário ressaltar que tal conquista era almejada por muitos homens de seu tempo. Entretanto, Andrade (1966) destaca que a crítica produzida por Verney a respeito dos jesuítas foi o principal motivo que o levou assegurar a todo custo o anonimato de sua obra. Segundo Andrade (1966), Verney temia a perseguição dos jesuítas que certamente enfrentaria após a divulgação de sua obra. No entanto, mesmo temendo as represárias vindas da Companhia de Jesus prosseguiu em seu objetivo, que era auxiliar o reino a superar a crise intelectual e científica que estava enfrentando.

Verney destaca, ao longo de sua obra, fatores que prejudicavam o ensino português, por exemplo, os religiosos conseguiram, ao longo dos anos, determinar no reino um modelo de ensino sem qualquer contestação, em que filósofos, teólogos e intelectuais seculares não se opunham, pelo contrário defendiam e seguiam o método e a doutrina vazia introduzida no reino pela Igreja. O autor explicita que a ignorância de conhecimento dos intelectuais portugueses se desenvolveu a partir dos infinitos discursos e ladainhas, uma vez que a grande maioria dos lusitanos seguiam princípios que, diminuía as experiências, o raciocínio humano, as análises e as comprovações.

Posto isto, Verney declarou que alguns conhecimentos vinculados em Portugal se resumiam em mera especulação, apoiando em futilidades e inutilidades subjugadas pela Igreja Católica. Desse modo, é plausível observar que Sanches e Verney, mesmo que em proporções diferentes, procuraram a partir de suas argumentações comprovar os prejuízos causados no reino, por conta do ensino improdutivo determinado pela Igreja.

Sanches e Luis António Verney eram favoráveis a uma educação que formasse o súdito disposto a servir a pátria com seus bens e habilidades, portanto, para que a idealização se tornasse realidade, seria necessário instaurar uma educação com valores e propósitos comuns a todos. Nesse sentido, o deslocamento das prioridades deveria ser consolidado, e a implantação do novo sistema de ensino instaurado. Dessa forma, os objetivos dos autores inferem, primeiramente, as novas exigências econômicas do Estado português e, também, da economia europeia que precisava urgentemente ser atendidas. E, ainda, o estabelecimento de um novo modelo de ensino que disponibilizaria uma formação profissional qualificada para todos os súditos da nação deveria ser a partir daquele momento de total responsabilidade do Estado.

Sanches, ainda argumentava que os súditos deveriam ser obedientes à nação, servindo-a com sua própria vida, e ainda, se caso fosse necessário, prometendo

fidelidade extrema a nenhuma outra instituição, somente a seu rei. A Igreja teria a incumbência de administrar os sacramentos e os bens materiais limitando seu poder ao nível espiritual. Outro fator que aproxima o pensamento Sanches e Verney é a simpatia que ambos demonstram acerca do Iluminismo, corrente filosófica que defendia a liberdade, almejava o progresso e buscava explicações racionais para todas as questões da vida. Os dois autores residiram em países europeus onde as ideias iluministas estavam sendo fortemente difundidas e aceitas.

Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, uma das propostas almejadas pela corrente filosofia iluminista era a separação entre fé e razão, uma revolução intelectual que garantia uma nova roupagem racional, garantindo ao homem do século XVIII a idealização de novas perspectivas em seu pensamento e na condução de sua vida. Portanto, para Sanches e Verney, o homem deveria sustentar seus pensamentos na racionalidade apropriando-se de forma plena do conhecimento verdadeiro, delimitando os aspectos da fé e razão. Os dois intelectuais afirmavam que os novos ideais que estavam sendo vinculados propiciariam uma ruptura na forma do homem pensar, que anteriormente identificava-se apenas na crença medieval teocêntrica, onde um único Deus explicava e decidia a vida dos homens na terra não é a única explicação.

Para Sanches e Verney os conhecimentos científicos racionalmente comprovados, por meio de estudos estruturados, ganhavam força em parte da Europa e, passaram a ser valorizados e desenvolvidos pela maioria dos países que buscavam garantir o progresso de sua nação. Todavia, é diante dessa perspectiva, que situa o desejo de nossos autores, tanto um quanto o outro procuraram contribuir, por meio de suas obras, com o desenvolvimento e o avanço de Portugal, uma vez que compreendiam que a mudança na mentalidade portuguesa poderia desencadear uma eficaz consolidação estrutural.

Deste modo, Sanches e Verney por viverem em países com uma dinâmica científica e metodológica diferente do reino português, conseguiram identificar com facilidade os deflagradores negativos que reprimiam a ascensão do reino. A visão ampla dos autores possibilitou a elaboração de propostas e reflexões objetivas para a metrópole portuguesa, especialmente em relação ao ensino. À vista disso, é possível verificar que o

pensamento iluminista contribuiu para as análises realizadas pelos autores, auxiliando suas reflexões, sustentando suas ideias e também formalizando suas intenções.

Nesse contexto, é plausível compreender que Sanches e Verney formam filósofos iluministas de Portugal no século XVIII. Outro aspecto importante destacado pelos intelectuais em suas obras infere a educação disponibilizada no reino para as mulheres portuguesas. Os autores discursaram sobre o assunto, propondo mudanças significativas, pois tinham por finalidade garantir, também, a reestruturação educacional para as mulheres do reino.

Foi possível identificar que Sanches dispõe poucas considerações acerca do ensino feminino, em análise identificamos que seu debate discorre, em específico, sobre a negligência das mães portuguesas. Para o autor as crianças do reino eram cuidadas e ensinadas por escravas ignorantes e supersticiosas, que destruíam na tenra idade da criança sua inteligência, na medida em que ensinavam vícios e costumes difíceis de serem abandonados, depois de inculcados. Sanches trata sobre a estrutura do corpo das mulheres e sua higiene, pois segundo ele, as mulheres portuguesas acabavam de dar a luz e já engravidavam. Segundo ele, por conta dessa atitude, o corpo da maioria das mulheres era frágil, propenso a inúmeras doenças, ocasionando morte de muitas delas.

Nesse sentido, o Sanches propõe que as mulheres cuidem melhor de seu corpo, amamentem seus filhos e façam diligentemente a sua higiene. Em se tratando de educação Sanches afirma que a mãe deve ser a primeira mestra de seus filhos, aquela que direciona o caminho, instruindo-os ao conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, Sanches (2003 p. 58) questiona;

Será impossível introduzir-se a boa educação na Fidalguia Portuguesa enquanto não houver um Colégio, ou Recolhimento, quero dizer uma Escola com clausura para se educarem ali as meninas Fidalgas desde a mais tenra idade; porque por último as Mães, e o sexo feminino são os primeiros Mestres do nosso; todas as primeiras ideias que temos, provêm da criação que temos das mães, amas, e aias; e se estas forem bem educadas nos conhecimentos da verdadeira Religião, da vida civil, e das nossas obrigações, reduzindo todo o ensino destas meninas Fidalgas à Geografia, à História Sagrada e profana, e ao trabalho de mãos senhoril, que se emprega no risco, bordar, pintar, e estofar, não perderiam tanto tempo em ler novelas amorosas, versos, que nem todos são sagrados: e em outros passatempos, onde o ânimo não só se dissipa, mas às vezes se corrompe; mas o pior desta vida assim empregada é que se comunica aos filhos, aos irmãos, e aos maridos.

A citação demonstra a opinião do autor sobre a importância de introduzir no reino uma escola que viesse instruir as mulheres portuguesas, contudo vale ressaltar que a educação proposta por Sanches se limitava à nobreza, ou seja, o intelectual não faz menção sobre as mulheres do povo que permaneciam na escuridão por falta de conhecimento. Nesse sentido, identificamos que Verney estabelece em suas reflexões um espaço significativo à instrução feminina. Verney (1746, II tomo p. 291) afirma que a educação para as mulheres⁴³ “não é parvoíce, ou coisa nova; mas bem usual e racional”⁴⁴, para ele era necessário o ensino para mulheres, especialmente porque como Sanches entendia que eram elas as primeiras mestras de seus filhos.

Para Verney, as mulheres deveriam ter a mesma acessibilidade à instrução que os homens, uma vez que apresentam a mesma capacidade de entendimento alias, o autor esclarece que muitas mulheres estrangeiras, em nações mais adiantadas que possuem acesso a mesma educação disponibilizada para os homens, discursam, negociam e ensinam melhor que muitos homens. Dessa forma, Verney afirma, da mesma forma que Sanches, a necessidade do ensino para as meninas portuguesas. Vejamos:

Quando à necessidade, eu acho grande, que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras, nos primeiros anos de nossa vida: elas nos ensinam a língua, elas nos ensinam as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos ensinará, se não sabe o que dizem? Certamente, que os prejuízos que metem em nossa cabeça, em nossa infância, são sumamente prejudiciais, em todos os estados da vida: e quer um grande estudo e reflexão, para se despir deles. (VERNEY, 1746, tomo II, p.291).⁴⁵

Contudo, neste momento, é importante destacar que Verney não limita a educação feminina somente para a instrução adequada de seus filhos, como observamos na obra de Sanches. Segundo Verney a mulher necessita de um conhecimento amplo, pois cabe a ela a administração econômica de sua casa. O autor explica que a mulher que não sabe gastar, não economizando os itens de sua despesa arruína rapidamente

⁴³ Para melhor compreensão do leitor, como especificado no terceiro capítulo, consideramos relevante traduzir em português contemporâneo as citações inferidas na obra do intelectual Luis António Verney e, também introduzir nas seguintes notas de rodapé as mesmas citações, porém na íntegra em que se apresentam na obra de 1746.

⁴⁴ “nam é parvoíce, ou coisa nova; mas bem, uzual e racional”.

⁴⁵ Quanto à necessidade, eu a acho grande, que as molheres estudem. Elas, principalmente as maens de família, san as nosas mestras, nos primeiros anos de nosa vida: elas nos ensinam a língua, elas nos dam, as primeiras ideias das coizas. E que coiza boa nos-ãm de ensinar, se elas nam sabem o que dizem? Certamente, que os prejuízos que nos metem na cabesa, na nosa primeira meninise; Sam sumamente prejudiciais , em todos os estados da vida; e quer se um grande estudo e reflexam, para se despir deles.

com os bens de sua família. Além disso, Verney afirma que muitas mulheres por não possuírem conhecimento e não saberem entreter seus maridos acabava por dizimar seu casamento.

De acordo com Verney, muitos homens portugueses buscavam fora de casa divertimento e distração. O autor era contra essa prática, na medida em que reconhecia o prejuízo de tal ação em toda estrutura familiar da nação lusitana. Nesse sentido, podemos perceber que ele valorizava a conservação dos casamentos no reino, o domínio e o controle da economia familiar e a instrução das crianças. Dessa maneira, constatamos que essas são algumas das razões mais importantes que motivam as propostas elaboradas por Verney acerca da educação feminina, logo discernimos que a subjetividade, a individualidade da mulher não era o objetivo central dos dois autores. Segundo Sanches e Verney, a educação para as mulheres serviria como um instrumento transformador de serviço utilitário para a sociedade.

É válido ressaltar que a educação feminina tanto na obra de Sanches quanto na de Verney apresenta um espaço significativo, mas não recebe a mesma atenção disponibilizada para a educação dos meninos. A propósito, observamos que o número de disciplinas que as meninas cursavam era bem menor que as disciplinas determinadas para os meninos. Portanto, é visível que a educação das mulheres tinha finalidades específicas, e a mais importante era que cumprissem sua função social no reino.

Outro assunto discutido por Sanches e Verney é sobre quem deveria estudar nas escolas lusitanas. Sanches afirma que o ensino estruturado deveria ser disponibilizado somente para os filhos da elite, uma vez que eles governariam o reino ocupando os cargos mais elevados. Já os filhos da classe trabalhadora deveriam aprender o ofício de seus pais, na medida em que deveriam ter habilidades específicas, as quais não eram ensinadas na escola.

De acordo com o Sanches, o filho de um camponês, por exemplo, que necessita da destreza física para realizar o trabalho braçal de seu pai, se frequentasse a escola assiduamente teria como resultado uma perda considerável de todos os movimentos de seu corpo e, pior, muitos dos jovens não teriam mais ânimo de enfrentar o trabalho árduo e cansativo realizado por seus pais, mas buscaria a tranquilidade de uma sala de estudo. Sobre essa questão, Sanches (2003, p. 34) afirma:

Não necessitaria esta classe do povo de outra educação do que os Pais e Mães estivessem empregadas no trabalho, e seus filhos, não tendo outro recurso para ganharem a vida, seguiriam aquele caminho que exercitavam os progenitores e os tutores. Quem trabalha faz um ato virtuoso, evita o ócio; vício maior contra o Estado: e St. Bento achou o trabalho de mãos de tanta virtude que o pôs por regra e sete horas cada dia. Isto é o que basta para a boa educação da mocidade plebeia.

A citação acima confirma a proposta de separação entre o ensino que deveria ser ministrado ao jovem da elite portuguesa e ao integrante da classe trabalhadora. Sanches (2003, p. 34) declara que “não convém uma educação tão mole aos quem há - de servir a República de pés e de mãos, por toda a vida”. Sendo assim, não havia necessidade do filho de um camponês, de um agricultor e muito menos um escravo frequentar a escola. De acordo com Ruckstadter (2014, p. 95) Verney, também não defendia a educação para todo o povo português, principalmente, se tivesse de ser subsidiada pelo Estado. Segundo a autora a preocupação de Verney era em formar os quadros administrativos do Estado, a partir de uma formação virtuosa para os indivíduos elitizados do reino, e isso contemplava os âmbitos civis, político e jurídico do reino lusitano.

A crítica de Verney, no que diz respeito ao ensino de nível elementar, infere especialmente a prática viciosa desenvolvida pelos mestres, segundo ele os alunos eram submetidos a uma sobrecarga excessiva, que na maioria das vezes caracterizava como desnecessárias, sem objetivos claros e concretos. Inclusive, Verney declara que os alunos tinham que memorizar inúmeras regras/normas confusas que nem mesmo os mestres sabiam elucidar. Da mesma forma Sanches avalia que a educação oferecida nas escolas administradas pelos jesuítas fazia com que os alunos das escolas saíssem, depois de anos estudando, incapazes de aplicar seus conhecimentos à vida cotidiana e à atuação profissional.

Na avaliação de Andrade (1982), Verney considerava que a verdade que o homem busca a sua volta poderia ser alcançada por meio da livre interrogação dos problemas, com base em aspectos racionais e concretos, resultados adquiridos a partir da experimentação. Desse modo, o autor objetivava estabelecer uma escola que vinculasse informações verdadeiras e esclarecedoras sem qualquer traço de falsidade, contrariedade e confusão. Para o Verney, e também para Sanches, a educação deveria propiciar não somente o desenvolvimento intelectual do aluno, mas confiaria a ele a certeza de que os ensinamentos transmitidos habilitariam a desempenhar com

competência sua função social, capacitando-os moralmente e ensinando a todos como ser um bom cristão.

Os dois autores não rejeitavam os ensinamentos ministrados pela Igreja Católica, pelo contrário, os consideram fundamentais para formação do indivíduo, no entanto, acreditam que tais doutrinas deveriam ser cuidadosamente dosadas quando transmitidos em instituições escolares. Nesse contexto, a escola e mestres deveriam selecionar criteriosamente os assuntos a serem debatidos em sala de aula, lembrando que a essência do ensino formal é disponibilizar aos alunos os conhecimentos cientificamente comprovados pela comunidade científica. Dessa forma, as obras de Sanches e de Verney sinalizam que a moral cristã e ética deveria ser inferida no reino, na medida em que é responsabilidade do Estado formar um súdito moralmente íntegro, justo e nobre. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que Sanches não defende esses conhecimentos como sendo o principal objetivo da educação portuguesa.

Outro aspecto relevante na obra de Sanches é o visível incomodo que apresenta perante a figura do rei. As cartas demonstram que a monarquia no reino tinha perdido sua força e a sociedade como um todo identificava a Igreja Católica como a grande protagonista. Sanches criticou firmemente e afirmou em vários momentos que o rei deveria passar a ser identificado como a figura central no governo monárquico, logo, em toda extensão do reino lusitano. Segundo ele, o rei possui sobre si os poderes militar, jurídico, político e econômico, retém o poder de ordenar, de estabelecer leis e moedas, de condenar e de alistar tropas, sendo, com isso o verdadeiro soberano da nação.

Em se tratando do ensino, Sanches afirma que é o rei que deve determinar o modelo de uma nova educação a ser implantado na sociedade, transmitindo, principalmente, os conhecimentos científicos e as práticas sociais, saberes que alicerçariam a sociedade no cumprimento de serviço à sua pátria. Verney não entra em uma discussão mais ampla e, mesmo, o teor de suas análises não se limitando à educação, suas considerações não demonstram uma apreciação profunda sobre a configuração social do Estado lusitano. Verney ao longo de sua obra preza por informar como estava sendo administrado o sistema de ensino no reino, os deflagradores positivos e negativos, os currículos e métodos desenvolvidos e a cultura educacional que estava estabelecida no reino. Em Verney, a crítica à forma como a sociedade

portuguesa esta sendo conduzida deve ser inferida por meio de sua proposta educacional e não de forma explícita em sua obra.

Em relação aos métodos e currículos, Sanches discorre e destaca alguns equívocos absurdos que estavam sendo empregados no reino, além disso, propõe mudanças às quais considera serem fundamentais para efetivação de uma educação estruturada. Contudo, foi possível observar que Verney, por sua vez, discorre minuciosamente sobre cada método e currículo prescrito no reino, destacando o porquê de não serem funcionais e os prejuízos que causavam na dinâmica social. Todavia, embora relate os danos causados no reino, o pedagogo não escreve apenas sobre os malefícios do ensino, mas redige propostas alicerçadas em suas experiências de estudo tanto no reino, quando no estrangeiro.

Nesse sentido, a partir desse momento relataremos em síntese as propostas de mudanças já apresentadas nos capítulos anteriores pelos intelectuais em questão. Sanches, primeiramente avalia que a organicidade das universidades portuguesas era igual as da Igreja, pois, segundo ele, os alunos eram submetidos ao protocolo da ordem eclesiástica, sentenciados por ela e não pelo Estado. Na avaliação do autor, os estudantes acabavam não conseguindo distinguir quais responsabilidades cabiam à Igreja e ao Estado na sociedade. Verney, ainda, sinaliza, por exemplo, que a filosofia ministrada nas universidades era baseada na escolástica peripatética, ensino que causava sérios danos ao reino, além disso, beneficiava apenas aos interesses da Igreja Católica.

Sanches destaca, por exemplo, que o currículo do curso de Jurisprudência⁴⁶ não instruía os alunos sobre: as ordenações do reino, os deveres e os direitos dos indivíduos conhecimentos essenciais para aqueles que têm como função em seu ofício condenar ou absorver o comportamentos dos súditos do reino. De acordo com Sanches, por conta disso o jovem lusitano não conhecia sequer a função social de seu ofício na dinâmica de sua nação. Em avaliação, o autor explicitava que era preciso introduzir nos currículos disciplinas que contemplassem conhecimentos úteis, auxiliando os profissionais na prática de seu ofício. Desse modo, segundo Sanches era preciso ensinar os alunos sobre os aspectos naturais, social e civil, que estimulasse a reflexão e o pensamento crítico.

⁴⁶ Jurisprudência: é o termo jurídico que designa o conjunto das decisões sobre interpretações das leis feitas pelos tribunais de uma determinada jurisdição.

Para Sanches o aluno necessitava ter estabelecido em sua alma o conceito de “cidadania”⁴⁷, de sociabilidade, conhecimentos que cooperaria para a reorganização interna de suas prioridades na dinâmica social que estava introduzido, levando a servir com prazer sua pátria. Nesse sentido, Sanches propõe uma mudança na mentalidade da sociedade, logo um deslocamento de princípios prescrito na cultura portuguesa, por exemplo, o trabalho árduo passaria a ser valorizado e o ócio pontualmente desprezado. O intelectual compreendia que a educação deveria cooperar para uma significativa inversão de valores, que há tempos estavam sendo seguida. De acordo com o pedagogo o ócio era o principal vício do Estado, portanto deveria ser totalmente eliminado.

Sanches, em se tratando do método de ensino vinculado no reino, avalia ser fundamental um estudo que viesse ter como base a observação e os métodos científicos, uma vez que garantiriam aos alunos a sensibilidade acerca dos acontecimentos ocorridos na vida. A experimentação e o interacionismo também integrariam a estrutura do novo método de ensino, no qual o professor não se configuraria mais como o único detentor do saber e o aluno um mero receptor. A proposta do autor era que aluno e professor, atores envolvidos no processo passassem a ter a mesma responsabilidade diante da construção do conhecimento. Sanches sinaliza, ainda, ser essencial o diálogo entre os alunos, possibilitando o aprendizado coletivo. Por fim, ele avalia ser extremamente importante no processo do aprendizado à reflexão, momento em que os indivíduos possam a organizar suas ideias e internalizar os novos conhecimentos.

Verney é mais incisivo em sua apreciação a respeito dos métodos e dos currículos vinculados nas escolas e universidades de Portugal. Foi possível verificar que, para cada curso existente nas universidades e nas escolas a nível elementar e secundário, o autor destaca os prejuízos causados por ambos. A propósito, Luis António Verney também elabora críticas e propõe mudanças significativas a partir de suas considerações. Entretanto, iremos relatar, de forma geral e ampla, as principais inferências encontradas em sua obra, posto isso, não é a intenção especificar todas as propostas acerca dos métodos e dos currículos compostas.

Assim como Sanches, Verney afirma que os métodos e os currículos e todo o ensino português atendiam a exigências da Igreja Católica, que tinha por objetivo, como

⁴⁷ Cidadania: É o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro exerça também seus direitos.

já dito anteriormente, manter seu estado de poder no reino e, para ele a instrução lusitana disseminava valores egocêntricos e egoístas. Ainda, segundo o intelectual, os métodos desenvolvidos em todos os níveis de ensino no reino caracterizavam-se como arcaicos e ultrapassados. Nesse sentido, o autor destaca que era necessário romper com os métodos pedagógicos tradicionais que estavam sendo desenvolvidos. Desse modo, com base em sua convicção iluminista ele avaliava que todo conhecimento deveria ser transmitido apoiado em conhecimentos atualizados, análises racionais, antecipadamente testadas e comprovadas.

Sendo assim, Verney, da mesma forma que Sanches, acreditavam que a observação e a experimentação eram dois elementos essenciais a serem introduzidos como método de ensino em Portugal. Compreendemos que os métodos e os currículos incomodavam nosso autor, além do mais, a falta de intencionalidade e os objetivos do ensino prejudicava extremamente a efetivação de um ensino de qualidade. Segundo Verney os conteúdos eram confusos e, pior, de um ano para o outro não apresentavam continuidade, inclusive, os conhecimentos ministrados eram complicados, os mestres utilizam palavras sem sentido, inúteis para qualquer espécie de explicação.

Nesse contexto, Verney evidencia que a educação portuguesa era desestruturada e não apresentava sentido, posto isso, a reestruturação das disciplinas e dos conteúdos necessitava ser realizada urgentemente. O autor, ainda, ressaltava que a intervenção docente era inadequada, em que, a maioria dos mestres não possuía conhecimentos estruturados, muito menos a arte didática na condução de suas aulas.

A primeira mudança proposta por Verney para todos os níveis da educação era a de suprimir a quantidade excessiva de conteúdos, os quais cansavam o ânimo dos alunos, além do mais, segundo o intelectual a maioria dos conteúdos eram inúteis, irrelevantes para a formação dos alunos. O intelectual discorria sobre a necessidade dos conteúdos apresentarem continuidade e utilidade na vida civil dos indivíduos, no entanto, a prática seguida no ensino era a de pulverizar, de fracionar os saberes.

O autor, ainda, propunha que a memória dos alunos fosse exercitada, entretanto com questões reais e racionais, portanto úteis à metrópole. Outro fator que desencadeava sérios danos ao ensino lusitano estava associado à desvalorização da

língua portuguesa, por exemplo, no curso de Poesia e Retórica⁴⁸, os alunos eram ensinados, com base na língua latina e não em sua língua nacional. De acordo com Verney, esse método de ensino apresentava excessiva incoerência, visto que limitava substancialmente o entendimento correto e amplo sobre as palavras do vocabulário português dos alunos. A propósito, o autor observou que, a maioria dos estudantes que frequentava o curso de Retórica não sabiam sequer utilizar as palavras corretas na elaboração de seus discursos.

Diante desse contexto, Verney afirma que era imprescindível aos alunos dominarem o vocabulário utilizado em sua pátria, inclusive, o autor, ainda, destaca, que o resultado obtido no reino, em relação à ignorância dos alunos frente às especificidades de sua língua, se constata na extrema dificuldade que apresentam no momento da leitura e da escrita. Segundo ele, as redações produzidas pelo jovem lusitano demonstram uma desestruturação grave, não tem sustentação lógica e coerência em seus fundamentos. Portanto, Verney destacou que é necessário que muitos dos métodos de ensino empregados no reino deviam ser urgentemente alterados.

Dessa maneira, Verney explica que o método de ensino a ser introduzido no reino deveria estimular a instrução sobre o verdadeiro sentido das palavras, desenvolvendo a capacidade e a destreza dos alunos em redigir textos, discursos e poesias estruturados, pois essa nova ação possibilitaria o favorecimento referente à aquisição de novos conhecimentos. Dessa forma, delimitar critérios, com base em conhecimentos científicos, lógica racional e conexões sólidas, é de extrema importância para a efetivação de qualquer tipo de modelo de ensino. Verney relata, ainda, que muitos dos conteúdos ministrados no reino se apoiavam nos estudos de Aristóteles, entretanto, segundo ele, os mestres que defendiam esse ensino como o mais apropriado, sequer se debruçavam a compreenderem a filosofia aristotélica.

De acordo com Verney, as conclusões dos filósofos e mestres peripatéticos e o método utilizado se resumiam na elaboração de explicações gerais sobre temáticas que deveriam ser estudadas. Nesse sentido, para o pedagogo, as elucidações nas aulas apresentam a todo o momento falta de fundamentação, em que as conclusões eram construídas a partir de deduções que não conseguiam ser comprovadas. A imposição

⁴⁸ Retórica: A arte de persuadir, de falar de discursar.

desse método de ensino era exercida pelos religiosos peripatéticos os quais nunca eram contestados, nem mesmo por aqueles que não faziam parte da Igreja Católica.

Outra questão importante apresentada na obra do autor foi dedicada a discursar sobre alguns elementos referentes a Ética. Nesse caso, Verney esclareceu que é necessário que todo homem compreenda a estrutura dos conhecimentos que inferem à Ética, pois essa compreensão auxilia o homem a pensar racionalmente, garantindo sua capacidade de distinguir entre a virtude e o vício. Na avaliação de Verney, muitos súditos portugueses, por não valorizarem a virtude, não conseguiam distinguir entre o que era certo e errado, por conta disso, muitos homens estavam se arruinando. Nesse contexto, para o Verney seria necessário a todo custo estimular no ensino português a busca pela razão, ministrando e favorecendo o aprendizado amplo acerca das obrigações do homem como indivíduo, súdito e cristão. Portanto, a necessidade de dominar o conceito de homem, associado a seus costumes e hábitos era indispensável.

Sendo assim, o método de ensino proposto por Verney regularia o juízo e a ação humana, na promoção da organicidade republicana. O pedagogo também propunha que autores e obras estrangeiras, que disponibilizasse conhecimentos estruturados deveriam passar a integrar o acervo das bibliotecas em Portugal. No entanto, é importante ressaltar que Verney não sugere que os alunos sejam ainda mais sobrecarregados, mas que seus estudos passem por um crivo de avaliação, conteúdos, livros e obras que apresentassem uma melhor fundamentação sólida seriam os escolhidos a partir dos novos critérios impostos.

Portanto, Verney afirmou que um ensino adequado se constrói a partir de um método inteligível e eficaz e de um currículo que contemple as necessidades exigidas para cada curso ou nível de ensino. Para o intelectual, não é possível um sistema de ensino ser produtivo se for baseado na superficialidade, em hipóteses fúteis e enganosas, pois, segundo ele, é preciso estabelecer um ensino sistematizado, racional, acessível e fundamentalmente coerente e estruturado. Verney, ao longo de sua obra, evidenciou, especialmente, os problemas enfrentados no ensino português, os quais afirmava causar prejuízos incalculáveis à sociedade lusitana.

Nesse sentido, compreendemos que o objetivo do autor em demonstrar as dificuldades do ensino era de evidenciar a necessidade de transformação educacional que o reino manifestava, pois era uma configuração educacional limitada e improdutiva.

Finalmente, compreendemos que os estudos de António Ribeiro Sanches e Luis António Verney apresentam considerações que de certa forma se aproximam e outras que se distanciam. Sanches procurou compreender de forma mais sistematizada a configuração e a dinâmica social da sociedade monárquica portuguesa em meados da segunda metade do século XVIII, observando o governo e a política que estava sendo efetivada e, com base nessas informações, propôs um novo tipo de ensino. É importante destacar que a crítica mais destacada na obra de António Ribeiro Sanches recai sobre o monopólio da Igreja Católica, a qual assegurava poder supremo em todos os setores do reino.

O autor também discorre em vários momentos sobre a ideia de o ensino ser apontado como um dos principais instrumentos na busca da reestruturação organizacional lusitana. Já Luis António Verney de forma menos minuciosa, analisa a organização social empregada em Portugal, entretanto sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar* infere mais metodicamente a cultura educacional que vinha sendo desenvolvida nas escolas e universidades, destacando, especialmente, a grade curricular e todos os métodos de ensino.

Cabe ressaltar que o Verney não despreza a necessidade de compreender a dinâmica política, economia de Portugal, porém o objetivo maior do pedagogo foi entender como a educação estava sendo administrada em cada estabelecimento educacional, destacando a ineficiência e a inutilidade de métodos, currículos e incapacidade dos professores em ensinar seus alunos. Verney procurou estabelecer um sistema de educação funcional, útil e produtivo a toda sociedade portuguesa. Por fim, é possível entender as diferenças e as semelhanças entre os dois autores, porém vale esclarecer que entre António Ribeiro Sanches e Luis António Verney há alguns distanciamentos, entretanto evidenciamos que a educação une o pensamento dos dois autores.

Dessa forma, como educadora em formação, compreendo que as análises apresentadas, mesmo que de certa forma distintas, concebem uma fundamentação teórica sólida para uma reflexão elaborada sobre o contexto social, político e econômico de Portugal, educação e prática docente e, por fim, no entanto não menos importante, o objetivo da Igreja Católica em controlar o ensino no reino. É importante relatar que muitas das propostas dos autores analisados no presente estudo são buscadas na

atualidade, por meio de debates, projetos e elaboração de políticas públicas. À vista disto, as análises e propostas de Sanches e Verney contribuem para que seja possível, na contemporaneidade, consolidar uma educação que promova o desenvolvimento integral do indivíduo, contribuindo para seu avanço intelectual e científico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou compreender o pensamento dos intelectuais António Ribeiro Sanches e Luis António Verney, *estrangeirados* influentes do século XVIII no reino lusitano.

Sanches tinha como princípio fundamental expressar ideias relacionadas ao contexto histórico, social, econômico e cultural da época. Posto isto, para compreender as propostas empregadas foi necessário entender assuntos pontuais como: a circulação e a vinculação dos ideais iluministas, o processo de apropriação de tais pensamentos, organização da produção desenvolvida no processo de trabalho português e identificar os interesses e objetivos da monarquia no exercício de governo do reino lusitano.

Sendo assim, Portugal no século XVIII é um reino marcado por alguns fatores dentre eles estão: a grande quantidade de ouro e riqueza trazida de suas colônias, particularmente do Brasil, o domínio da Igreja e do governo monárquico. Com base nos estudos identificamos que na primeira metade do século XVIII o reino português foi governado pelo rei D. João V, um monarca que de acordo com Boxer (2002) era orgulhoso e presunçoso que ostentava a riqueza do reino, porém não sabia administrá-la. Depois do falecimento do rei D. João V seu filho D. Jose I herda o trono de Portugal, entretanto, segundo Mattoso (s.d) o monarca não possuía nenhuma vocação para a administração política, econômica e social, por conta disso, já no início de seu mandato institui Sebastião José de Carvalho e Melo como primeiro ministro do reino delegando a ele poder de decisão para conduzir o reino.

De acordo com Martins (1972) o rei D. João V, não cooperou para que o reino viesse superar sua decadência, muito pelo contrário, para o autor o monarca objetivava adquirir os *status* disponibilizados pela Igreja e pelo Papa. Na análise de Martins (1972) o monarca não soube administrar a riqueza do reino lusitano, não investiu em manufatura, agricultura e na indústria, além disso, a economia e a política ficaram literalmente abandonadas em seu governo.

Martins (1972) relata, ainda, que a riqueza garantiu uma vida luxuosa apenas à corte e à nobreza, já o povo atravessou uma situação de extrema pobreza. A solução encontrada para muitos pais de família foi migrar para outros reinos buscando ter uma vida mais digna. Já D. Jose I, foi um rei que defendeu e concordou com todas as ações

realizadas pelo então ministro Marquês de Pombal, ministro que foi “um misto de monstro e de herói”, como descreveu Boxer (2002). Os *estrangeirados*, intelectuais portugueses que residiam no exterior, fizeram críticas sobre a atuação da Igreja, na educação, na política e na economia lusitana. É importante esclarecer que as críticas inferidas não abrangem o governo do Marquês de Pombal, pois compreendemos que sua proposta de reforma estatal possuiu muito dos ideais iluministas.

Sanches e Verney demonstraram indignação diante da soberba e da arrogância da Igreja, segundo eles a instituição religiosa fez com que Portugal se tornasse um enorme convento, as Ordenações do Estado se confundiram com as regras da Igreja, não se sabia aonde começava e terminava o monopólio eclesiástico. Ao observar o reinado do rei D Jose I, o qual deveria ser a cabeça da nação, verificamos que este foi apenas uma figura coadjuvante às margens do Estado, em nada questionava a atuação do Marquês de Pombal. A educação era focada em objetivos da Igreja Católica, e o povo que apesar de viver em um reino em que a corte e a nobreza ostentava riqueza e luxo, vivia em uma situação vergonhosa de miséria e abandono. Um reino em que não se investia em agricultura e em indústria, pois tudo tinha que ser comprado em reinos vizinhos, vale lembrar que o ócio era a principal praga da nação.

Os autores ao averiguar as discrepâncias vivenciadas no reino procuraram, ao escrever suas obras, contribuir para uma efetiva transformação no Estado o qual admiravam e desejavam ver reformado. Desse modo, esses homens compreenderam que uma nova formação, mais atenda à ciência produzida em outros lugares da Europa, poderia fazer de Portugal novamente um reino pujante, igualando-se assim a seus vizinhos. O texto apresentado aqui, também oportuniza a reflexão sobre os deveres do Estado.

Para Sanches, como procuramos demonstrar, é função do rei elaborar, planejar e implantar as normas e leis da nação, garantindo que todas sejam cumpridas. Para ele, ainda, outras ordens e instituições, como a Igreja e a Companhia de Jesus deveriam possuir o papel de meros coadjuvantes na configuração social de um país e não de principais.

Dessa forma, foi possível compreender que é responsabilidade do Estado, logo do rei, para os intelectuais no século XVIII: determinar a educação a ser ministrada; visualizar e propor a melhor política econômica que o país deva seguir e quais

investimentos necessitam ser priorizados. Enfim, compreendemos que Estado e educação portuguesa possuíam inúmeros setores a ser analisados, observados e administrados, com funções específicas e particulares. Sendo assim, Sanches e Verney avaliavam ser imprescindível tomar cuidado nas decisões e na elaboração de projetos que envolvessem toda a configuração social da sociedade lusitana.

Desse modo, averiguamos que Sanches constatou que o ensino ministrado na metrópole em nada se assemelhava a uma educação pragmática e útil à sociedade. Foi possível compreender o posicionamento do autor que sempre defendeu uma mudança significativa no Estado, primeiro em toda educação portuguesa (povo, fidalguia e igreja) e, em seguida, na forma de produzir riqueza na metrópole. De acordo com o Sanches, as mudanças eram imprescindíveis para forjar o caráter do novo homem lusitano, e assim garantir o progresso de Portugal.

Luís António Verney também teve como objetivo central expressar ideias relacionadas ao contexto social do reino as particularidades do ensino que estava sendo vinculado na metrópole. Para Verney o ensino português não baseava em uma educação pragmática, aplicada e útil a sociedade. Nosso estudo avaliou que o pedagogo defendeu a necessidades de uma transformação significativa no Estado e na educação portuguesa em todos seus níveis de ensino e, por conta disso, propôs métodos e currículos que pudessem promover uma qualificação intelectual adequada a todo jovem português. Segundo Ribeiro Sanches e António Verney, o objetivo maior era garantir o progresso no reino, distanciando se do estereótipo de uma nação atrasada e fraca intelectualmente.

Nesta perspectiva foi possível perceber que os intelectuais não tiveram o interesse de discursar sobre a educação em um sentido estrito, mas de fornecer uma análise profunda do que consideravam como mudança econômica necessária em Portugal. A educação era o principal, porém outras ações eram necessárias para mudar o quadro decadência no reino, entretanto, como já destacado Sanches se empenhou mais em sua prescrição na reestruturação da configuração social portuguesa.

Durante a busca de materiais disponíveis sobre a temática, nos deparamos com a falta de artigos e estudos inferidos a temática, além disso, algumas obras importantes que contribuiria significativamente para nossa análise são inacessíveis, primeiro pela localidade que se encontra, neste caso em especial, em Portugal e, também pelo custo das obras que é alto. Contudo, mesmo diante das dificuldades, identificamos a

importância das análises construídas ao longo de todo o processo, sendo que tais conhecimentos garantiram uma compreensão estruturada sobre o movimento e as influências das propostas dos intelectuais no reino.

A construção de trabalho conclusão de curso depara-se ao longo de todo o processo, como dito no parágrafo anterior, por diversas dificuldades, entre elas, é possível inferir a angústia ao escolher o recorde temporal a ser trabalhado e a metodologia a ser empregada, uma vez que norteará o caminho mais adequado a ser seguido. Entretanto, confessamos que o momento mais desgastante é a análise do pensamento dos intelectuais, que no caso dessa pesquisa, forma o objeto de estudo. À vista disso, buscamos a todo o momento ter cuidado de nos distanciarmos de qualquer juízo de valor, na medida em que acreditamos que a função do pesquisador não é julgar, mas construir uma leitura que possibilite a compreensão histórica do homem e da sociedade em sua mais plena dinâmica.

Desse modo, entendemos os embates enfrentados no desenvolvimento do trabalho, uma vez que buscamos realizar uma reflexão não linear da história a respeito da temática. Posto isto, avaliamos que a produção dessa pesquisa cooperou essencialmente para a consolidação de uma formação acadêmica estruturada, possibilitando a oportunidade de desenvolver uma visão mais ampla acerca das manifestações educativas e de sua dinâmica no período histórico destacado. Dessa maneira, o novo aprendizado propiciou o desenvolvimento de uma postura crítica. É nesse contexto que enredamos o fechamento das reflexões do presente estudo.

Portanto, a pesquisa justificou-se no fato de poder possibilitar a instrumentalização de acadêmicos e professores na área da História e Historiografia e da Educação, que necessitam conhecer de forma mais concreta a dinâmica da sociedade portuguesa no século XVIII. Entretanto, a pesquisa não tem pretensão de afiançar que as leituras elaboradas aqui são em suma suficientes para entender o período histórico em questão, pois a obra de Ribeiro Sanches e Luís António Verney é ampla, com uma enorme quantidade de informações a serem levantadas e analisadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, António Banha de. In: **Infopédia** [Em linha]. Porto: Ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$antonio-banha-de-andrade](http://www.infopedia.pt/$antonio-banha-de-andrade)> Acesso em: 10/01/2014.

BOTO, Carlota. O Enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. **História da Educação**, vol. 2, n. 4. Pelotas: UFPel, 1998. (107-117).

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Ed: Companhia das Letras, 2002.

CAMARA, Maria Helena. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CHARLES BOXER. In: **Infopédia** [Em linha]. Porto, ed. Porto, 2003-2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$charles-boxer](http://www.infopedia.pt/$charles-boxer)>. Acesso em: 20/04/2014.

CUNHA, Luís António da. **Testamento Político**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

D. LUIS DA CUNHA. In: **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$d.-luis-da-cunha](http://www.infopedia.pt/$d.-luis-da-cunha)> Acesso em: 04/08/2014.

D. JOSÉ I. In: **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$d.-jose-i](http://www.infopedia.pt/$d.-jose-i)> Acesso em 22/09/2014.

ESTRANGEIRADO. In: **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$estrangeirado](http://www.infopedia.pt/$estrangeirado)>. Acesso em: 15/07/2014.

FALCON, Francisco José Calasãs. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calasãs. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](http://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva)> Acesso em: 15/12/2013.

SARAIVA, José Hermano. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](http://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva)> Acesso em: 12/05/2014.

MATTOSO, José. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$jose-mattoso](http://www.infopedia.pt/$jose-mattoso)> Acesso em: 05/04/2014.

LÚCIO AZEVEDO. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: ed. Porto, 2003 - 2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$joao-lucio-de-azevedo](http://www.infopedia.pt/$joao-lucio-de-azevedo)> Acesso em: 30/07/2014.

LÚCIO DE AZEVEDO, João. **Épocas de Portugal Económico – esboços de história**. 4a ed., Lisboa: ed. Livraria Clássica, 1978.

- MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães Editora, 1972.
- MARTINS, Oliveira. **CVC Instituto Camões**. Correio Camões, 1998 - 2000.
Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/rep2.html>> Acesso em: 13/08/2014.
- MATTOSO, José. **História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: ed Estampa, 1998.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Luis António Verney e o Projeto Pedagógico Modernizador do Reino Português: Uma análise do Verdadeiro Método de Estudar (1746)**. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2012.
- RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4770480D4>> Acesso em: 27/05/2014.
- SANCHES, António Ribeiro. **Carta sobre a Educação da Mocidade**. Porto: Domingos Barreira, 2003.
- SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. 6. ed. Lisboa, sd.
- SÉRGIO, António. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar**. Porto: Domingos Barreira, 1949.
- PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e Cultura Brasileira séculos XVI – XVII**. Maringá: Eduem, 2012.
- PAIVA, José de Maria. **Plataforma Lattes**: Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4787999J1>> Acesso em: 25/03/2014.
- PAZZINATO, SENISE, Luis Alceu, Maria Helena Valente. O Iluminismo, **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1997.
- WELLING, Arno. A incorporação do Brasil ao Mundo Moderno. **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Volume I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

